

LUANA CYNTIA DOS SANTOS SOUZA

**REVITALIZAÇÃO DE LÍNGUAS MINORITÁRIAS EM
CONTEXTOS PLURILÍNGUES: O POMERANO EM
CONTATO COM O PORTUGUÊS**

**PORTO ALEGRE
2017**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTUDOS DA LINGUAGEM
LINHA DE PESQUISA: SOCIOLINGUÍSTICA**

**REVITALIZAÇÃO DE LÍNGUAS MINORITÁRIAS EM
CONTEXTOS PLURILÍNGUES: O POMERANO EM
CONTATO COM O PORTUGUÊS**

LUANA CYNTHIA DOS SANTOS SOUZA

ORIENTADOR: Prof. Dr. CLÉO VILSON ALTENHOFEN

Dissertação de Mestrado em Sociolinguística,
apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre pelo Programa de
Pós-Graduação em Letras da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

**PORTO ALEGRE
2017**

CIP - Catalogação na Publicação

dos Santos Souza, Luana Cyntia

Revitalização de línguas minoritárias em contextos plurilíngues: o pomerano em contato com o português / Luana Cyntia dos Santos Souza. -- 2017.

130 f.

Orientador: Cléo Vilson Altenhofen.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Manutenção Linguística. 2. Revitalização Linguística. 3. Línguas Minoritárias. 4. Línguas de Imigração. 5. Pomerano. I. Altenhofen, Cléo Vilson, orient. II. Título.

Dedico este trabalho aos pomeranos, que cederam um pouco do seu tempo e dividiram comigo o conhecimento e alegria de ser e falar o pomerano.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me fortalecido e colocado pessoas amáveis na minha vida, que ajudaram em todo o processo desta pesquisa.

Agradeço ao meu companheiro de todas as horas, João Victor, que ajudou nas transcrições, viajou comigo para alguns locais e me deu a força necessária nos momentos mais difíceis. Obrigada pelo carinho e por todo amor dedicado a esta pesquisa.

Agradeço à minha mãe, que me ensinou a importância dos estudos e a ser uma mulher que se importa com o mundo que me cerca. A minha militância não seria a mesma sem você.

Ao meu irmão, agradeço pela motivação e pela companhia nas longas horas de escrita.

Sou grata ao Prof. Dr. Cléo Vilson Altenhofen por empreender comigo esta pesquisa, orientar e me incentivar a cada dia a aprender mais sobre a importância de manter as línguas minoritárias e de “dar ouvidos” às comunidades plurilíngues.

À Profa. Dra. Letícia Cao Ponso, ao Prof. Dr. Henry Lorencena Souza e à Profa. Dra. Ingrid Kuchenbecker por aceitarem, gentilmente, estar na banca de apresentação deste trabalho.

Agradeço aos amigos do Projeto ALMA-H, Jussara, Angélica, Gabriel, Lucas, Viktorya, Gerônimo, Paola e Ana, pelos debates que muito acrescentaram a este estudo, além de compartilharem comigo o amor pelas línguas de imigração.

Aos amigos da IPPA que fizeram parte desta etapa da minha vida.

Agradeço aos pomeranos que me receberam e contribuirão comigo. Obrigada por todo o carinho e conhecimento compartilhado comigo. Vocês são a razão por esta pesquisa ter sido empreendida com tanto amor e cuidado.

À família Ponath-Peruzzo em Santa Maria de Jetibá e à família Stoch em Canguçu, eu agradeço por me receberem em suas casas e dedicarem o tempo de vocês a cada conversa que tivemos.

Ao longo desta caminhada de transformação de uma índia em pomerana, o meu coração agradece por cada olhar de compreensão e de paixão compartilhados por esta pesquisa que se tornou “a minha vida, onde eu me achei e sou feliz”.

A todos, obrigada!

RESUMO

O presente estudo tem como tema a manutenção e/ou revitalização de línguas minoritárias, tomando por base dois contextos de comunidades de imigração pomerana, Santa Maria de Jetibá (ES) e Canguçu (RS). São objetivos do estudo (1) compreender os fatores que determinam a dinâmica de manutenção e/ou substituição de uma língua minoritária e (2) entender as medidas ou ações de intervenção que buscam manter e/ou revitalizar a língua pomerana com base nos fatores anteriormente identificados. Com isso, busca-se responder às seguintes perguntas de pesquisa: (1) Quais fatores motivam os falantes ao uso e manutenção da língua minoritária de imigração? (2) Como se pode intervir no processo de perda e substituição linguística, a fim de manter e/ou revitalizar uma língua minoritária? (3) Em que medida as políticas linguísticas contribuem para esse processo e incorporam em suas ações medidas educativas de promoção do pomerano como patrimônio cultural imaterial? (4) Como são significadas ou percebidas essas políticas pelos falantes e não falantes de pomerano? Em outras palavras, essas políticas incluem ou excluem membros da comunidade em sua totalidade? (5) A quem deve se dirigir essa política linguística de revitalização da língua minoritária? Para responder a estas perguntas, torna-se imprescindível combinar pressupostos teóricos da área de política linguística com métodos de análise e interpretação da sociolinguística de estudo do plurilinguismo e de contatos linguísticos. A análise comparativa dos dois contextos selecionados segue o princípio da pluridimensionalidade (cf. THUN, 1998), considerando para isso o comportamento linguístico de grupos etários distintos (dimensão diageracional), com nível de escolaridade mais baixo ou mais elevado (dimensão diastrática), falantes e não-falantes de pomerano (dimensão dialingual), em diferentes situações e práticas sociais (dimensão diafásica), além da observação participante, incluindo anotações em diário de campo. Nesse modelo, a variável a ser analisada aqui é o <uso ou não uso da língua minoritária>, sobre a qual recai a interpretação a ser feita neste estudo em relação às perguntas de pesquisa colocadas. Como variantes possíveis de serem registradas nos dois contextos em estudo, podemos considerar os “estados de manutenção da língua” previstos no documento da UNESCO (2013) e no modelo de Edwards (1992), além de observações e acréscimos sugeridos com base nos resultados do presente estudo. Esses resultados apontam que ainda há um alto grau de manutenção da língua pomerana nas localidades em estudo. Entretanto, apesar do estado atual da língua ainda ser bastante presente nos diversos âmbitos da comunidade, como o comércio, os espaços da igreja, dentre outros, a língua pomerana

encontra-se em um contínuo crescente de perda linguística e substituição para o monolinguismo em português. A maior problemática recai na transmissão diageracional da língua materna para as gerações mais novas (GI), as entrevistas e a observação *in loco* comprovam as dificuldades de ensinar a língua pomerana em casa, fator que é agravado por uma escolarização excludente, que não problematiza a conscientização linguística (*language awareness*) dos indivíduos falantes e não falantes de pomerano. Nesse aspecto, uma política linguística de revitalização, principalmente, para a geração jovem, futuros pais, que reconheça a centralidade da família na manutenção da língua de imigração, se mostra urgente em ambas as localidades analisadas. Para abrigar as diferenças locais, ou seja, a diversidade e a pluralidade aí existente, o caminho que, a partir da pesquisa, se oferece como o mais eficaz e conciliador parece ser o de uma identidade plural e de uma política que defenda uma postura plural, em que os benefícios do plurilinguismo se coloquem à frente da defesa de línguas em particular.

Palavras-chave: Manutenção linguística. Revitalização linguística. Línguas minoritárias. Línguas de imigração. Pomerano.

ABSTRACT

The subject of the present study aims to discuss the maintenance and/or revitalization of minority languages, based on the examination of two cases of Pomeranian immigration communities in two different contexts, Santa Maria do Jetibá (ES) and Canguçu (RS). The purpose of this study is (1) to comprehend the factors that determine the maintenance and/or substitution of a minority language's dynamic and (2) to understand the intervention steps or actions that preserve and/or revitalize the Pomeranian language, based on the facts previously mentioned. Therefore, it is pertinent to respond the following research questions: (1) Which factors motivate the speakers to the usage and maintenance of an immigrant minority language? (2) How can one interfere in the process of linguistics loss and substitution, in order to preserve and/or revitalize a minority language? (3) In what level the linguistics policies contribute to this process and incorporate to their actions educational steps that promote the Pomeranian as intangible cultural heritage? (4) How are these policies perceived by speakers and non-Pomeranian speakers? In other words, does these policies include or exclude the community members in their totality? (5) To whom this minority language's revitalization linguistics policy must be directed? To respond to these questions it is indispensable to combine linguistics policy field's theoretical assumptions to sociolinguistics interpretation and analysis' methods of plurilingualism study and linguistic contacts. The comparative analysis of the two selected contexts follow the multidimensionality principle (cf. THUN, 1998), considering, therefore, the linguistic behaviour of different age groups (diagenational dimension), with lower or higher educational level (diastratological dimension), speakers or non-Pomeranian speakers (dialingual dimension), in distinct situations and social practices (diaphasic dimension), in addition to the participant observation, including field notes. In this model, the variable to be analyzed is the <use or non use of the minority language>, over which lies the interpretation to be made in this study, taking into account the research questions previously presented. As possible variants to be registered in the two given contexts, we could consider consider the "states of language maintenance" foreseen in the UNESCO's document (2013) and Edwards model (1922), as well as the observations and additions suggested based on the results of the present study. These results indicate that there is still a high degree of maintenance of the Pomeranian language in the study sites. However, although the current state of the language is still very present in the various spheres of the community, such as commerce, church spaces, among others, the Pomeranian language is in a

growing continuum of linguistic loss and substitution for monolingualism in Portuguese. The main problems are in the diagenational transmission of the mother tongue to the younger generations (G1), interviews and on-site observation prove the difficulties of teaching the Pomeranian language at home, a factor that is aggravated by an exclusionary schooling, which does not problematize the linguistic awareness of speaking and non-Pomeranian speakers. In this aspect, a revitalization language policy, mainly for the younger generation, future parents, is urgent in both locations focus the research. Revitalization actions that give importance to the importance of the family for the maintenance of the immigrant language, is from the recognition of its plural identity and a policy that defends a plural position that emphasizes the benefits of plurilingualism.

Keywords: Linguistic maintenance. Linguistic revitalization. Minority languages. Languages of immigration. Pomerano.

SUMÁRIO

Introdução	13
1 Pressupostos teóricos.....	19
1.1 Variação linguística e práticas sociais em contato.....	19
1.1.1 Línguas, dialetos e/ou variedades linguísticas em contato.....	20
1.1.2 O <i>status</i> e o valor das línguas em contato	22
1.1.3 Línguas plurais: bilinguismo, multilinguismo e plurilinguismo	24
1.1.4 Diglossia: funcionalização de variedades	26
1.2 Manutenção e/ou substituição linguística (<i>language maintenance - language shift</i>) ...	28
1.2.1 Fatores determinantes da manutenção ou perda linguística.....	29
1.2.2 Conscientização e revitalização linguística: por uma educação plurilinguística	31
1.3 Políticas linguísticas: campo de decisões sobre línguas na sociedade.....	33
1.3.1 Políticas linguísticas <i>in vitro</i> e <i>in vivo</i>	35
1.3.2 Contínuo das modalidades de políticas linguísticas para o plurilinguismo	36
1.4 Estrutura social e comportamento linguístico variável.....	37
1.4.1 Territorialidades de uso da língua e práticas sociais	37
1.4.2 Princípio da pluridimensionalidade.....	39
2 Metodologia da pesquisa	44
2.1 Rede de pontos: fatores condicionadores.....	44
2.2 Dimensões de análise.....	46
2.2.1 Eixo da diatopia: meio rural e urbano	47
2.2.2 Representação cartográfica: dimensão diageracional e diastrática	49

2.2.3	Dimensão dialingual: falantes e não falantes de pomerano	50
2.3	Procedimentos de coleta de dados	50
2.3.1	Observação participante: saídas de campo.....	51
2.3.2	Entrevistas	52
3	Análise dos dados.....	55
3.1	Aspectos sócio-históricos do pomerano em contato com o português	56
3.1.1	Santa Maria de Jetibá, Espírito Santo	58
3.1.2	Canguçu, Rio Grande do Sul.....	63
3.2	Vitalidade linguística do pomerano: onde, quem, quando mantém?.....	68
3.2.1	Territorialidades pró-uso do pomerano: situação de uso	71
3.2.2	Transmissão diageracional	79
3.3	Fatores condicionadores da manutenção do pomerano	83
3.3.1	Plurilinguismo na escolarização.....	84
3.3.2	Fator econômico: status da língua.....	88
3.3.3	A igreja como espaço de manutenção	91
3.3.4	Ação e percepção das políticas linguísticas: revitalização linguística.....	94
3.3.4.1	Ação dos gestores da língua	94
3.3.4.2	Percepção dos sujeitos informantes	97
4	Considerações finais	99
	Referências bibliográficas	103
	Anexo A - Questionário de Edwards (1992)	111
	Anexo B – Questionário da pesquisa.....	112
	Anexo C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	120

Anexo D – Lei de Cooficialização em Santa Maria de Jetibá – ES	122
Anexo E – Lei de Cooficialização em Canguçu – RS.....	123
Anexo F – Fotos de Santa Maria de Jetibá – ES	125
Anexo G – Fotos de Canguçu – RS.....	128

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Esquema da Dialetologia Pluridimensional Relacional, conforme Thun (1998)..	40
Quadro 2: Organização em forma de cruz do grupo de informantes.....	42
Quadro 3: Perfil dos informantes entrevistados	53
Tabela 1: Organização das micro- e macrovariáveis por categorias, segundo o modelo de Edwards (1992)	30
Tabela 2: Contínuo das modalidades de políticas linguísticas, conforme Altenhofen (2013a)	37
Tabela 3: Dimensões e Parâmetros da Dialetologia Pluridimensional e Relacional.....	42
Tabela 4: Dados populacionais do município de Santa Maria de Jetibá	44
Tabela 5: Dados populacionais do município de Canguçu	45
Tabela 6: Dimensões e Parâmetros selecionados nesta pesquisa	46
Tabela 7: Esquema de organização dos informantes da pesquisa	49
Tabela 8: Esquema de organização dos gestores.....	54

LISTA DE MAPAS E FIGURAS

Mapa 1: Localização dos municípios de Santa Maria de Jetibá e Canguçu	16
Mapa 2: Ponto de pesquisa Santa Maria de Jetibá - ES.....	48
Mapa 3: Ponto de pesquisa Canguçu - RS.....	48
Mapa 4: Povoamento do Espírito Santo	60
Mapa 5: Nome das ruas na região central de Santa Maria de Jetibá - ES	72
Mapa 6: Nome das ruas na região central de Canguçu - RS	74
Figura 1: Placa de chegada no município de Santa Maria de Jetibá.....	63
Figura 2: Igreja Luterana Independente da comunidade de Canguçu Velho	66
Figura 3: A língua escrita no comércio	76

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado tem por **tema** a manutenção e/ou revitalização de línguas minoritárias, tomando por base a situação de uma língua de imigração específica, representada pelo pomerano falado em duas localidades distintas e distantes uma da outra, a saber Santa Maria de Jetibá, no Espírito Santo (ES), e Canguçu, no Rio Grande do Sul (RS). A vinda dos imigrantes pomeranos para o Brasil, para essas áreas, a partir da segunda metade do séc. XIX, acrescenta mais um componente à constelação linguística e cultural existente no país. O contato do pomerano com o português e outras variedades, neste estudo, é abordado pela ótica tanto de indivíduos falantes quanto de não falantes de pomerano, seguindo o princípio inclusivo e totalizante de todos os partícipes das comunidades em estudo. Além desse recorte, busca-se compreender as problemáticas que ocasionam a perda da diversidade linguística e, por conseguinte, entender as ações implementadas no âmbito da revitalização linguística que tentam romper com esse contínuo de perda.

A diversidade linguística e cultural presente nos contextos de imigração – como também de fronteira e de línguas minoritárias, de modo geral – ainda hoje é camuflada pela ideologia da língua única empregada em todo o país. Com a justificativa de que há a necessidade de uniformização da língua para a organização de uma nação, tem-se preterido as demais línguas de comunidades minoritárias com ações que freiam o desenvolvimento e a manutenção delas, ou até mesmo as ignoram, como se em todo o território nacional não houvesse nenhuma outra língua além da oficial. Para Oliveira (2009, p.1),

produziu-se o ‘conhecimento’ de que no Brasil se fala o português, e o ‘desconhecimento’ de que muitas outras línguas foram e são igualmente faladas. O fato de que as pessoas aceitem, sem discutir, como se fosse um ‘ato natural’, que o ‘português é a língua do Brasil’ foi e é fundamental para obter consenso das maiorias para as políticas de repressão às outras línguas, hoje minoritárias.

Altenhofen e Broch (2011, p.15) argumentam ainda que, “[...] por envolver línguas minoritárias, o plurilinguismo brasileiro permanece normalmente ignorado, por vezes invisível ou exótico [...]”. Ou seja, a diversidade presente no país não é promovida pelos órgãos públicos, é marginalizada. Ser um falante bilíngue, sendo uma de suas línguas minoritária, não é visto como virtude ou orgulho, mas como habilidade desnecessária, tendo em vista o argumento meramente mercadológico de que não haveria aplicação, em função do número restrito de falantes. Entretanto, a pluralidade linguística existente no território

nacional evidencia-se nas mais de 300 línguas identificadas no país, sendo 274 línguas indígenas, chamadas de autóctones por serem línguas nativas; 56 línguas de imigração, alóctones; 2 línguas de sinais; além de línguas crioulas e de comunidades afro-brasileiras (cf. IBGE, 2010; ALTENHOFEN, 2013a). Além disso, com o avanço da globalização, tem-se rompido, de um lado, a ideia de um país totalmente monolíngue em favor do conceito muito em voga – quase um chavão – da “diversidade” como meio de inclusão e tolerância das diferenças.

A partir do conhecimento do multilinguismo existente no Brasil, é preciso deixar claro que, antes de tudo, esta pesquisa parte da **premissa** de que o bilinguismo é uma condição extremamente benéfica, independente da variedade de fala. Isso é comprovado por uma série de estudos, tanto do ponto de vista social e linguístico, ou social-linguístico, quanto psicolinguístico (cf. ROMAINE, 1995; ZIMMER, FINGER, SCHERRER, 2008; NAJAB, 1989). Sabe-se que, cognitivamente, o bilinguismo acelera o desenvolvimento linguístico e metalinguístico da criança e reduz os efeitos da idade nos processos de deterioração mental nos mais velhos¹. Socialmente, o domínio de línguas minoritárias representa para o falante um modo de expressão de sua identidade, de compreensão e de interação com o mundo que o cerca, isto é, a língua é o instrumento e o reflexo do ser formado em um determinado espaço e tempo. Assim, ter a habilidade de falar mais de uma língua, incluindo uma variedade minoritária, é imprescindível para consolidar uma democracia cultural, como defende Fishman (2006).

Nos últimos anos, pesquisadores junto ao poder público municipal e gestores da língua estão cada vez mais comprometidos com a manutenção e revitalização da pluralidade linguística e cultural existente no país. O crescimento dessa pauta evidencia-se de maneira exemplar no âmbito das políticas linguísticas empreendidas pelo grupo de língua pomerana. Há inúmeros projetos, especialmente no Espírito Santo, que tem tido repercussão nacional, entre os quais: o Dicionário Enciclopédico Pomerano-Português (2006), elaborado por Tressmann; o Projeto de Educação Escolar Pomerana, PROEPO (2005); a lei municipal 1136/2009 de Cooficialização da Língua Pomerana (Anexo D); dentre outros projetos que serão descritos mais detalhadamente no Capítulo 3, para entender o surgimento e a trajetória dessas políticas.

Todo esse quadro de ações político-linguísticas em prol do pomerano justifica a escolha do panorama complexo que se forma em torno das medidas que buscam a

¹ Conclusão dos estudos feitos por Bialystok e Shapero (2005).

manutenção dessa língua de imigração. Nesse âmbito, o município de Santa Maria de Jetibá, conhecido como o maior núcleo de pomeranos no Brasil, insere-se como canalizador das ações políticas que têm repercutido em outras comunidades dentro e fora do estado do Espírito Santo, em uma espécie de efeito dominó. Particularmente, instiga-nos comparar os reflexos dessas políticas linguísticas em Canguçu - RS, uma das localidades no extremo sul do Brasil, com visibilidade quanto à língua pomerana, e que mantém um diálogo constante com gestores de Santa Maria de Jetibá, tendo em 2010 também cooficializado a língua pomerana.

Como sugere uma política linguística *in vivo*, o movimento atual de empreendimento de ações em prol da pluralidade linguística não pode ocorrer desconexo da própria vontade da comunidade a que se dirigem essas ações. Neste sentido, “dar ouvidos” à comunidade (ALTENHOFEN, 2013a) – como faz a pesquisa, ao buscar compreender o uso da língua minoritária por seus falantes, bem como suas aspirações em relação a esse uso – constitui-se em uma ação político-linguística *per se*. Maher (2010, p.35) argumenta que diagnosticar o grau de vitalidade da língua minoritária, o ambiente em que é falada e a atitude da comunidade de fala frente a sua língua é imprescindível para apontar caminhos para sua manutenção. Para ela, “só a partir dessa descrição é que é possível planejar a elaboração e a implementação de uma política local, doméstica, que ofereça chances reais de ser bem sucedida”. Assim, a fim de entender essa lógica, questionamos os diferentes aspectos da implementação, construção e percepção de uma política linguística *in vivo* ou *in vitro*², tomando por base sua proposição em dois contextos distintos de contato pomerano-português: Santa Maria de Jetibá (ES), situada no centro das ações de promoção linguística e cultural do pomerano, e Canguçu (RS), onde os reflexos dessa política se mostram mais recentes. O Mapa 1 localiza esses municípios, *locus* desta pesquisa, no mapa do Brasil.

² Por *in vivo* entende-se políticas de intervenção externa, que parte de pesquisadores, enquanto uma política linguística *in vivo* resulta de práticas espontâneas da comunidade local (v. subseção 1.3.1).

Mapa 1 – Localização dos municípios de Santa Maria de Jetibá e Canguçu



Fonte: Elaborado pela autora.

Alguns estudos que têm como temática a manutenção e substituição linguística, tais como Bremenkamp (2014), Kaufmann (2006) e Pertile (2009), servem de base para a ampliação e consolidação da análise feita nesta pesquisa, cujo **fundamento básico** parte de uma perspectiva plural de aceitação da diversidade linguística. Olhar para o que já foi feito na área é essencial para aprender com o fazer teórico e com as dificuldades e lacunas desses estudos. A isso se somam os diversos questionamentos levantados quanto à complexidade da pluralidade linguística em contextos multilíngues minoritários.

Na busca por esclarecer essa realidade plurilíngue dos indivíduos, falantes e não falantes de pomerano, deparamo-nos com as seguintes **perguntas de pesquisa**: (1) Quais fatores motivam os falantes ao uso e manutenção da língua minoritária de imigração? (2) Como se pode intervir no processo de perda e substituição linguística, a fim de manter e/ou revitalizar uma língua minoritária? (3) Em que medida as políticas linguísticas contribuem para esse processo e incorporam em suas ações medidas educativas de promoção do pomerano como patrimônio cultural imaterial? (4) Como são significadas ou percebidas essas políticas pelos falantes e não falantes de pomerano? Em outras palavras, essas políticas incluem ou excluem membros da comunidade em sua totalidade? (5) A quem deve se dirigir essa política linguística de revitalização da língua minoritária?

Toda essa problemática instiga-nos a buscar compreender como a língua pomerana, depois de mais de 150 anos da vinda dos primeiros imigrantes, portanto após mais de quatro gerações, ainda se mantém em uso, ao menos parcialmente, nas localidades aqui analisadas. Considerando que as ações de manutenção linguística são mais ou menos recentes, é de se depreender que, de um lado, a língua pomerana sobreviveu, nesses 150 anos, à mercê de ações concretas neste sentido e que, de outro lado, agora com esse suporte, se presume um impacto positivo ainda maior. Em tese, parece uma lógica simples, mas na verdade a dinâmica social muda constantemente, logo também mudam as condições de manutenção e revitalização linguística. Por esta razão, definimos como **objetivo central** deste estudo, de um lado, compreender os fatores que determinam a dinâmica de manutenção e/ou substituição de uma língua minoritária e, de outro, as medidas ou ações de intervenção que favorecem a manutenção linguística e cultural em contextos multilíngues. Em relação ao primeiro ponto, o estudo busca identificar, especificamente:

(1) o que condiciona a variável <manutenção da língua pomerana> nas localidades foco da pesquisa;

(2) como o processo de perda e substituição linguística atua nos indivíduos falantes e não falantes de pomerano, afastando-os da língua minoritária.

Em relação ao segundo ponto, que se ocupa com o âmbito das ações de revitalização, cabe verificar, nesta pesquisa:

(1) quais as ações implementadas pelos gestores da língua³;

(2) qual o foco priorizado nessas políticas;

(3) em que medida os membros da comunidade se sentem identificados com essas políticas, tendo em vista o grau de consciência plurilíngue e os significados sociais atribuídos.

A presente dissertação desenvolve-se no campo de uma “sociologia do plurilinguismo” (como parte da sociologia da linguagem, v. FISHMAN, 1972), tendo por foco o processo de manutenção e substituição de uma língua minoritária em contextos de coocorrência e concorrência com a língua portuguesa. Dedicamos o primeiro capítulo a esse embasamento teórico que combina a área de política linguística com métodos de análise e interpretação da sociolinguística de estudo do plurilinguismo e de contatos linguísticos. Para tanto, partimos da explicação dos fatores que favorecem ou desfavorecem a manutenção,

³ Entende-se como gestores da língua, indivíduos atuantes na comunidade local quanto a manutenção e revitalização da língua pomerana, podendo ser ligados ao poder público local ou não.

conforme descreve Fishman (1972, 2006), compreendendo os processos envolvidos no contínuo de perda e substituição linguística (ALTENHOFEN, 2013a) na sua interface com o campo das decisões sobre as línguas na sociedade (cf. CALVET, 2007) e o comportamento linguístico variável (THUN, 1996), bem como a transmissão intergeracional (MACKEY, 1972; ROMAINE, 1995) e a promoção do plurilinguismo (v. BROCH, 2014).

No segundo capítulo, descrevem-se os procedimentos metodológicos que norteiam as diversas etapas desta pesquisa empírica de cunho descritivo e interpretativo. Em meio a um contexto que apresenta o contato plural entre variedades linguísticas e entre línguas diversas, supõe-se que deve haver alguma organização lógica que revela o que é comum na interação entre os indivíduos que configuram esse contexto. Assim, o princípio da pluridimensionalidade, isto é, da análise do comportamento linguístico variável em diferentes dimensões, serve de guia ordenador das relações entre os indivíduos e as variedades linguísticas identificadas, focando-as em diferentes dimensões, recortes e olhares (dimensão diatópica = comparação entre localidades distintas; diageracional = mudança em progresso da geração mais velha para a mais jovem; diastrática = comportamento variável devido a níveis de escolaridade distintos; dialingual = perspectiva de falantes e não-falantes; e diafásica = situações de uso distintas). Neste capítulo, são explicitados, ainda, além dos critérios de escolha dos informantes, os estratos sociais observados, a interação com os sujeitos da pesquisa, na observação participante, bem como os procedimentos adotados nas entrevistas semiestruturadas e as observações feitas no diário de campo.

O terceiro capítulo ocupa-se, enfim, com a análise dos dados, apresentando os resultados da pesquisa nas comunidades de Santa Maria de Jetibá e Canguçu, referentes à manutenção, substituição e revitalização linguística do pomerano. A partir da macroanálise pluridimensional dos dados levantados, busca-se respostas às perguntas de pesquisa colocadas acima, no sentido de esclarecer as dinâmicas sociais e linguísticas em jogo em contextos multilíngues dessa natureza, com vistas a repensar e a ajustar as práticas de revitalização de línguas minoritárias comumente utilizadas. A proposta de uma inversão desse contínuo em prol da aquisição e manutenção deve-se prioritariamente à necessidade de compreender as redes complexas que envolvem esses falantes e as variáveis que atuam no uso ou perda da língua. Nas considerações finais, busca-se reunir as conclusões e observações centrais apontadas pelo estudo.

CAPÍTULO 1 - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Este capítulo é dedicado à apresentação dos conceitos básicos acerca do processo de manutenção e substituição de uma língua minoritária. Isso implica em compreender os aspectos que embasam a área de atuação da sociolinguística do plurilinguismo e do contato linguístico, como estudo das “manifestações reais da linguagem humana”, e compreender adicionalmente como romper com o contínuo de substituição de uma língua minoritária. Como já se mencionou, a variável em estudo, nesta dissertação, é representada pela <manutenção ou substituição da língua minoritária>, observável por meio dos graus variáveis de sua <vitalidade linguística>, tanto no eixo do tempo, quanto na correlação entre os diferentes segmentos sociais que constituem os potenciais usuários da língua pomerana nas localidades de pesquisa selecionadas. Quais são esses segmentos sociais e como observar a língua em seu uso variável, veremos a seguir.

1.1 Variação linguística e práticas sociais em contato

Com as migrações, a modernidade tecnológica, a crescente globalização, as políticas de intercâmbio linguístico e, por consequência, a aproximação da comunicação de pessoas de regiões diferentes (v. RADTKE & THUN, 1996), têm-se cada vez mais intensificado o frequente contato de línguas e culturas. Sendo a variação linguística inerente a toda língua (GNERRE, 1991), e ampliando a noção de contato linguístico ao âmbito dos contatos intervarietais (entre variedades e falantes da mesma língua), evidencia-se a relevância de observar não apenas na pesquisa, como também no ensino, como se dão esses aspectos na vida “real” das línguas e de seus usuários. Se é assim, deduz-se que uma política linguística inclusiva *in vivo*, que portanto “dê ouvidos” à comunidade de falantes à qual se destina essa política, prescinde da pressuposição de que línguas são abstrações que, na realidade, se realizam de modo variável em todas as esferas de uso na sociedade. E que, por isso, a variação linguística, assim como a pluralidade linguística, ou o plurilinguismo como habilidade no uso de um repertório plurilíngue pelo indivíduo, são normais, ou melhor, constituem a normalidade, ao invés de serem a exceção, ou o desvio.

A noção de contatos linguísticos e de plurilinguismo nem sempre vem associada, contudo, como uma característica normal da vida das línguas, no dia a dia. Fasold (1996, p.67) expõe, por exemplo, que, “historicamente, podem ser definidos quatro elementos que originaram estados plurilíngues: a migração, o imperialismo, o federalismo e os fenômenos das zonas fronteiriças”. De fato, na perspectiva mais global, com o rompimento de fronteiras linguísticas, observa-se uma consciência crescente da sua própria língua e da língua do outro pelos indivíduos. Porém, ora de forma a enaltecer a “diversidade”, ora de forma a discriminá-la como algo “fora da lei”, conforme o caráter social, econômico e político dos falantes envolvidos. Do mesmo modo, as problemáticas estudadas pelos linguistas têm destacado, de um lado, as interinfluências de uma língua sobre outra e, de outro lado, embora só mais recentemente, as habilidades decorrentes da exposição a um repertório linguístico variado. O mesmo vale para o enfoque adotado, inicialmente centrado mais em uma perspectiva microlinguística de análise, com ênfase em aspectos mais estruturais da linguagem, e posteriormente com um olhar mais para macrotendências, de ordem macrossocial, em que se comparam realidades distintas, com vistas a encontrar intersecções e apontar regularidades.

1.1.1 Línguas, dialetos e/ou variedades linguísticas em contato

A partir dessas constatações, cabe-nos, então, a pergunta: o que está em contato, línguas, dialetos ou variedades linguísticas? Para responder tal questionamento, é preciso entender o antagonismo que esses termos estabelecem entre si no imaginário social. O termo *dialeto*, muito corrente nas relações sociais de falantes de línguas minoritárias, costuma ser interpretado como a forma errada, não padrão, portanto, inferior e subordinada a outra língua que detém o prestígio. Tal interpretação, afasta-se do significado original do termo derivado do grego *dialektós*, que significa “modo de falar”. Devido às conotações negativas e à polissemia do termo *dialeto*, adota-se, neste estudo, a noção de *variedade linguística* – ou mesmo de *língua* no sentido amplo, como sistema de regras que serve à comunicação – como tipo de designação mais neutra e isenta de conotações depreciativas.

Conforme defende Coseriu (1982, p.10-11), “intrinsecamente, um dialeto é simplesmente uma língua: um sistema fônico, gramatical e léxico. [...] Assim, pois, em sentido ‘objetivo’ [...]. o termo dialeto [...] não significa outra coisa que o termo língua”⁴. Isso significa que não há uma diferença sistêmica entre *língua* e *dialeto*, senão de status social.

⁴ “intrinsecamente, un dialecto es simplemente una lengua: un sistema fónico, gramatical y léxico. [...] Así, pues, en sentido ‘objetivo’ [...], el término dialecto [...] no significa otra cosa que el término lengua.”

Sistemicamente, um dialeto é uma língua⁵, pois apresenta um sistema de fonemas, de léxico e uma gramática estruturada. Ou seja, a diferença do termo é mais social do que puramente linguística, já que, como afirma Coseriu, as línguas são abstrações no plano da consciência, e o que é falado, a prática real, são variedades linguísticas.

Tal posição é polêmica nas regiões de contato pomerano-português, principalmente, nos indivíduos mais engajados na causa pomerana. O fato de o pomerano ser ou não uma língua ou um dialeto é, além de muito importante para a comunidade de fala pomerana, uma questão muito presente na militância diária que se trava nos seus respectivos contextos de fala. Tal reação foi desencadeada pela pesquisa empreendida por Tressmann (2005), em sua tese de doutorado. O objetivo do seu estudo foi descrever a língua pomerana em comunidades do Espírito Santo a partir de práticas estilísticas identitárias. Ao analisar as produções orais em diferentes gêneros textuais e relacionar suas análises com outras pesquisas, especialmente de Hammermeister (1999)⁶, Tressmann concluiu que o pomerano é uma língua e não um dialeto alemão. Para ele, o *Pommersch* constituiu-se como língua, tendo *status* como língua autônoma, antes mesmo da formação do Reino da Prússia (1701-1871), a qual subjugou, posteriormente, a Pomerânia, região em que a língua pomerana desenvolveu-se. Como forma de comprovar sua tese, Tressmann (idem) trabalhou com três pontos de argumentação:

(1) Por meio do estudo histórico-comparativo entre as línguas germânicas, Tressmann atribuiu a língua pomerana ao tronco indo-europeu da família linguística germânica ocidental e subfamília baixo-saxão oriental, que originou-se do saxão antigo e, a partir de então, sofreu diversas influências (alemão báltico, o prussiano, o silésio, dentre outras). Para o pesquisador, é preferível utilizar

o termo Baixo-Saxão a “Baixo-Alemão”, especialmente porque o Pomerano e o Alemão descendem de línguas diferentes, respectivamente, Saxão antigo e Alto-Alemão antigo. [...] Ademais, o termo “Baixo-Alemão” encerra conotações nacionalistas, sugerindo uma pretensa relação de superioridade/inferioridade entre a língua oficial alemã e as línguas baixosaxônicas. (TRESSMANN, 2008, p.14)

(2) O espaço em que cada uma dessas subfamílias desenvolveu-se também influenciou, conforme Tressmann relata em sua tese, na diferenciação do pomerano e do alemão.

⁵ Apesar de todo dialeto ser uma língua, nem toda língua é um dialeto, pois este último faz parte de um subsistema de uma língua histórica maior (Coseriu, 1982).

⁶ O autor identificou neste trabalho nove variedades do pomerano europeu, sendo na Pomerânia Ocidental o *Vorpommersch* e o *Rügen*; e na Pomerânia Oriental, o *Nordostpommersch*, *Zentralpommersch*, *Bublitz*, *Kolberb*, *Belbuck*, *Südpommersch* e *Mittelpommersch* (HAMMERMEISTER, *apud* TRESSMANN, 2005). No Espírito Santo, os imigrantes pomeranos vieram em sua totalidade da Pomerânia Oriental, conforme registro de chegada e distribuição de lotes de terras, enquanto no Rio Grande do Sul não houve essa uniformidade.

(3) Por último, o fator da inteligibilidade é considerado como critério para defender o pomerano e o alemão como línguas diferentes, já que não são inteligíveis entre si.

Apesar de ser questionável essa ênfase de Tressmann na taxonomia da língua e sua tentativa de “independentizar” a noção de pomerano da de alemão, costuma-se, do ponto de vista germanístico e por sua origem, incluir o pomerano no grupo de línguas de imigração alemã, do mesmo modo que se faz com o hunsriqueano e o vestfaliano (cf. ALTENHOFEN, 2013a). Estas também imigram como “dialetos”, mas se afirmam como “línguas de imigração”, no sentido do *status* linguístico e político que assumem no novo meio. Não obstante, é preciso reconhecer o trabalho de Tressmann, que tem tido uma influência crescente na comunidade de fala pomerana dos diferentes estados e localidades rurais e urbanas. A auto-afirmação do pomerano enquanto língua e não “dialeto” parece ter trazido ao imaginário do indivíduo falante um maior prestígio da sua língua e cultura. Concomitante a esse processo, a normatização da escrita do pomerano por meio do Dicionário Enciclopédico Pomerano-Português, de 2006, por Tressmann, teve e ainda tem um impacto de alavancar a língua pomerana em outras esferas sociais além da familiar, como o comércio e algumas instituições públicas que dão visibilidade à língua de imigração pomerana.

A importância do debate sobre as designações de *língua e/ou variedade/dialeto*, no âmbito da promoção do pomerano, tomou proporções político-linguísticas de impacto sobre a manutenção da “língua pomerana”, já que atua de forma positiva na consciência linguística (*language awareness*) dos indivíduos de comunidades multilíngues pomeranas que consideram o pomerano uma língua (v. cap. 3). Para nós, no entanto, importa compreender a relevância da auto-afirmação de o pomerano ser uma língua diferente da língua alemã e o que tais afirmações acarretam nas atitudes linguísticas dos indivíduos desse contexto multilíngue.

1.1.2 O *status* e o valor das línguas em contato

Como visto anteriormente, o estudo da língua está internamente ligado ao estudo dos aspectos sociais que a cercam. Cabe lembrar que, para Weinreich, é “em um ambiente psicológico e sociocultural amplo que o contato linguístico pode ser melhor entendido”⁷ (WEINREICH, 1970 [1953], p.4). O linguista apresenta os aspectos socioculturais, fatores extralinguísticos, como indissociáveis do estudo das descrições de línguas em contato, para ele,

⁷ “in a broad psychological and socio-cultural setting that language contact can best be understood”.

a extensão, a direção e a natureza da interferência de uma língua em outra pode ser explicada ainda mais detalhadamente por meio do comportamento discursivo de indivíduos bilíngues, que por sua vez é condicionado pela relação social na comunidade em que vivem⁸. (WEINREICH, 1970 [1953], p.4-5)

Dessa forma, a língua não deve ser entendida como uma pessoa que tem vida própria e estruturas independentes, pelo contrário, a língua é um construto social que existe por meio dos indivíduos que as falam. “As línguas humanas são [...] reflexo da cultura de um povo [...], parte da cultura de um povo. São ainda mais do que isto: são mecanismos de identidade. Um povo se individualiza, se afirma e é identificado em função de sua língua” (SCHERRE, 2005, p.10). O valor atribuído às línguas é, na verdade, consequência do significado dado à identidade e à cultura de um determinado grupo, ou seja, como afirma Gnerre (1991, p.6), “uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes”.

A crescente inserção e lugar de destaque de línguas modernas como o inglês (língua hipercentral), alemão e o francês (línguas centrais), no sistema global das línguas, atesta para o alto prestígio e valor positivo de mercado que essas línguas adquiriram nas relações de força marcadas pelo seu poder político, econômico e social (DE SWAAN, 2001). Altenhofen (2014, p.2) acrescenta ainda que a língua

seja ela minoritária ou majoritária, possui uma importância e um valor no “mercado linguístico” que dependem de uma série de fatores. É uma ilusão pensar que as línguas são iguais, no sentido do que são capazes, mas todas - sem exceção - têm o seu valor definido pelos usuários e respectivas comunidades de fala, a quem deve ser garantido o direito de uso. Esse valor de mercado, assim como o *status* sócio-político de uma língua, variam conforme o contexto de uso e o ponto de vista que se adota.

Ao descrever o mercado linguístico, Bourdieu (1986) argumenta que os diferentes valores dependem do lucro que determinada língua ou discurso pode ter ao ser avaliado por aqueles que detêm o poder. Imerso nessa conjuntura, o *status* social e, neste caso, também o *status* econômico da língua são consequência do poder de seus falantes. Entende-se que

todas as línguas têm os mesmos direitos, as mesmas possibilidades de serem aprendidas plenamente, desenvolvidas e usadas em todas as situações por todos os seus falantes, mas na prática isso não acontece. Diferentes línguas têm diferentes direitos políticos, não dependendo de qualquer característica inerente, mas da força de poder entre os falantes e suas línguas⁹. (SKUTNABB-KANGAS, 1988, p.12).

⁸ “the extent, direction, and nature of interference of one language with another can be explained even more thoroughly in terms of the speech behavior of bilingual individuals, which in turn is conditioned by social relation in the community in which they live.”

⁹ “[...] all languages could have the same rights, the same possibility of being learned fully, developed and used in all situation by their speakers. But in practice we know that this is far from the case. Different language have different political rights, not depending on any inherent characteristics, but on the power relationships between the speakers of those languages.”

O direito de ser plural, de falar mais de uma língua, relaciona-se diretamente a quem fala essa ou aquela língua. Isto é, o *status* social e econômico de um falante de pomerano remete ao *status* dessa língua na localidade. Pertile (2006) afirma que esse fator tem forte peso nas atitudes linguísticas da comunidade local como um todo frente à língua minoritária. Se as atitudes refletem uma visão pejorativa do falante de pomerano, conseqüentemente, o *status* dessa língua será inferior, principalmente entre os mais jovens. A atitude mais positiva, com maior consciência linguística (*language awareness*), pode aproximar a comunidade da língua e identidade local, compreendendo sua própria essência. Tal fato pode acarretar uma percepção negativa das línguas que compartilham o mesmo espaço com a que detém o poder, fator relevante no processo de manutenção e substituição linguística.

Essa concorrência das línguas é um elemento diário nas comunidades históricas de imigração no Brasil. O valor social negativo, portanto, amplia-se ao analisar as comunidades multilíngues que apresentam em sua configuração os contatos linguísticos do português com línguas minoritárias. Por língua minoritária, entende-se aqui, o que Altenhofen (2013a, p.94) denomina de “[...] modalidade de línguas e variedades usadas à margem ou ao lado de uma língua (majoritária) dominante”, em que o “*status* político” denomina o conceito de língua minoritária. O *status* político secundário das línguas minoritárias de imigração frente à língua majoritária trabalha de forma direta na consciência linguística dos sujeitos de comunidades em contato, construindo a falsa ideia que uma língua pode ser superior a outra (CRYSTAL, 1997). É preciso ponderar ainda que a complexidade dos indivíduos falantes e não falantes de pomerano atestam para a imbricação de muitos fatores identitários. Não há como isolar a identidade brasileira e a identidade pomerana, são híbridas nesses contextos de contato linguístico, e, portanto, alternam-se no contínuo do mais pomerano ao mais português. Essa hibridez identitária desses indivíduos certificam para uma relação não dicotômica, mas situacional, das línguas em contato que depende do interlocutor, do tópico do assunto, da situação de fala, do ambiente, dentre outros. Assim, na prática, o poder das línguas é móvel e negociável, pois, se não fosse, a língua pomerana não teria sobrevivido a mais de 150 anos apesar das políticas de coibição.

1.1.3 Línguas plurais: bilinguismo, multilinguismo e plurilinguismo

Não são concenso entre os pesquisadores os significados atribuídos aos termos *bilinguismo*, *multilinguismo* e *plurilinguismo*. Por vezes, a terminologia é confusa e utilizada

sem nenhum critério, apenas como sinônimos. Outras, como menciona Mackey (2005) em seu estudo, são definidas a partir do número de línguas utilizadas por um indivíduo, em que bilinguismo refere-se ao uso de duas línguas, multilinguismo ao uso de mais de duas línguas e plurilinguismo ao uso de mais de uma língua. Conforme o ponto de vista aqui adotado, essa visão terminológica é reducionista e pouco diferencia a natureza complexa dos contatos entre diferentes línguas. Para Broch (2014) e Altenhofen & Broch (2011), o multilinguismo está relacionado ao nível societal, na coexistência de línguas e variedades em um determinado espaço. Já o bilinguismo e o plurilinguismo estão atrelados ao nível individual, pois referem-se à habilidade de um indivíduo de falar duas ou mais línguas, com proficiência e função variável.

Em relação ao nível individual, Mackey (1972, p.556) considera o bilinguismo “[...] um padrão de comportamento de práticas linguísticas que mudam mutuamente, variando em grau, função, alternância e interferência”¹⁰. Em outras palavras, é simplista definir o falante bilíngue ou plurilíngue apenas pela utilização de duas ou mais línguas, porque há a necessidade de verificar (1) o grau de fluência de um indivíduo; (2) a função que a língua possui na sociedade; (3) a alternância que um indivíduo faz entre duas ou mais línguas e, por último, (4) a interferência que uma língua ocasiona em outra (cf. MACKEY, 1972). De modo complementar à visão de Mackey (1972), Altenhofen (2002) identifica critérios essenciais a observar na relação entre as línguas que fazem parte do “bilinguismo” de um determinado indivíduo. Neste sentido, a definição do conceito de “língua materna” deve levar em conta:

a) a primeira língua aprendida pelo falante, b) em alguns casos, simultaneamente com outra língua, com a qual c) compartilha usos e funções específicas, e) apresentando-se porém geralmente como língua dominante, f) fortemente identificada com a língua da mãe e do pai, e, por isso, d) provida de um valor afetivo próprio. (ALTENHOFEN, 2002, p. 159)

O processo de aquisição de uma língua relacionada à idade é importante para entender também o fenômeno do bilinguismo. Romaine (1995), ao estudar a aquisição bilíngue das crianças, aponta seis formas de caracterizar uma criança bilíngue a partir do contato com a língua dos pais e com a língua falada na comunidade onde a família reside. Uma das estratégias relatada pela pesquisadora é representada pela fórmula “uma língua, um ambiente” (*one language – one environment*), em que os pais optam por falar a língua não dominante em casa, e a criança aprende a língua dominante fora de casa. Tais processos serão relevantes na

¹⁰ “Bilingualism is a behavioural pattern of mutually modifying linguistic practices varying in degree, function, alternation, and interference.”

análise dos dados para compreender as suas implicações na adesão ou não dos indivíduos de comunidades multilíngues à língua minoritária pomerana.

Outra questão importante para o estudo do plurilinguismo é compreender que seu significado vai além de uma competência linguística, isto é, implica também uma capacidade de compreender social e culturalmente diferentes línguas (v. CONSELHO DA EUROPA, 2001)¹¹. Em consonância com esse pensamento, Broch (2014) apresenta o conceito de pluralidade linguística para designar uma interação plural, com a experimentação e vivência da diversidade cultural e linguística. Dessa forma, pluralidade linguística traduz-se em ações concretas, “que visam à formação plural do indivíduo: plural quanto ao conhecimento linguístico e intercultural, plural quanto ao desenvolvimento de competências linguísticas e interculturais, e plural quanto às atitudes frente à diversidade” (BROCH, 2014, p.27). Assim, utilizo, nesta dissertação, o conceito de *pluralidade linguística* com uma posição política, por acreditar que, somente a partir de uma sociedade plural, que aceite a diversidade e constitua-se também como tal, é que se pode desconstruir a ideologia do monolinguismo, garantindo ao bilinguismo o lugar a que tem direito, compatível com os benefícios sociais e psicolinguísticos a que já se aludiu.

1.1.4 Diglossia: funcionalização de variedades

Diante do exposto, o uso das línguas e variedades em comunidades de imigração revela diferentes funções que cada língua assume na pluralidade linguística. Essa funcionalização é chamada de diglossia, termo apresentado por Ferguson (1974 [1959], p. 111) como

uma situação linguística relativamente estável na qual, além dos dialetos principais da língua (que podem incluir um padrão ou padrões regionais), há uma variedade superposta, muito diferente, altamente codificada (na maioria das vezes gramaticalmente mais complexa), veículo de um grande e respeitável corpo de literatura escrita, quer de um período anterior, quer de outra comunidade linguística, que é aprendido principalmente através da educação formal e usada na maior parte da escrita e fala formais, mas que não é usada por nenhum setor da comunidade na conversação usual¹².

¹¹ O Conselho da Europa (*Council of Europe*), composto por quarenta e sete países, visa a objetivos políticos, econômicos e culturais. Especificamente a confecção do documento “O Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas”, de 2001, elaborado no âmbito do projeto de políticas linguísticas para uma Europa plurilíngue e multicultural. Retirado do *site*: <http://www.ibericacultural.com.br/quadro-europeu/>

¹² “una situación linguística relativamente estable en la cual, además de los dialectos primarios de la lengua (que puede incluir una lengua estándar o estándares regionales) hay una variedad superpuesta, muy divergente, altamente codificada (a menudo gramaticalmente más compleja), vehículo de un considerable parte de la literatura escrita ya sea de un periodo anterior o perteneciente a otra comunidad lingüística, que se aprende en

Com base nessa definição, a diglossia ocorre dentro de uma mesma língua, sendo uma variedade mais formal ligada à escrita de língua *standard* e outra variedade mais informal, marcada pela oralidade, *substandard*. Por níveis *standard* e *substandard*, tem-se por norte nesta pesquisa o que Lenz (2010) define a partir dos estudos de Auer (2005).

uma variedade padrão é uma variedade de linguagem [...], caracterizada pelas três características a seguir: (a) é orientada para falantes de mais de uma variedade vernácula (o que não implica necessariamente que seja entendido por todos) (b) é considerada como uma variedade formal e usada para escrever, e (c) está sujeita a pelo menos alguma codificação e elaboração¹³. (LENZ, 2010, p. 296)

Alargando essa escala de formalidade e informalidade de Ferguson, Fishman (1967) aplica diglossia a uma situação de bilinguismo. O linguista, desta forma, demonstrou

que a diglossia existe não só em sociedades multilíngues que reconhecem oficialmente várias ‘línguas’ [e não só em sociedades que utilizam uma variedade vernácula e outra clássica] mas também em sociedades que são multilíngues no sentido em que empregam dialetos distintos, registros ou variedades linguísticas de qualquer espécie diferenciadas funcionalmente¹⁴. (FISHMAN, 1967, p. 30)

Por entender que as formas linguísticas podem denominar também línguas em contato, Fishman traz em seu escopo teórico o conceito de “bilinguismo estável” como o contato entre uma língua que é colocada como majoritária, portanto dominante, e uma língua que está periférica, logo, minoritária. Segundo Fishman, podem existir quatro tipos diferentes de situações de diglossia relacionadas ao bilinguismo.

(1) com bilinguismo e com diglossia, em que duas línguas são empregadas em domínios separados;

(2) com bilinguismo e sem diglossia, no qual as línguas são faladas em todos os domínios e competem entre si;

(3) sem bilinguismo e com diglossia, neste cenário, uma língua é falada por quem detém o poder e outra língua pela massa da população e a comunicação ocorre por meio de tradutores ou intérpretes.

su mayor parte a través de una enseñanza formal y se usa en forma oral o escrita para muchos fines formales, pero que no es empleada por ningún sector de la comunidad para la conversación ordinaria”.

¹³ “a standard variety is a variety of a language [...], which is characterized by the following three features: (a) it is orientated to by speakers of more than one vernacular variety (which does not necessarily imply that it is mastered by everybody), (b) is looked upon as an H-variety and used for writing, and (c) it is subject to at least some codification and elaboration.”

¹⁴ “that diglossia exists not only in multilingual societies which officially recognize several ‘languages’ [, and not only in societies that utilize vernacular and classical varieties], but, also, in societies which are multilingual in the sense that they employ separate dialects, registers of functionally differentiated language varieties of whatever kind.”

(4) Sem bilinguismo e sem diglossia, caracterizado por comunidades monolíngues, cenário difícil ou até impossível de encontrar.

Com base nessa definição, as localidades pomeranas de Santa Maria de Jetibá e Canguçu, foco desta dissertação, caracterizam-se por comunidades bilíngues português-pomerano em que há diglossia, já que cada língua possui um âmbito, uma territorialidade definida (v. subseção 1.4.2), incluindo a família, a igreja, o trabalho, entre outros domínios e usos.

1.2 Manutenção e/ou substituição linguística (*language maintenance - language shift*)

Há diversas nomenclaturas utilizadas para categorizar a situação de uma língua minoritária em risco. Aqui, aceitaremos alguns dos conceitos utilizados por Fishman (1996), como manutenção linguística “*language maintenance*”, substituição linguística “*language shift*” e ainda perda linguística “*language loss*”.

A manutenção e a substituição linguística são campos de investigação bastante explorados por Fishman no âmbito da sociologia da linguagem. O estudo da manutenção de uma língua minoritária diz respeito aos fatores sociologicamente situados, logo, é preciso compreender os aspectos geográficos, religiosos, o tamanho da comunidade de fala, bem como os comportamentos sociolinguísticos que envolvem os indivíduos de uma localidade multilíngue. A centralidade dos parâmetros que mantêm ou substituem uma língua, conforme defende Fishman (2006), recai, por um lado, nas microdecisões tanto da população linguística em contato quanto do poder público local. Em outras palavras, os conflitos sociais relacionados à linguagem desencadeiam essas microdecisões a partir das desigualdades sociais, políticas e econômicas que diferenciam os sujeitos de uma comunidade de imigração. Por outro lado, a manutenção e substituição de uma língua são fortemente condicionadas pela urbanização crescente, se a área, em que a língua minoritária é usada, favorece redes de comunicação mais coesas e multiplex, ou se se diluem em redes mais esparsas e difusas. Processo de modernização da comunidade normalmente se trasfiguram numa maior concorrência com a língua majoritária (v. THUN, 1996). Baker (1998, p.153) acrescenta que a substituição linguística está “relacionada à mudança econômica e social, à política e ao poder, à disponibilidade de redes sociais locais de comunicação entre falantes de línguas minoritárias e ao apoio institucional dado para a conservação de uma língua minoritária”.

Dentro desse contínuo que vai do polo da manutenção linguística ao polo da substituição linguística (FISHMAN, 1996), identificam-se diferentes graus de ameaça à perda da língua, fixados pela UNESCO (2003) no documento *Language Vitality and Endangerment*. Este documento classifica o risco de “extinção” das línguas em termos de seu grau de vitalidade. Assim, o guia apresenta seis fatores que devem ser analisados em conjunto para a avaliação do grau de vitalidade linguística. São eles:

- (1) transmissão intergeracional da língua;
- (2) número absoluto de falantes;
- (3) proporção de falantes dentro da população local;
- (4) domínios que a língua alcança;
- (5) resposta aos novos domínios e aos meios de comunicação; e
- (6) a disponibilidade de materiais para a educação e alfabetização.

Segundo estes fatores, a vitalidade de uma língua pode ser vista em até cinco níveis, de forma decrescente, de um estado de língua segura, insegura, ameaçada, severamente ameaçada até, no último estágio de perda, criticamente ameaçada.

A partir da análise das diferentes situações em que cada língua encontra-se, é que se pode clarear os fatores mais importantes para a manutenção ou perda da língua local para além da vitalidade linguística. A situação da língua nos dois contextos em estudo, bem como o trabalho realizado por Bremenkamp (2014) na localidade de Caramuru, em Santa Maria de Jetibá, seguem essa tabela. Esse contínuo de níveis de manutenção ou perda linguística propostos no documento da UNESCO tem sua utilidade na medida em que auxilia a observar uma gradação de manutenção à perda. No entanto, o pesquisador deve estar alertado que esse contínuo não se aplica de forma sempre clara e uniforme em uma determinada localidade ou área plurilíngue, porque, via de regra, observam-se territorialidades mais ou menos resistentes à perda (cf. ALTENHOFEN, 2014), como a família, os âmbitos de uso da geração mais velha ou mesmo religiosos. Isto é, a vitalidade linguística varia, no mesmo espaço de análise, conforme uma série de fatores. Daí, a opção por uma macroanálise pluridimensional, para refinar a descrição do “estado de saúde da língua” em diferentes territorialidades e situações de uso da língua (v. seção 1.4).

1.2.1 Fatores determinantes da manutenção ou perda linguística

Para Appel e Muysken (1996, p.61), “[...] não somente é importante a frequência do contato social, como também a natureza da relação entre os habitantes, o caráter social dos contatos e a finalidade da interação [...]”, ou seja, os fatores subjetivos, atitudinais, os valores e crenças dos falantes são imprescindíveis para que se mantenha a interação entre os indivíduos com seus pares e com os de outras culturas. Compreender, como esses fatores podem ora agir em favor da manutenção da língua minoritária ora preterí-la, faz com que essa formação social e linguística nos ambientes de contato seja alvo de pesquisas engajadas, que tentam romper com a ordem do monolingüismo.

Nesse mesmo sentido, Baker (1998), afirma que o processo de substituição linguística, no contínuo de perda de uma língua minoritária, não se dá de forma abrupta, mas gradual. Em um primeiro momento, a função escrita é perdida, ficando a língua restrita à linguagem oral. Normalmente, a língua minoritária caracteriza-se por ser uma variedade oral; apesar dos movimentos atuais de equipar essa língua ágrafa com uma escrita, ainda não se tem um quadro de aquisição escrita da língua pelos falantes. Em um segundo momento, ocorre a perda da língua local em virtude de imposições sociais, como colocam Fishman (1998) e Baker (2006). É neste cenário que o falante começa a intercalar as línguas, recorrendo a formas de *code switching* e *code mixing*. No último estágio, terceiro momento, consolida-se a perda oral da língua e a perda da intercompreensão pelos falantes de língua minoritária.

Grenoble et al. (1998), baseando-se no escopo teórico de Edwards (1992), apresentam uma classificação dos fatores que atuam na manutenção ou substituição da língua minoritária. São três os pontos fortes do modelo de Edwards: (1) o cenário, que distingue entre micro e macrovariáveis, correspondendo as microvariáveis às características da comunidade de fala, enquanto macrovariáveis referem-se a características gerais do entorno; (2) a separação da noção da tecnicidade do uso da língua e a direção que vai entre esses dois níveis variáveis – macro e microvariáveis; e (3) a identificação de situações dessas variáveis, línguas minoritárias, e o entendimento da complexidade das comunidades de falas em contato a partir dos 33 questionamentos (v. Anexo A) divididos em categorização A e categorização B.

Tabela 1 – Organização das micro e macrovariáveis por categorias, segundo o modelo de Edwards (1992)

Categorização A	Categorização B		
	Microvariáveis		Macrovariáveis
	Falante	Língua	Contexto
Demografia	1	2	3
Sociologia	4	5	6
Linguística	7	8	9
Psicologia	10	11	12
História	13	14	15
Política	16	17	18
Geografia	19	20	21
Educação	22	23	24
Religião	25	26	27
Economia	28	29	30
Tecnologia	31	32	33

Fonte: (cf. EDWARDS, 1992).

A tabela acima permite visualizar a organização do modelo de Edwards, na categorização A, os vários âmbitos pertinentes para entender a dinâmica posta entre o falante, a língua minoritária analisada e o contexto em que estão locados, conforme categorização B. Nossas análises permeiam as tipologias da categorização A, conforme temáticas evidenciadas na tabela, que nos dão suporte para problematizar as interrelações dos fatores extralinguísticos ali demarcados e relacioná-los com a perda da língua pomerana nos dois contextos estudados.

1.2.2 Conscientização e revitalização linguística: por uma educação plurilinguística

Skutnabb-Kangas & Phillipson (1996, p.667) definem o caminho de uma língua à extinção ou ao que chamam de *linguicídio*. Para os linguistas, o termo “linguicismo é análogo a racismo e envolve questões que legitimam, efetuem e reproduzem um desequilíbrio na divisão do poder e dos recursos entre comunidades avaliadas pela sua linguagem”¹⁵. Tais práticas podem desencadear forças negativas que atuam diretamente nos indivíduos de comunidades de línguas minoritárias, levando-os a inclusive abandonar sua língua e a própria identidade. Esse abandono da língua minoritária

¹⁵ “Linguicism has been defined as ‘ideologies, structures and practices which are used to legitimate, effectuate and reproduce an unequal division of power and resources (both material and immaterial) between groups which are defined on the basis of language.’”

resulta em uma irrecuperável perda de uma história única [...]. Cada língua é uma expressão única de experiência humana no mundo. Assim, o conhecimento de uma simples língua pode ser a chave para respostas a questões fundamentais no futuro¹⁶. (UNESCO, 2003, p.2)

O conhecimento desse crescente risco de substituição das línguas minoritárias que, como analisadas nas subseções anteriores, não possuem o mesmo prestígio da língua dominante, nos auxilia a compreender a complexidade da situação em que se encontram as línguas de imigração no Brasil. Ações no âmbito da revitalização linguística (*language revitalization*) e da conscientização linguística (*language awareness*) tornam-se, assim, uma área relevante a desenvolver.

O conceito de revitalização linguística é bastante polêmico na literatura dos estudos de contatos linguísticos. Dependendo da área de interesse do pesquisador, a língua, a sociologia, a antropologia, entre outros, a interpretação varia, podendo ser a revitalização entendida, de forma categórica, como um conjunto de ações para resgatar a vitalidade de uma língua morta. A partir da definição de Fishman (1991), o ato de “revitalizar uma língua” surge meramente como uma forma de intervenção em uma situação em que a língua minoritária tem perdido espaço no contraste com a língua majoritária, ou onde se quer fortalecê-la de forma preventiva, antes “que não se tenha mais falantes”. Ou seja, em nossa definição de *revitalização linguística* não se trata de “ressuscitar” uma língua morta, e sim de “fortalecer, dar mais vida” a um língua minoritária que por definição corre riscos de cair em desuso, ou como acentua Fishman, uma língua que já está deixando de ser a língua materna da geração mais jovem, isto é, em que a transmissão diageracional está comprometida, a ponto de ocorrer uma substituição linguística pela língua dominante.

De modo geral, ações de revitalização precisam ser construídas em conjunto com a comunidade (*in vivo*). Elas podem valer-se de diferentes estratégias para fomentar o plurilinguismo, como assinala Crystal (2005, p.29):

Eu apresentei um argumento para levar as artes ao centro da nossa visão. Eu argumentei que as artes são a melhor maneira de transmitir qualquer mensagem, porque as pessoas prestam atenção aos artistas de uma maneira que eles não fazem aos acadêmicos. Estou falando aqui sobre todos os tipos de artistas - romancistas, poetas, dramaturgos, pintores, escultores, dançarinos, compositores, folksingers, músicos de jazz, músicos pop, fotógrafos e todas as outras categorias, muito numerosas para listar.¹⁷

¹⁶ “The extinction of each language results in the irrecoverable loss of unique cultural, historical, and ecological knowledge. Each language is a unique expression of the human experience of the world. Thus, the knowledge of any single language may be the key to answering fundamental questions of the future.”

¹⁷ “I presented an argument for bringing the arts into the centre of our vision. I argued that the arts are the best way of getting any message across, because people pay attention to artists in a way that they do not to

Revitalização linguística não consiste, portanto, em simplesmente inserir uma língua minoritária no meio educacional e/ou legislativo. Ela pressupõe, na verdade, uma série de estratégias para esclarecer e orientar os membros de uma comunidade nas decisões sobre a língua falada localmente. Isso tem como consequência a constatação de que também a visão da maioria (ALTENHOFEN, 2013a) e dos não falantes precisa ser prevista no planejamento linguístico. Para Broch (2014, p.63), a conscientização linguística (*language awareness*) “inclui discussões sobre como atitudes linguísticas e valores são formados socialmente e politicamente e como línguas minoritárias e seus falantes são representadas”. Com base em Cummins (2000), Cavalli (2009) e Clark et al. (1996), Broch (idem) ainda acrescenta que esse trabalho, denominado por ela de “educação plurilinguística”, pode ainda “contribuir para a questão do empoderamento [...] e capacitá-los para combater certos discursos que privilegiam uma variedade ou uma língua sobre a outra”.

Como proposta de intervenção que opera na consciência linguística dos indivíduos bilíngues, Broch (2014), em sua tese sobre as ações de promoção da plurilidade linguística em ambientes escolares, parte da concepção de que o plurilinguismo deve avançar para além da competência linguística do indivíduo; deve também buscar uma postura plural. O ponto de argumentação de Broch (2014) não afunila as possibilidades de aprendizado em uma única língua; pelo contrário, há uma constelação de línguas que podem ser aprendidas, independente se uma língua é minoritária ou não. Cabe valorizar, antes de tudo, a competência plurilíngue prévia do aluno, tanto sua cultura quanto a sua língua.

Outra pesquisa que serve como estímulo a esta dissertação refere-se à proposta de transferência de técnicas da área de *marketing* para o campo de aplicação da revitalização do galês no País de Gales (EDWARDS & NEWCOMBE, 2006). No País dos Gales, como o próprio nome diz, o galês equivale à “língua de casa”, porém, devido à grande concorrência com o inglês, essa língua tem perdido cada vez mais terreno em seu próprio país. Com o risco da perda do galês, o governo criou um órgão público denominado *Welsh Language Board* (WLB), responsável pelo projeto de Twf concebido para aumentar a consciência linguística da população no País de Gales acerca dos benefícios do bilinguismo. Nota-se nesse projeto de revitalização, que o discurso não foi de defesa apenas do galês, mas do plurilinguismo, argumentando a importância de falar mais de uma língua, favorecendo, assim, a língua local. O público-alvo da ação foram “países novos” assistidos por profissionais de saúde, parteiras e

academics. I am talking here about all kinds of artist – novelists, poets, dramatists, painters, sculptors, dancers, composers, folksingers, jazz musicians, pop musicians, photographers, and all the other categories, too numerous to list.”

agentes de saúde, que têm contato direto e a confiança dos pais. Antes mesmo de vir o primeiro filho, estes orientam sobre os benefícios do plurilinguismo, a partir da ótica da publicidade, com três p: *product*, *price* e *promotion*. Observado em termos linguísticos, cabe (re)pensar como línguas são (re)significadas no contato plurilíngue, enquanto capital cultural, patrimônio cultural imaterial, ou simplesmente, habilidade e conhecimento que diferencia seus usuários.

1.3 Políticas linguísticas: campo de decisões sobre línguas na sociedade

O Brasil é notoriamente identificado por sua diversidade cultural. A miscigenação de etnias e crenças diferentes não raro tem sido enaltecida como uma marca da identidade brasileira. Ao mesmo tempo, contudo, é frequente e contraditório ouvir discursos e posições monolingüísticas pouco transponíveis à ideia de heterogeneidade expressa pelas línguas minoritárias faladas no território. Entre as ideologias correntes, cita-se a crença de que o uso de uma língua minoritária e, por extensão, o plurilinguismo minoritário possa acarretar problemas sociais, econômicos e até educacionais. Todavia, como argumenta Baker (1998, p.283), a “unidade e diversidade não são necessariamente incompatíveis. A tolerância e a cooperação entre os grupos podem ser possíveis com a diversidade linguística, como seriam pouco prováveis caso a diversidade linguística fosse reprimida”.

É com base nesse conhecimento que nos últimos anos têm surgido estudos motivados pelo contexto histórico-político-social propício à conscientização e preservação da pluralidade nacional. Ou seja, o crescimento dessa pauta somada à “[...] reação do Estado a essas reivindicações vão tornando dia a dia mais claro o âmbito das responsabilidades das políticas linguísticas – seus métodos e interesses [...]” (OLIVEIRA, 2007, p.8). Nesse ínterim, o ramo de estudo das políticas linguísticas vivenciou um forte impulso no Brasil.

Apesar das várias definições adotadas pelos pesquisadores da área, neste estudo, entendo, em consonância com Calvet (2007), políticas linguísticas como um conjunto de decisões, tomadas seja pelo Estado ou por um grupo que detém o poder, que interferem na forma como a sociedade relaciona-se com a língua. Por outro lado, define-se *language planning*, traduzido como *planejamento linguístico* ou *planificação linguística*, como a implementação dessas políticas linguísticas, sendo os dois âmbitos (políticas linguísticas e planejamento linguístico) indissociáveis (CALVET, 2007). Como definem Appel e Muysken (1996, p.72):

O planejamento linguístico é uma parte, ou é a realização factual, de uma política linguística: um governo adota uma política determinada em relação à(s) língua(s) falada(s) pela nação, e tentará levá-la a cabo mediante um determinado planejamento linguístico. Todo tipo de planejamento linguístico baseia-se numa política linguística concreta, e isso refletirá uma política governamental mais geral¹⁸.

Com a finalidade de investigar a ação humana sobre a língua e analisar as “[...] decisões e intervenções sobre a forma e lugar das línguas na sociedade [...]”, os estudiosos em políticas linguísticas para línguas minoritárias têm-se preocupado com os interesses mercadológicos, políticos, sociais e educacionais que podem influenciar uma comunidade em contato (BERGER, 2015, p.47). Calvet (2007), baseado nas preposições de Kloss (1966), diferencia essas ações empreendidas no âmbito do planejamento linguístico ora enfocando o *corpus* ora o *status*. Por *corpus*, o linguista entende como intervenções na forma da língua, a criação de uma escrita por exemplo. Já o planejamento do *status* está relacionado às intervenções nas funções de uma determinada língua, como exemplo quando se cooficializa uma língua ao nível da municipalidade ou se decide incluir uma disciplina na grade curricular da escola. É claro que tanto as intervenções no *corpus* quanto no *status* estão interligadas e somam para o reconhecimento das línguas minoritárias.

Em suma,

a abordagem para uma política linguística voltada a essas línguas parte, assim, da pressuposição de que sua construção necessariamente é plural, porque plurais são as sociedades humanas e as situações de uso das línguas. Daí deriva a suposição de que uma política linguística plural implica a inclusão e o respeito à diversidade de línguas, não apenas no sentido de “garantir voz” às diferentes comunidades linguísticas que co-habitam determinado espaço de legislação, como também, e principalmente, no sentido de “dar ouvidos” e incentivar o plurilinguismo como postura adequada para uma “democracia cultural”, nos termos em que a define Fishman (2006, *etnolinguistic democracy*) (ALTENHOFEN, 2013a, p.96).

Esta dissertação não se desenvolve no terreno aplicado, e sim antes busca compreender: os processos que regulam a existência das línguas minoritárias com foco na língua pomerana; e as intervenções feitas nos contextos investigados no sentido de garantir ou fomentar essa língua de imigração. Essas ações e interesses articulam-se com o legislar em prol do plurilinguismo local e estão, portanto, diretamente ligadas ao objetivo desta pesquisa de entender as medidas de intervenção que podem favorecer ou desfavorecer a manutenção ou substituição linguística e cultural nos dois contextos em estudo. Vejamos, contudo, em que se baseiam os dois tipos principais de políticas linguísticas, *in vitro* e *in vivo*.

¹⁸ “La planificación lingüística es una parte, o es la realización factual, de una política lingüística: un gobierno adopta una política determinada en relación a la(s) lengua(s) hablada(s) en la nación, e intentará llevarla a cabo mediante una determinada planificación lingüística. Todo tipo de planificación lingüística se basa en una política lingüística concreta, y esto reflejará una política gubernamental más general”.

1.3.1 Políticas linguísticas *in vitro* e *in vivo*

As intervenções político-linguísticas sobre as línguas em contato podem mudar a situação sociolinguística do contexto em que se fazem presentes. Os instrumentos de planejamento linguístico, seja pelo poder público ou por um grupo civil organizado, requerem cuidado, já que este estágio de planejamento linguístico influencia diretamente as escolhas dos sujeitos participantes desses contextos. Uma gestão equivocada da situação sociolinguística pode, em vez de aumentar as chances de uma língua minoritária, minar o processo de manutenção linguística. Calvet (2007) defende, por isso, a contratação de linguistas aptos a orientarem comunidades plurilíngues, pois esses teriam a consciência e conhecimento de como funcionam as diferentes fases de implementação de uma política linguística.

Em contrapartida, o linguista não deve tomar decisões e implementá-las sem antes haver um diagnóstico preciso, uma investigação para saber se os falantes querem e/ou entendem a importância das ações político-linguísticas de fortalecimento de sua língua materna. Deve-se levar, dessa forma, em consideração

os sentimentos linguísticos, as relações que os falantes estabelecem com as línguas com as quais convivem diariamente. [...] Toda arte da política e do planejamento linguísticos está nessa complementaridade necessária entre os cientistas e os decisores, nesse equilíbrio instável entre as técnicas de intervenção e as escolhas da sociedade. (CALVET, 2007, p.86)


Nesse sentido, essas políticas de intervenção externa, de pesquisadores que pensam em laboratório e implementam na comunidade, Calvet chama de *in vitro*. O contrário, quando ações de intervenção, em uma dada situação sociolinguística na comunidade, resultam de práticas sociais espontâneas, logo, uma ação interna, chama-se de *in vivo*. Ambas as formas são válidas e podem incentivar a pluralidade linguística e a consciência plurilíngue dos indivíduos falantes e não falantes em uma comunidade plural. Tanto que, políticas linguísticas *in vitro*, planejadas em laboratório, podem ter resultados *in vivo*.

Compreender essas intervenções na língua minoritária pomerana ao longo do tempo até os dias atuais e como se comportam as comunidades foco desta pesquisa em relação a essas práticas, esclarecem a situação da manutenção ou substituição dessa língua minoritária. O mesmo vale para o âmbito da revitalização ou de seu caminho inverso, a opressão linguística, como veremos a seguir.

1.3.2 Contínuo das modalidades de políticas linguísticas para o plurilinguismo

Com a constatação de que é possível esboçar um contínuo de políticas linguísticas a favor ou contra o plurilinguismo, Altenhofen (2013) propõe um contínuo das modalidades de políticas linguísticas para línguas minoritárias. Os dois polos de representação desse contínuo de políticas linguísticas, favorecendo uma condição ou de monolinguismo ou de plurilinguismo, podem ser de ordem passiva ou ativa. Um exemplo de orientação político-linguística de feito ativo e explícito foi a política de nacionalização¹⁹ de Getúlio Vargas, no período do Estado Novo, que restringiu a imprensa e o ensino em língua estrangeira, além de inibir os imigrantes a falar sua língua materna, com o objetivo de impor a língua majoritária, o português, como língua única. Porém, no plano microlinguístico, são observáveis uma série de comportamentos, como, por exemplo, a indiferença à presença de línguas minoritárias no entorno, que tem direta ou indiretamente implicações político-linguísticas sobre a condição social e linguística dessas línguas.

Tabela 2: Contínuo das modalidades de políticas linguísticas, conforme Altenhofen (2013a)

	[+ monolg]	↔	[+ plurilg]
[+ passivo] 	silêncio (indiferença > omissão > antipatia)		tolerância (simpatia > empatia)
	assimilação discriminação > incriminação		pluralidade discurso retórico > participação
	silenciamento (opressão > proibição)		promoção (reconhecimento > ações)

Fonte: (ALTENHOFEN, 2013a, p. 103)

Situar as atitudes e ações sobre a língua pomerana neste contínuo de modalidades de políticas linguísticas pode auxiliar a identificar (1) diacronicamente, como esse processos influenciaram a comunidade a resistir ou ceder às imposições monolinguísticas do poder público e (2) sincronicamente, como essas práticas, até as de negligência, refletem macrotendências no uso da língua. As decisões sobre a língua, como a decisão sobre a transmissão diageracional da língua a ser ensinada aos filhos, são afetadas, em grau maior ou menor, por essas diferentes modalidades de silêncio ou tolerância, assimilação ou pluralidade, silenciamento ou promoção.

¹⁹ Os impactos dessa política serão analisados a luz da língua pomerana nas comunidades estudadas no capítulo de análise de dados.

1.4 Estrutura social e comportamento linguístico variável

1.4.1 Territorialidades de uso da língua e práticas sociais

Conforme visto nas seções anteriores, o contato entre línguas diferentes constitui antes a regra do que a exceção. As comunidades de fala em contexto de imigração apresentam seus territórios e suas territorialidades próprias que abarcam as migrações (topodinâmica) e as comunidades mais voltadas para o local em que fixaram (topostática) (THUN, 1996). Altenhofen (2008, p.130) chama a atenção para essa situação de contato

a) da existência, lado a lado, de comunidades de fala mais ou menos estáveis (por isso mais topostáticas), que mantêm territorialidades próprias e separadas; e b) da existência de comunidades de fala com forte mobilidade e interação entre os falantes (portanto, topodinâmicas), as quais mantêm um intercurso permanente de elementos da língua, como no caso das áreas de fronteira, ou de contextos mais urbanizados.

Por territorialidades entende-se o espaço de uso real ou potencial de uma variedade linguística, enquanto o território representa o espaço físico-geográfico de uso da língua e que pode abarcar várias territorialidades (cf. ALTENHOFEN, 2011). Portanto, as territorialidades são integrantes de um território e podem caracterizar espaços sociais de uso da língua em contato. Como exemplo, os cultos na igreja, ambiente importante para manutenção e trocas identitárias e linguísticas, o encontro dos trabalhadores no cultivo da produção agrícola, dentre outros.

As territorialidades pressupõem práticas sociais e linguísticas que dão sustentação ao uso e fomento das línguas, no caso o pomerano. A relação entre a língua e os aspectos sociais, portanto, é imprescindível para compreender as práticas linguísticas como práticas sociais, em que a linguagem é um elemento que se constitui dentro de uma determinada prática e contexto, moldada conforme o fazer social dos falantes no processo de interação verbal ora de forma estabilizadora ora de forma modificadora (cf. FARACO, 2007). As instâncias em que a língua de imigração faz-se presente, isto é, as comunidades de práticas, há uma significação comum entre os falantes sobre os valores simbólicos na utilização seja da língua majoritária seja da língua minoritária.

Interessam a esta pesquisa, portanto, as relações estabelecidas entre as línguas em contato em Santa Maria de Jetibá e Canguçu, entendendo que cada localidade tem particularidades próprias quanto à ocupação do espaço pelas comunidades de fala nas suas práticas sociais, em especial pelos falantes de pomerano. Neste sentido, a noção de territorialidade pressupõe que a manutenção ou perda do pomerano é variável conforme o

espaço e o grupo social considerado. Um aliado para descrever esse comportamento variável é dado pelo princípio da pluridimensionalidade, explicitado a seguir.

1.4.2 Princípio da pluridimensionalidade

Conforme explicitado nas seções anteriores, a situação sociolinguística do Brasil é heterogênea e, como tal, as relações estabelecidas entre as línguas/variedades minoritárias e variedades do português constituem um sistema complexo a ser analisado em pesquisas que têm por foco a língua na sociedade. Por este estudo configurar-se nessa abordagem macrolinguística, adotamos o princípio da pluridimensionalidade como guia de ordenamento dos fatos da língua pomerana em contexto multilíngue.

A adoção do princípio da pluridimensionalidade, nos estudos de variação linguística, tem-se mostrado bastante eficiente e já foi testada em mais de um estudo como Barros (2014), Pinheiro (2014) e Machado (2016). Antes de tudo, é preciso compreender que, historicamente, essa configuração linguística heterogênea é uma realidade presente na maioria dos países (v. ROMAINE, 1995). Na busca pela “arqueologia da língua”²⁰, isto é, pelo estudo e descrição de uma variedade mais ‘pura’ e livre do contato linguístico, os estudos dialetológicos iniciais acabavam por desconsiderar em seus postulados teóricos as motivações dos indivíduos nas construções linguísticas, minimizando as variáveis sociais. A negação das mudanças linguísticas no contínuo dialetal das diferentes gerações, espaços e estratos sociais fez com que Bellmann (1986) postulasse a possibilidade de uma Dialectologia Bidimensional – com o agrupamento do nível espacial com o social. Assim, a partir da crítica à abordagem unidimensional da dialetologia clássica, a ampliação dos conceitos de Bellmann, e a limitação diatópica do *locos* único e das variáveis linguísticas da sociolinguística, resultou o modelo teórico-metodológico de uma macroanálise pluridimensional, no sentido que dão os estudos em Radtke e Thun (1996).

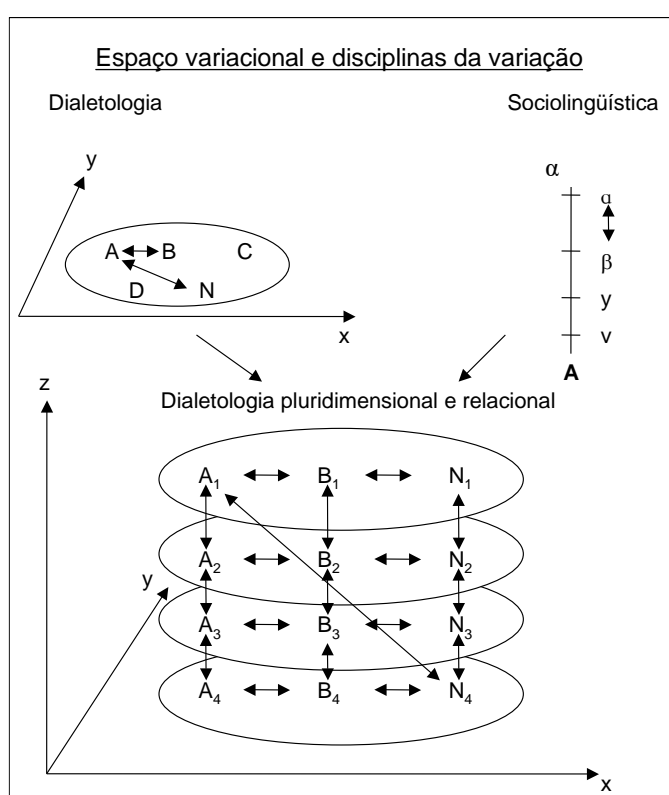
La Dialectología areal y la Sociolingüística, disciplinas históricamente separadas, confluyen en una geolingüística ampliada que puede llamarse oportunamente “Dialectología pluridimensional” y que se entienda como parte de la ciencia general de la variación lingüística y de las relaciones entre variantes y variedades por un lado y hablantes por el outro. Dentro de esta ciencia general (‘lingüística variacional’/“Varietätenlinguistik”), a la Dialectología pluridimensional le corresponde la parte de la variación que se extiende al espacio pluridimensional (THUN, 1998, p.704).

Para a dialetologia pluridimensional, tanto a ciência da variação linguística como as

²⁰ V. Chambers & Trudgill (1980, p.35).

variáveis sociais são analisadas profundamente no processo da pesquisa. O princípio da pluridimensionalidade, portanto, “trata-se de um modelo variacional de maior alcance metodológico [...] que considera novas possibilidades de levantamento de dados” (THUN, 1996, p.48). Sendo assim, a superfície horizontal diatópica da dialetologia tradicional e as dimensões verticais dos estratos sociais priorizadas pela sociolinguística (tradicional) configuram possibilidades diversas de análises e cruzamentos de dados, ampliando o alcance da dialetologia pluridimensional relacional. No esquema do quadro 1, pode-se verificar o plano tridimensional: horizontal (A1, B1, N1...), vertical (A1, A2...) e diagonal (A1 com N4).

Quadro 1: Esquema da Dialetologia Pluridimensional Relacional, conforme Thun (1998)



Fonte: (THUN, 1998, p. 705)

Como se vê, o princípio da pluridimensionalidade tem sido até agora aplicado primordialmente à análise da variação em mudança na estrutura da língua. Neste estudo, o estendemos à análise do comportamento variável em relação à manutenção ou perda da língua, considerando contextos e segmentos sociais diversos.

Para além do maior alcance metodológico, a análise pluridimensional incorpora em seu escopo temático novas questões pertinentes à sociedade moderna, tais como o espaço dinâmico marcado pelas migrações constantes (perspectiva topostática e topodinâmica) e o

papel dos contatos linguísticos em meio a essa mobilidade e à ocupação de espaços. Para esta pesquisa, entende-se a comunidade de fala pomerana como um grupo derivado de uma topodinâmica que inicia com a emigração de uma matriz de origem na Europa para o Brasil, onde segue com as migrações internas no entorno das duas localidades aqui pesquisadas, no Espírito Santo e no Rio Grande do Sul, e estende-se inclusive para outras regiões, como de pomeranos do Espírito Santo que migram para Espigão do Oeste, em Rondônia.

Outro avanço importante dessas pesquisas está nos procedimentos de coleta e análise de dados, como veremos no próximo capítulo, além de buscarem abarcar estilos de fala (dimensão diafásica) e percepções da variação linguística pelos falantes (dimensão diarreferecial). Conforme argumenta Thun (2010, p.3), “estilos são formas específicas de interações linguísticas configuradas pelas tradições sociais. A possibilidade de passagem de um estilo para outro é a razão pela qual determinamos este espaço (metafórico) como dinâmico²¹”. Por isso, os falantes ao interagirem transitam em diversos estilos que se relacionam diretamente ao uso das suas variedades linguísticas, seja o pomerano ou o português. O contato intervietal e interlíngua entre os pomeranos demonstra que mesmo nas zonas mais rurais, principalmente com a chegada da mídia audiovisual, o contato é constante e, por consequência, o isolamento, antes característico para a manutenção linguística, torna-se cada vez mais relativo.

Para captar essa configuração complexa das línguas minoritárias, só a mudança de estilo da entrevista é pouco para evidenciar a forma mais informal. Por isso, outra concepção importante para a dialetologia pluridimensional é a entrevista com pluralidade de informantes agrupados por familiaridade e mesmo estrato social²². É na interação com o outro informante, no ato da resposta aos questionamentos levantados pelo pesquisador, que as formas mais representativas de toda a comunidade aparecem com mais espontaneidade. “A presença de vários informantes estimula discussões entre eles e cria uma alternativa ao diálogo entre o pesquisador que vem de fora e o falante local” (cf. THUN, 2010, p.3).

A partir dessas concepções, a dialetologia pluridimensional e relacional delimita as bases que permitem ao presente estudo a análise do comportamento sociolinguístico nas comunidades pomeranas quanto à <manutenção, perda e/ revitalização linguística>. Para tanto, a definição dos parâmetros e dimensões de análise possibilitam os cruzamentos entre

²¹ “styles are specific manners of linguistic interactions configured by social traditions. The possibility of passing from one style to another is the reason why we determine this (metaphorical) space as dynamic”.

²² A pluralidade de informantes agrupados por características em comum garante dados mais consistentes e representativos, além de proporcionar um ambiente mais favorável à espontaneidade (THUN, 1996).

diferentes variáveis. Cada dimensão pressupõe o ajuntamento de dois ou mais parâmetros que, por sua vez, pressupõem uma relação opositiva entre um comportamento linguístico e outro (v. THUN, 2010). O Quadro 3 apresenta o resumo das principais dimensões e parâmetros.

Tabela 3: Dimensões e Parâmetros da Dialectologia Pluridimensional e Relacional

Dimensão	Parâmetro
Diatópica	Topostático (informantes com domicílio fixo)
Diatópico-cinética	Topodinâmico (domicílio fixo e mudança de domicílio – mobilidade espacial)
Diastrática	Ca = “classe (socioculturalmente) alta” - escolaridade alta Cb = “classe (socioculturalmente) baixa” – escolaridade baixa
Diageracional	GII (geração mais velha) GI (geração mais nova)
Diassexual	Homens vs. Mulheres
Dialingual	Monolíngues vs. Bilíngues
Diafásica	Resposta ao questionário vs. Leitura vs. Conversa Livre
Diarreferencial	Língua-objeto vs. Metalíngua incluindo língua apresentada
Diarreligiosa	Católico vs. Evangélico-Luterano

Cada dimensão e parâmetro é considerado de forma diversa na metodologia e organização dos grupos de informantes, levando em conta a variação social, linguística e geográfica. As dimensões diageracional (GII e GI) e diastrática (Ca e Cb) organizam a disposição dos informantes dentro das localidades de pesquisa (pontos ES e RS). A variação de comportamento [+ou- manutenção/uso do pomerano] entre os falantes mais velhos (GII) e os mais jovens, com menor ou maior escolaridade (Ca e Cb), sinalizam em tese em qual grupo ou segmento social, considerando as duas localidades, meio rural e urbano, a língua de imigração pomerana mantém-se ou perde com mais força e porque. Nos estudos, conforme a orientação de Thun (2010), tem-se assim o seguinte esquema central de análise em cruz:

Quadro 2: Organização em forma de cruz do grupo de informantes

CaGII [+ velhos] [+ escolaridade] [homens e mulheres]	CaGI [+ jovens] [+ escolaridade] [rapazes e moças]
CbGII [+ velhos] [- escolaridade] [homens e mulheres]	CbGI [+ jovens] [- escolaridade] [rapazes e moças]

O esquema apresentado no quadro 2 coloca em evidência os quatro grupos de informantes básicos, considerados no modelo pluridimensional e entrevistados com pluralidade de informantes, para aumentar a representatividade da amostra (THUN, 1998). Este modelo de análise é seguido também nas pesquisas do Atlas Linguístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata: Hunsrückisch (ALMA-H), bem como nos demais atlas da trilogia rio-platense de Thun, o Atlas linguístico Diatópico y Diastrático del Uruguay (ADDU) e o Atlas Linguístico Guaraní-Románico (ALGR). Os projetos ALMA-H, ADDU e ALGR têm por tema a variação, respectivamente, no uso e função do hunsrückisch em contato com o português e espanhol, do contato entre português e espanhol, e do guarani em contato com as línguas românicas já citadas. Trata-se de projetos de pesquisa coordenadas por Harald Thun (CAU, Kiel) e, no caso do ALMA-H, também por Cléo V. Altenhofen (UFRGS, Porto Alegre). Por esta dissertação ter por foco comunidades pomeranas em constante contato com a língua portuguesa e outras línguas minoritárias e buscar a comparação de dados entre esses grupos, apropria-se aqui da mesma terminologia e padrão de análise, conforme será apresentado no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA DA PESQUISA

Na presente seção, descrevo os procedimentos metodológicos que norteiam as diversas etapas desta pesquisa empírica de cunho descritivo e interpretativo, que incluem em seu formato abordagens qualitativas e quantitativas. Em meio a um contexto que apresenta o contato plural entre variedades linguísticas e entre línguas diversas, supõe-se que deve haver alguma organização lógica que revele o que é comum na interação entre os indivíduos que configuram esse contexto. Assim, o princípio da pluridimensionalidade da análise serve para ordenar os diferentes procedimentos adotados, bem como os grupos sociais em análise. Começamos pelo eixo da comparação diatópica, entre as duas localidades selecionadas para a pesquisa.

2.1 Rede de pontos: fatores condicionadores

O Brasil é formado por uma gama muito grande de populações de origem diferente. Contam-se diferenças regionais e étnicas. A variável <manutenção linguística> é um ponto especialmente presente em comunidades de falantes de línguas de imigração, como a língua pomerana. É o caso dos descendentes dos imigrantes que chegaram ao Brasil em meados do século XIX que, ainda hoje, quantitativamente dominam o município de Santa Maria de Jetibá, região alta do estado do Espírito Santo. Grande parte da área do município é montanhosa e abriga uma população próxima a 40.000 habitantes, como mostram os dados do IBGE.

Tabela 4 - Dados populacionais do município de Santa Maria de Jetibá

População total em 2010	População estimada 2016	População urbana na sede municipal (2010)	População total rural (2010)	Área total
34.176	39.396	9.957	22.379	735,579 km ²

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

O município é um dos maiores núcleos de pomeranos no Brasil, em que 85% da população aproximadamente é pomerana (IPOL, 2015). Está localizado na região serrana do Espírito Santo, no meio da Mata Atlântica, a 80km da capital Vitória. Apesar da pouca distância, duas horas de viagem, o município reside em uma cadeia de montanhas e a estrada

que liga a região ao litoral data do final do século XX, o que demonstra que o fluxo constante entre as regiões é recente. Além dos fatores demográficos, a escolha desse ponto de pesquisa deve-se à complexidade das relações modernas para a manutenção da língua pomerana vivenciada por essa comunidade de fala. A saber as ações implementadas (v. subseção 3.1.1) com a finalidade de fortalecer a língua e cultura pomerana, fato analisado no âmbito da revitalização linguística.

Desde a pesquisa monográfica feita nessa mesma região e findada em 2015, os questionamentos acerca da comunidade de fala pomerana foram ampliados, agora já não só para o município de Santa Maria de Jetibá, estendendo-se também ao município de Canguçu, no Rio Grande do Sul. Apesar do pouco espaço e reconhecimento dado à língua e cultura pomerana pelo poder público, ainda hoje parece haver uma forte presença pomerana nessa comunidade. A história de chegada e inserção dos imigrantes pomeranos em Canguçu muito difere, como veremos no capítulo 3, da presença pomerana em Santa Maria de Jetibá. Tal fato observa-se nas práticas sociais e atitudes dos falantes e não falantes de pomerano. Localizado na microrregião de Pelotas, a sua fundação, 1857, antecede a chegada dos pomeranos, configuração essa que demarca uma pluralidade étnica interessante para esta pesquisa. No próximo capítulo, aprofundaremos a análise sociolinguística de ambas as localidades.

Tabela 5 - Dados populacionais do município de Canguçu

População total em 2010	População estimada 2016	População urbana (2010)	População total rural (2010)	Área total
53.259	55.956	19.694	33.565	3.525,293 km ²

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

Compreender a dinâmica e os fatores que atuam na comunidade de fala pomerana nessas duas diferentes localidades justifica-se pela necessidade de, a partir da comparação de ambas as localidades, identificar os fatores condicionantes do comportamento linguístico variável em relação à manutenção ou perda da língua pomerana. Além disso, outra motivação na escolha das localidades deve-se à percepção de que os imigrantes pomeranos, radicados há mais de 150 anos no Brasil, somente há pouco mais de 50 anos são fruto de pesquisas históricas, identitárias e linguísticas; daí o interesse e a urgência em estudar a situação linguística desse grupo.

2.2 Dimensões de análise

Antes de explicitar as dimensões de análise abordadas, vale lembrar que o presente estudo tem por tema a manutenção e/ou revitalização de línguas minoritárias. Em que a variável a ser analisada aqui é, portanto, <a manutenção ou substituição da língua minoritária>, observável por meio dos graus variáveis de sua <vitalidade linguística>. Para medir essa vitalidade utiliza-se tanto o eixo do tempo quanto as correlações entre os diferentes segmentos sociais que permeiam os indivíduos falantes e não falantes da língua pomerana. Para tanto, torna-se imprescindível considerar as seguintes dimensões de análise: diatópica, diageracional, diastrática e dialingual, cujos parâmetros são explicitados no quadro da tabela 6 a seguir. As dimensões diassexual ou diafásica servem apenas de grupo de controle, analisado qualitativamente.

Tabela 6: Dimensões e Parâmetros selecionados nesta pesquisa

Dimensão	Parâmetro	Crítérios
Diatópica	Topostático (informantes com domicílio fixo)	ES (Santa Maria de Jetibá) e RS (Canguçu) – área urbana e rural.
Diastrática	Ca – escolaridade alta (curso superior)	Curso Técnico ou Superior concluído ou em andamento.
	Cb – escolaridade baixa	Até ensino médio concluído.
Diageracional	GII (geração mais velha) GI (geração mais nova)	Idade acima de 48 anos. Idade entre 18 a 35 anos.
Dialingual	Bilíngues pomerano-português vs. monolíngues em português	Falante de pomerano vs. não falante de pomerano.
Dimensões controladas		
Diassexual	Homens vs. Mulheres	Um homem e uma mulher, equilíbrio quantitativo.
Diafásica	Resposta ao questionário vs. Conversa Livre	Grau de metalinguagem.

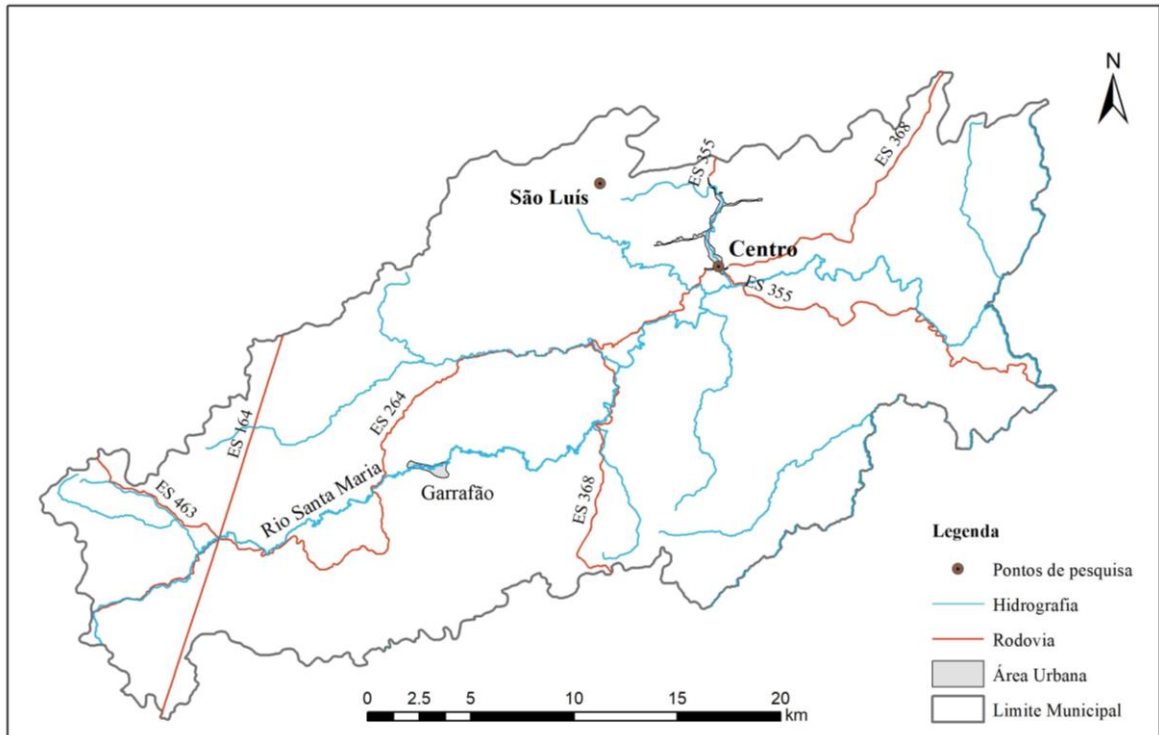
O caráter dicotômico do modelo pluridimensional de Thun (1998) permite comparar critérios antagônicos que sinalizam uma oposição de variantes que, subsequentemente, precisa ser analisada e interpretada, tanto de forma quantitativa quanto qualitativa. Vejamos as oposições presentes em cada uma das dimensões analisadas.

2.2.1 Eixo da diatopia: meio rural e urbano

Além das duas localidades distintas que compõem a rede de pontos desta pesquisa: Santa Maria de Jetibá, no Espírito Santo, e Canguçu, no Rio Grande do Sul, tem-se a necessidade de estudar como os indivíduos percebem e reagem à problemática aqui tratada na área urbana e na área rural. Fishman (1979) atesta em sua pesquisa sobre a manutenção e a substituição linguística de línguas minoritárias que os indivíduos da zona rural, pelo maior grau de isolamento geográfico e de homogeneidade étnica, tendem a serem mais conservadores e mais propensos à manutenção linguística. Em contrapartida, os habitantes das zonas mais urbanizadas têm maior contato linguístico e intercultural com a língua majoritária e, conseqüentemente, mais abertos a substituição linguística. Os estudos dialetológicos e sociolinguísticos corroboram para essa afirmação, em que um mundo cada vez mais globalizado o contato interlínge parece ser crescente nas áreas mais urbanizadas e modernas. É preciso ponderar, entretanto, que, mesmo sabendo que o isolamento linguístico seja uma exceção nos dias atuais, a progressão midiática por meio da rádio, televisão e internet já chegou no campo.

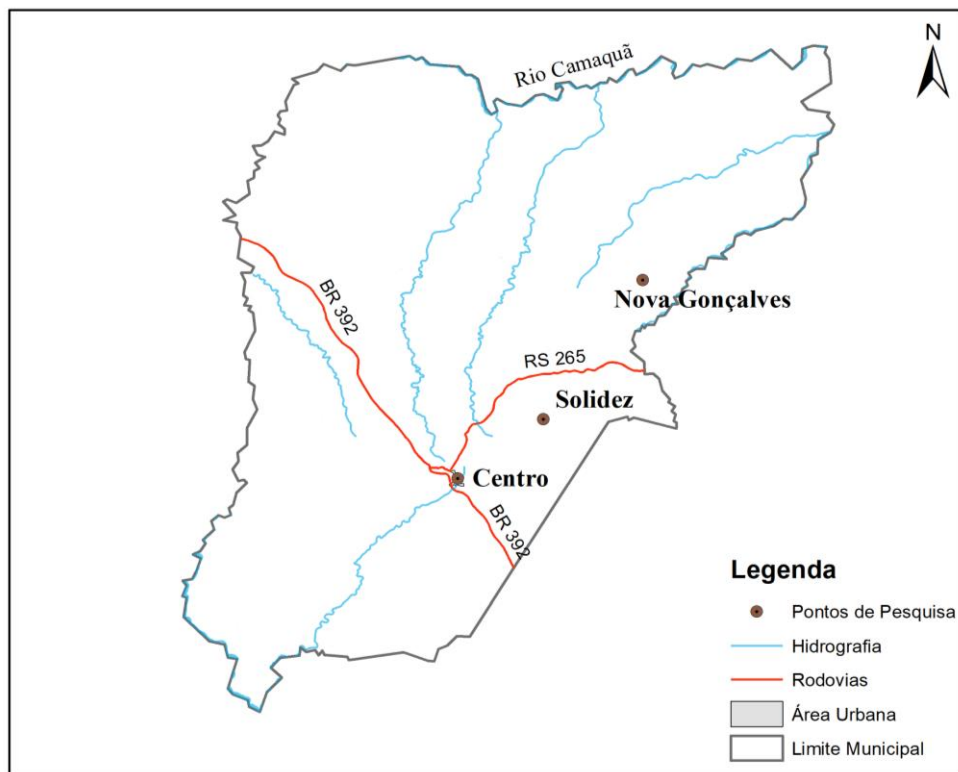
Logo, verificar ambos os ambientes, rural e urbano, enriquece nossa análise e permite observar tendências e fatores que ora confluem para a manutenção ora para a substituição da língua pomerana. Como esse conhecimento, a partir do contato e abertura da comunidade local à pesquisa, selecionamos a sede urbana de ambos os municípios e mais três áreas rurais no total. Quanto as essas áreas rurais, em Santa Maria de Jetibá, a localidade de São Luís, divisa com Alto São Sebastião, e em Canguçu, as localidades de Solidez e Nova Gonçalves, conforme pode-se observar nos mapas a seguir.

Mapa 2: Ponto de pesquisa Santa Maria de Jetibá - ES



Fonte: Elaborado para esta pesquisa pelo programa Arcgis.

Mapa 3: Ponto de pesquisa Canguçu - RS



Fonte: Elaborado para esta pesquisa pelo programa Arcgis.

As localidades de pesquisa foram escolhidas a partir das indicações de colegas da comunidade que receberam a presente pesquisadora em suas casas e, por conseguinte, apresentaram os vizinhos e conhecidos para participar da pesquisa. O acolhimento da comunidade tanto em Santa Maria de Jetibá, quanto em Canguçu, foi imprescindível para o desenvolvimento deste estudo e, principalmente, para a realização das entrevistas nas áreas rurais, onde o acesso era mais limitado.

2.2.2 Representação cartográfica: dimensão diageracional e diastrática

No princípio da pluridimensionalidade, o comportamento linguístico dos sujeitos da pesquisa quanto à faixa etária e à escolaridade, isto é, no tocante às dimensões diageracional e diastrática, são analisadas a partir da matriz cartográfica em forma de cruz. Dependendo do extrato social mais representativo na comunidade analisada, essa matriz pode sofrer alterações. Aqui adotamos a forma tradicional por entender que as dimensões diageracional e diastrática caracterizam respectivamente a tendência de mudança linguística no contraste entre a geração mais velha (GII) e a geração mais nova (GI), e a influência da escolarização no processo de manutenção e substituição da língua minoritária pomerana.

Quadro 3: Perfil dos informantes entrevistados

CaGII	CaGI
a) Dois informantes acima de 48 anos. b) Vive na localidade há mais de 20 anos. c) Ensino médio completo com ensino técnico ou superior em andamento ou concluído.	a) Dois informantes de 18 a 35 anos. b) Nascidos na localidade ou proximidades. c) Ensino médio completo com ensino técnico ou superior em andamento ou concluído.
CbGII	CbGI
a) Dois informantes acima de 48 anos. b) Vive na localidade há mais de 20 anos. c) Com escolaridade básica, analfabeto até 2º grau completo.	a) Dois informantes de 18 a 35 anos. b) Nascidos na localidade ou proximidades. c) Com escolaridade básica, analfabeto até 2º grau completo.

Fonte: Adaptado do Projeto ALMA-H

Com este esquema, como já foi elucidado anteriormente, são contrastados os resultados dos diferentes grupos. Com cada grupo foi realizada uma entrevista com

questionário (v. subseção 2.3.2), sendo que a pluralidade de informante, tendo em vista o pouco tempo disponível para uma pesquisa de mestrado, somente foi possível com os informantes falantes de pomerano. As entrevistas com não falantes representaram um em cada célula e serviram, acima de tudo, como grupo de controle.

Na dimensão diastrática, por conta da influência da escolaridade na percepção dos habitantes das diferentes localidades, do meio rural e urbano, dedicou-se especial atenção aos aspectos metalinguísticos das políticas em prol da língua pomerana e maior ou menor conscientização da identidade pomerana. Com o objetivo de entender a dinâmica da escolarização e seu papel na manutenção e substituição linguística, fez-se visitas de observação no meio escolar, a serem analisadas no próximo capítulo.

2.2.3 Dimensão dialingual: falantes e não falantes de pomerano

Por entender que o indivíduo significa, pensa e age a partir do contato com o outro, entrevistar os falantes e não falantes de pomerano nos fornece indícios acerca da visão popular da língua e cultura pomerana. Nos questionamos sobre as convergências e divergências quanto ao comportamento linguístico desses dois grupos; os pomeranos não falantes da língua materna como reagem ou pensam quanto à língua minoritária? Tendo essas perguntas como norte, delimitamos como parâmetro entrevistar falantes de pomerano que são bilíngues precoces, que tenham adquirido a língua pomerana desde a infância, na fase pré-escolar, com a família (DE HEREDIA, 1989).

Outro fator importante a ser observado é a comparação entre a dimensão dialingual e diageracional. Verificar o estado atual da língua pomerana nas diferentes gerações, geração velha (GII) e geração nova (GI) pode dar indícios sobre o contínuo de mudança linguística em tempo aparente. A partir disso, são possíveis além disso cruzamentos de dados com a dimensão diatópica, comparando a situação da língua pomerana na área rural e urbana e nos diferentes estágios do bilinguismo nessas localidades, com indício da manutenção ou substituição do pomerano.

2.3 Procedimentos de coleta dos dados

Este estudo delimita seu *corpus* de análise com base nos dados coletados das entrevistas semiestruturadas com grupos de fala específicos e da observação participante de

cunho etnográfico simples. Estão aí incluídas análises documentais e anotações de campo. Vejamos esses itens em particular.

2.3.1 Observação participante: saídas de campo

As saídas de campo foram divididas em duas partes, sendo a primeira de contato com a comunidade pomerana e os gestores. Quando possível, foram feitas entrevistas. A segunda parte focalizou as entrevistas e o controle de aspectos observados na interação *in loco* já desde o primeiro contato com a comunidade. Iniciou-se a pesquisa de campo em Santa Maria de Jetibá, por ser um município conhecido pela pesquisadora. A primeira visita ocorreu em julho de 2016, recebida por uma família pomerana amiga da pesquisadora. Este período foi dedicado ao recontato com colegas que mediaram conversas e apresentaram contatos importantes para as entrevistas. Também as entrevistas com os gestores foram realizadas nesta primeira etapa, além do registro fotográfico e do diário de campo, para definir e registrar observações acerca da paisagem linguística e de situações sociais relevantes para os objetivos da pesquisa.

A pesquisa de campo em Canguçu iniciou, posteriormente, em agosto de 2016. Por ser uma localidade ainda desconhecida para a pesquisadora, realizou-se antes uma pesquisa bibliográfica mais intensa, bem como um levantamento de possíveis contatos. Na localidade, apresentaram-se pessoas muito abertas a ajudar na pesquisa, que indicaram novos contatos, principalmente de gestores, com os quais foram imediatamente realizadas entrevistas. Além disso, a descrição minuciosa do contexto sócio-cultural, o registro e observação da dinâmica de uso da língua pomerana em situações reais foram aspectos nos quais a pesquisadora prestou atenção especialmente no primeiro contato com a comunidade, com a diferença de já se buscar comparações com a localidade de Santa Maria de Jetibá. Quando, portanto, retornou a Canguçu, em meados de novembro de 2016, a pesquisadora foi recebida por uma família pomerana que auxiliou no contato com a comunidade local. Nesse período de complementação dos dados de campo, a pesquisadora visitou a área rural de Solidez e Nova Gonçalves para completar a coleta de dados. Essa segunda saída, conciliou com o Encontro dos Povos Tradicionais Pomeranos (V Pomer), que ocorreu uma semana depois da chegada da pesquisadora. A participação e apresentação do trabalho de pesquisa acrescentou questionamentos que ajudaram a controlar as observações e os instrumentos de pesquisa utilizados em campo.

Depois desta acolhida em um lugar até então desconhecido, a pesquisadora retornou, em dezembro, a Santa Maria de Jetibá, para finalizar a coleta de dados. Neste momento, a pesquisadora dirigiu-se à área rural de São Luís, divisa com Alto São Sebastião, para completar as entrevistas, neste contexto rural, onde a língua minoritária de imigração apresenta, via de regra, uma vitalidade linguística maior. A experiência acumulada com os levantamentos de dados em dois contextos opostos permitiu conduzir com muito mais propriedade as entrevistas e observações *in loco*, nesta etapa final. Para uma pesquisa de mestrado, em que se ensaiam os primeiros passos teórica e metodologicamente mais bem fundamentados do trabalho empírico, as experiências de campo em Santa Maria de Jetibá e Canguçu representaram um momento de formação extremamente valioso para os estudos futuros que ainda irão se seguir.

2.3.2 Entrevistas

Concomitante à observação participante *in loco*, foram realizadas entrevistas com oito grupos, organizadas conforme as dimensões de análise selecionadas (diageracional, diastrática e dialingual). A fim de seguir aspectos de ordem sociológica e linguística que englobasse os três perfis de informantes, falantes, não falantes e gestores da língua, organizaram-se os questionários em quatro partes (v. ANEXO B). (1) Parte A – com informações gerais dos sujeitos da pesquisa, com questões de ordem social, política e histórica dirigidas aos três grupos, situando-os na comunidade-alvo. (2) Parte B – direcionada aos falantes de pomerano, englobou percepções metalinguísticas sobre a complexidade das relações humanas e político-linguísticas. (3) Parte C – aplicada ao grupo de não falantes de pomerano, com o objetivo de revelar a percepção quanto ao uso da língua pomerana e o seu valor social nas localidades pesquisadas. (4) Parte D – realizada com os gestores da língua, um gestor ligado à prefeitura e outro pesquisador independente voltado às ações educacionais de promoção da língua pomerana.

O questionário elaborado para esta pesquisa teve como guia os questionários do projeto IHLBrI²³ (2016) e da tese de Henry Souza (2016) sobre a percepção do português uruguaio. Com o questionário pronto, para melhor captar as informações, de forma mais

²³ Inventário do Hunsrückisch como Língua Brasileira de Imigração, no qual a presente pesquisadora atua como bolsista voluntária. O Inventário tem por objetivo o reconhecimento, descrição e conscientização do Hunsrückisch no território nacional, coordenado pelo Prof. Dr. Cléo V. Altenhofen e Profa. Dra. Rosângela Morello, configurando o convênio UFRGS - IPOL.

fidedigna e natural, as entrevistas semiestruturadas foram gravadas. É válido ressaltar que é mantida em sigilo a identidade dos informantes nesta pesquisa, fato garantido aos sujeitos por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, gravado no momento da entrevista (v. ANEXO C).

Nesse ínterim de coleta de dados, foi especialmente relevante observar também a dimensão diafásica. O controle da variável <situação de uso da língua> nos auxilia a compreender o comportamento linguístico dos sujeitos da pesquisa em diferentes situações comunicativas. Por um lado, a observação direta e seu registro em diário de campo garante, neste sentido, autenticidade aos dados, sem interferência do pesquisador. Os diferentes estilos linguísticos, leitura, escrita e conversação, não são determinantes nesta pesquisa. Todavia, buscou-se captar os estilos formal e informal adicionalmente por meio de entrevistas em ambientes mais familiares aos informantes, com técnica sociolinguística (LABOV, 2008) para deixar a gravação próxima a uma conversação livre com tópicos específicos coordenados pela pesquisadora. Em síntese, a tabela a seguir apresenta a matriz de entrevistas realizadas nas duas localidades e os perfis sociais dos grupos entrevistados.

Tabela 7: Esquema de organização dos informantes da pesquisa

	Santa Maria de Jetibá		Canguçu																
Rural	Falante	Não Falante	Falante	Não Falante															
	<table border="1"> <tr> <td>CaGII</td> <td></td> </tr> <tr> <td>CbGII</td> <td>CbGI</td> </tr> </table>	CaGII		CbGII	CbGI	<table border="1"> <tr> <td></td> <td>CaGI</td> </tr> <tr> <td>CbGII</td> <td>CbGI</td> </tr> </table>		CaGI	CbGII	CbGI	<table border="1"> <tr> <td>CaGII</td> <td></td> </tr> <tr> <td>CbGII</td> <td>CbGI</td> </tr> </table>	CaGII		CbGII	CbGI	<table border="1"> <tr> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>CbGII</td> <td>CbGI</td> </tr> </table>			CbGII
CaGII																			
CbGII	CbGI																		
	CaGI																		
CbGII	CbGI																		
CaGII																			
CbGII	CbGI																		
CbGII	CbGI																		
Urbano	Falante	Não Falante	Falante	Não Falante															
	<table border="1"> <tr> <td>CaGII</td> <td>CaGI</td> </tr> <tr> <td>CbGII</td> <td>CbGI</td> </tr> </table>	CaGII	CaGI	CbGII	CbGI	<table border="1"> <tr> <td></td> <td>CaGI</td> </tr> <tr> <td>CbGII</td> <td>CbGI</td> </tr> </table>		CaGI	CbGII	CbGI	<table border="1"> <tr> <td>CaGII</td> <td>CaGI</td> </tr> <tr> <td>CbGII</td> <td>CbGI</td> </tr> </table>	CaGII	CaGI	CbGII	CbGI	<table border="1"> <tr> <td>CaGII</td> <td>CaGI</td> </tr> <tr> <td>CbGII</td> <td></td> </tr> </table>	CaGII	CaGI	CbGII
CaGII	CaGI																		
CbGII	CbGI																		
	CaGI																		
CbGII	CbGI																		
CaGII	CaGI																		
CbGII	CbGI																		
CaGII	CaGI																		
CbGII																			

Fonte: Elaborado pela autora

Cada categoria das células em vermelho são entrevistas realizadas, enquanto as células vazias informam que não foram encontrados informantes com este perfil. Em Santa Maria de Jetibá, houve um total de 20 informantes, e em Canguçu, um total de 19 informantes, tendo a pluralidade de informantes nas entrevistas com falantes de pomerano; já nas entrevistas com não falantes, há um informante por célula. Além dessas entrevistas, realizamos mais quatro,

sendo dois gestores em cada localidade com perfil de pesquisador e de servidor público, respectivamente.

Tabela 8: Esquema de organização dos gestores

Gestores	Santa Maria de Jetibá		Canguçu	
	Pesquisador	Prefeitura	Pesquisador	Prefeitura

O próximo capítulo ocupa-se, enfim, com a análise dos dados, em parte de ordem quantitativa, porém essencialmente seguindo uma análise qualitativa. A grade de informantes acima, construída com base no princípio da pluridimensionalidade para a análise da variação do comportamento linguístico, serve de esquema ordenador dos diferentes perfis de informantes e territorialidades de uso, pois se considera que a <vitalidade linguística da língua pomerana> e seu <grau de manutenção ou perda linguística> varia conforme esses critérios.

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DOS DADOS

A <manutenção e/ou revitalização do pomerano>, que constitui a variável analisada neste estudo, ocorre em um contexto de contatos linguísticos, em que portanto é preciso prever, nas duas localidades observadas, Santa Maria de Jetibá, no Espírito Santo, e Canguçu, no Rio Grande do Sul, diferentes atores, falantes e não falantes de pomerano, monolíngues e bilíngues, gestores ou não. O espaço do pomerano, ou melhor, as territorialidades de seu uso, variam conforme os participantes em jogo. Relembrando os objetivos deste estudo, nos perguntamos

- (1) o que favorece ou desfavorece o uso ou manutenção do pomerano, bem como
- (2) “o que se faz” conscientemente, ou programaticamente, para manter ou revitalizar essa língua pomerana.

Neste último ponto, nos perguntamos ainda, mais especificamente:

- (a) Quais são as ações implementadas pelos gestores?
- (b) Qual o foco priorizado nessas políticas?

Para analisar essas questões e verificar como a variável <manutenção e/ou substituição linguística> se comporta nas diferentes localidades em estudo, é preciso de início entender o contexto sócio-histórico do pomerano em contato com o português, bem como o que caracteriza sociolinguisticamente a comunidade de fala pomerana em Santa Maria de Jetibá e em Canguçu. Tais semelhanças ou diferenças podem jogar luz nos aspectos sociolinguísticos que envolvem a vitalidade da língua pomerana. Afinal, onde se pode encontrar a língua na comunidade, ou seja, quais as suas territorialidades? Quem é esse indivíduo que fala a língua. Há a transmissão diageracional para a continuidade da língua na comunidade? E quando, em que situações do dia a dia, essas línguas são faladas? Quais as situações de uso da língua materna?

A significação e percepção das políticas linguísticas, por conseguinte, auxilia-nos a pensar sobre as suas implicações tanto nas intencionalidades e funções, como nas consequências geradas, ao moldar os indivíduos em contato. Nesse patamar, o processo de revitalização linguística pode ser verificado, partindo sempre do fundamento básico que

tomamos como norte para nossas análises: uma perspectiva plural de aceitação da diversidade linguística que aceite e fale línguas, independente se for uma língua local, como a língua pomerana, ou uma língua mais *standard* como a língua alemã ou portuguesa.

3.1 Aspectos sócio-históricos do pomerano em contato com o português

A vinda dos imigrantes para o Brasil deve-se muito ao contexto sociopolítico do período durante a imigração. Com a vinda da família real para o Brasil em 1808, várias problemáticas que envolviam a soberania de Portugal ganharam destaque, como o marasmo econômico em que se encontram várias províncias; as dificuldades de definir as fronteiras; e, como consequência, as crescentes disputas territoriais com a América espanhola. Além disso, o interesse de branquear a população, dada a hegemonia numérica de índios e negros em relação a de brancos (CARNEIRO, 2000), resultou em uma contínua pressão da corte inglesa para a abolição da escravidão. A preocupação com a formação identitária do Brasil foi, portanto, mais um dos fatores que favoreceram a busca por colonos europeus, pessoas brancas, cristãs e adaptadas às técnicas de cultivo da cultura ocidental (LUCENA, 2007).

Como determinação da política imigratória, o Governo Imperial empenhava-se em atrair estrangeiros para o Brasil. A propaganda de que aqui havia terras em abundância e as promessas aos futuros colonos atraíam aqueles que sofriam com uma Europa devastada pelas guerras, com a falta de terras e de trabalho resultante da crescente urbanização e industrialização trazida pela Primeira Revolução Industrial. Segundo Karastojanov (1999, p.73), “Os pequeno-burgueses e o campesinato perderam tudo ou quase tudo. Nada mais podiam fazer a não ser trabalhar nas fábricas, sujeitando-se às limitações impostas por sua nova condição de trabalhadores assalariados”. A pobreza excessiva explica o motivo de os países europeus incentivarem a emigração, especificamente, a Pomerânia, uma das províncias independentes da Confederação Germânica²⁴, atualmente extinta, desde o fim da Segunda Guerra Mundial com o Tratado de Potsdam, em 1945.

A saga da viagem dos imigrantes até o Brasil foi difícil²⁵. Após saírem da Europa, demoravam quase dois meses para chegarem ao porto de Vitória. Sofriam com a desidratação, enjoos, a comida depois de algumas semanas já estava estragada e a água era imprópria para

²⁴ “Na época da imigração, a atual Alemanha não era um estado nacional, uma nação como a conhecemos hoje. Desde o início do século XIX, 39 províncias independentes estavam reunidas na chamada Confederação Germânica” (JACOB, 2011, p.15).

²⁵ É preciso ter ciência que as dificuldades enfrentadas pelos europeus na vinda para o Brasil, muito se difere do sofrimento que os negros tiveram quando foram feitos escravos e destituídos de toda sua humanidade.

beber. Muitos morriam em alto-mar, por vezes famílias inteiras (JACOB, 2011). O sonho de um futuro, de cultivar a nova terra e fazer dela seu novo lar fez com que os colonos deixassem seu país de origem. Assim, almejando a porção de terra prometida pelo Governo Imperial, os pomeranos chegaram ao Brasil em meados do século XIX²⁶ e foram alocados, principalmente, nas províncias do Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Santa Catarina.

As diferenças sociais, políticas e geográficas de cada região diferenciaram a história que cada imigração pomerana teve no Brasil, distinguindo, por exemplo, o tipo de colônia a que estavam destinados os imigrantes: se era uma colônia pública ou privada. No caso das duas regiões enfocadas nesta dissertação, vê-se que, enquanto no Espírito Santo a colônia de Santa Leopoldina foi organizada diretamente pelo Governo Imperial, a colonização na região da Serra dos Tapes no Rio Grande do Sul foi empreendida por um particular, Jacob Rheingantz. Entretanto, apesar das particularidades, as dificuldades enfrentadas eram inúmeras, tanto em relação às condições do tempo e ao tipo de mata e de solo, quanto pela ajuda prometida que não vinha, obrigando os novos colonos a se unirem cada vez mais, em torno da religião luterana, a qual se tornou a base para o fortalecimento da comunidade. Por meio da igreja, os colonos ajudavam-se e, por conseguinte, mantinham forte contato cultural e linguístico. Foi ela que, por volta de cem anos, manteve as escolas alemãs (*Deutschshulen*), cujo ensino era ministrado em alemão, por muito tempo com pastores vindos da Europa.

A manutenção da língua e cultura materna tiveram grande embate quando o presidente do Brasil de então, Getúlio Vargas, influenciado pelo período que antecede a Segunda Guerra Mundial, empreende em 1938 a política de nacionalização do Estado Novo. Tal política tinha a clara pretensão de inibir os imigrantes e integrá-los ao Brasil, ao menos o que se entendia por integração: a homogeneidade da nação. As consequências dessa política podem ser vistas até os dias atuais nas comunidades pomeranas. Somado a isso, o fato de o Brasil entrar na guerra contra a Alemanha, agravou ainda mais o estado de repressão linguística, fechando escolas, proibindo o ensino e, posteriormente, até mesmo o uso de línguas minoritárias em situações públicas. O impacto dessas medidas contra o plurilinguismo ainda está vivo na memória de muitos falantes (em parte ex-falantes) que vivenciaram esse período. Isso é observado em uma série de relatos, coletados nas entrevistas feitas nas duas comunidades, como mostra o seguinte depoimento de uma informante da zona rural de Canguçu.

²⁶ Quando os pomeranos chegaram, já haviam colônias com imigrantes germânicos vindos da região do Hunsrück, Hesse, Renânia, entre outros.

Excerto 1

CaGII – [...] e aí não podia falar por causa da guerra, a proibição, da perseguição dos alemães por causa da guerra, né! o... o...coluna cinco que era chamado, né! quinta coluna, coluna cinco, eu inverti. É quinta coluna, esses eram chamados os alemão e.... e... apanhavam por causa da recessão que a gente falou, o rádio era escondido pra saber notícia da guerra, tudo escondido por baixo das escadinhas, assoalho falso, numa parede, atrás do armário o rádio.

A repressão linguística da política do Estado Novo repercutiu de modo diferente nas comunidades pomeranas de Santa Maria de Jetibá (Anexo F) e Canguçu (Anexo G). De modo geral, no entanto, o linguicídio, para usar um termo de Skutnabb-kangas & Phillipson (1996), por conta dessas medidas, foi mais intenso nos núcleos urbanos do que nas áreas rurais, que ficaram mais protegidas. Seu efeito foi também mais forte em relação ao ensino da língua do que ao seu uso oral, no sentido de impedir o acesso à escrituralidade na língua correspondente. Além disso, pode-se afirmar que acentuou as características mais etnográficas da identidade pomerana em torno da sua religião e língua pomerana, que é o que sobrou na oralidade. Vejamos, contudo, como os dois contextos representados pelas duas localidades de pesquisa distinguem-se no que se refere à variável em estudo. A ênfase recai, por enquanto, no âmbito macro-histórico e sociogeográfico.

3.1.1 Santa Maria de Jetibá, Espírito Santo

Com a chegada dos europeus ao Brasil, e, por conseguinte, com a vinda dos colonos portugueses para o Brasil, as terras capixabas sofreram com a má administração e com as constantes disputas por espaço entre lusos e índios²⁷, segundo Oliveira (2008 [1951], p.55):

[...] Ali se encontraram três terríveis circunstâncias favoráveis ao desastre: frouxidão de costumes, chefe (Vasco Coutinho) ‘mais propenso à indulgência do que à disciplina’ e concorrência de elevado número de criminosos homiziados nas terras. Sem contar o índio – pesadelo constante, inimigo de todas as horas²⁸.

Além dessas dificuldades iniciais, no final do século XVII, a descoberta do ouro no interior da então capitania do Espírito Santo, ao invés de trazer alívio financeiro para os bolsos daqueles que nela viviam, foi, ao contrário, um dos principais motivos para o atraso na expansão das terras capixabas. O receio de invasões estrangeiras culminou em diversas

²⁷ No ano de 1535, havia no Espírito Santo cerca de 55 mil índios, eram seis tribos divididas em três grandes nações: “a nação tupi-guarani [...] era composta pelos tupinambás, tupiniquins, temiminós (puris-coroados) e pataxós. Da nação jê, estavam presentes os botocudos. Por fim, os macro-jês, representados pelos goytacazes.” (SCHAYDER, 2002, p.18)

²⁸ Nesse trecho, Oliveira caracteriza o índio conforme a visão portuguesa da época.

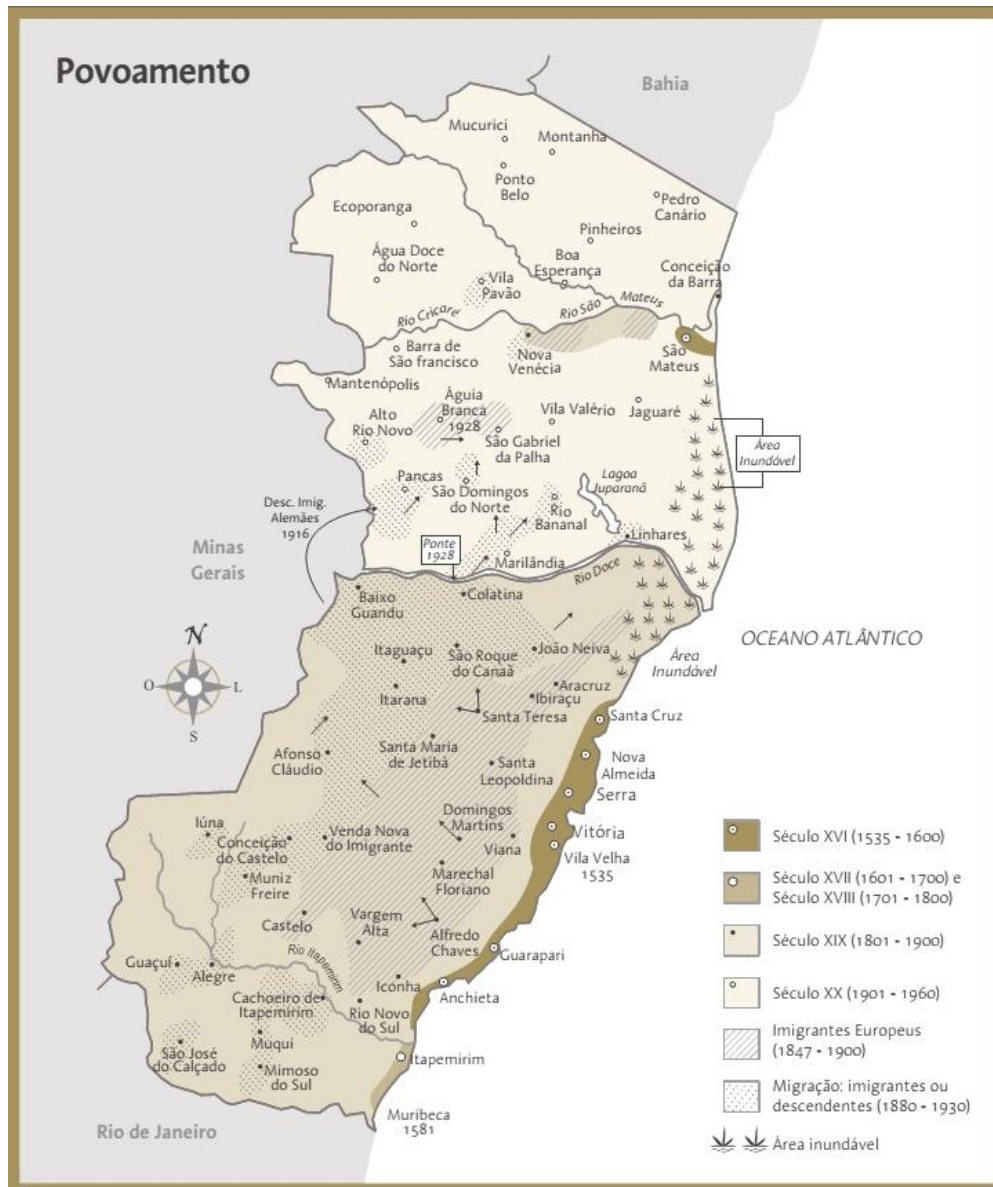
proibições por parte da coroa portuguesa, que promulgou um decreto em que restringia a capitania do Espírito Santo ao litoral, proibindo-a de abrir caminho rumo a oeste, a fim de criar uma barreira natural e proteger a recém-criada província do ouro, Minas Gerais. Nesse mesmo sentido, em 23 de maio de 1847, o então presidente da província do Espírito Santo, o doutor Luís Pedreira do Couto Ferraz, relata as causas das dificuldades enfrentadas e como os colonos estrangeiros seriam uma solução para as problemáticas locais.

Tendo observado com magoa, pelo que sabia d'esta provincia, o seu estado de atrazamento a despeito de encerrar ella em si tão grandes recursos naturaes [...] assim que entrei no exercicio da presidencia tratei de accuradamente estudar as causas, que mais fortemente hão concorrido, e concorrem para este estado. Desde logo se me deparou como a primeira a falta de população industriosa e livre, que se applicasse a lavoura, e tirasse de suas magnificas terras na maior extensão devolutas e incultas, o partido que offerecem com tão larga profusão. Observei também que logares há na provincia, para os quase se pode convidar a emigração estrangeira estabelecendo-se nucleos de colonisação, não só por ser ella quasi cortada de rios navegaveis, cheia de portos e possuindo grande extensão de mattas riquissimas, ainda devolutas, muito abundante de madeiras de lei, mas tambem por cobrirem taes mattas terrenos mui ferteis para toda sorte de cultura [...] (FERRAZ, 1848, p.36).

Observa-se pelos dizeres “falta de população industriosa e livre” e ainda “extensão de mattas riquissimas, ainda devolutas” que há também o receio da grande população de negros, ainda cativos, e de índios que dominavam, respectivamente, a região litorânea e o interior do Espírito Santo. No mais, fica claro os problemas financeiros da província. Assim, como resultado dessa falta de incentivo à colonização, o Espírito Santo somente iniciou o processo de recuperação quando, em meados do século XIX, o Governo Imperial, percebendo o marasmo populacional e econômico em que as terras capixabas encontravam-se, determinou a vinda de imigrantes com objetivo de povoar o interior da província e torná-la produtiva (OLIVEIRA, 2008).

Como relata Rocha (2000, p.9), havia duas tendências metodológicas diversas para a província do Espírito Santo: “uma que preconizava a vinda de imigrantes para aqui instalá-los como pequenos proprietários e outra, mais imediatista, que advogava a introdução de grandes lavas de imigrantes para fornecer mão-de-obra à grande lavoura”. Rocha divide a história da imigração no Espírito Santo em três fases: a primeira, de 1847 a 1881; a segunda, de 1882 a 1887; e a terceira, de 1888 a 1896. Faremos um recorte a respeito da primeira fase da política imigratória, marcada pela criação de colônias e pela doação de pequenos lotes aos imigrantes pomeranos no interior da província, onde hoje fica a região serrana do estado, especificamente, o município de Santa Maria de Jetibá. Para melhor entender a gradação espacial do povoamento ao longo do tempo em terras capixabas, observemos o Mapa 4.

Mapa 4 – Povoamento do Espírito Santo



Fonte: MARTINUZZO, 2009, p.40.

Assim, os pomeranos chegaram à província capixaba a partir do ano de 1859 até o início da década de 1870, e foram fixados, em sua maioria, na colônia de Santa Leopoldina²⁹ (TRESSMANN; BAHIA, 1999). Segundo o levantamento do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, em que se mostram as dez nações europeias que mais enviaram emigrantes ao Espírito Santo, os pomeranos encontram-se computados com os de origem alemã; todavia, Jacob (2011, p.24) relata que “[...] de cada 10 imigrantes germânicos [imigrados ao Espírito Santo], 8 eram pomeranos”.

²⁹ A Colônia de Santa Leopoldina foi fundada em 1857 e é uma das quatro colônias criadas na primeira fase da política imigratória, as demais são: Santa Izabel, em 1847; Rio Novo, em 1855; e Castelo, em 1880 (ROCHA, 2000, p.67).

Ao chegarem em Vitória, os pomeranos seguiram pelo Rio Santa Maria da Vitória à colônia de Santa Leopoldina, hoje município de Santa Leopoldina, e de lá eram dirigidos aos lotes destinados a cada família. Não havia, na época, outra forma de chegar à Colônia, se não pelo rio. A Mata Atlântica e a falta de estradas dificultavam muito a conexão com a capital Vitória. Martinuzzo (2009, p.62) afirma que “[...] sem ajuda e o apoio prometidos dos governos, falando uma língua absolutamente estranha aos habitantes locais e enviados para os rincões de floresta nativa, desbravaram porções das terras capixabas [...]”. Sem a ajuda do governo e com as dificuldades de contato com a capital Vitória, os colonos fortaleceram-se mutuamente, a religião luterana teve suma importância, como relatado anteriormente. Estas condições explicam, em grande parte, a vitalidade da língua pomerana, nesse contexto. A isenção do poder público e o isolamento natural entre os colonos e a capital Vitória ajudaram na manutenção da cultura, da religião e da língua pomerana. Com o crescimento da região, habitada em sua maioria por pomeranos, o vilarejo de Santa Maria de Jetibá emancipou-se da então cidade de Santa Leopoldina, no ano de 1988, e tornou-se um município economicamente próspero (JACOB, 2011).

Muitos colonos pomeranos dessa região conquistaram destaque econômico no Estado e no país, tendo a agricultura e a avicultura como base (IJSN, 2015)³⁰. Todavia, é importante esclarecer que o progresso conquistado pelos pomeranos alojados no município de Santa Maria de Jetibá, quanto à sua situação socioeconômica e o seu reconhecimento cultural, não é o mesmo de outras cidades habitadas por pomeranos no Espírito Santo, mesmo aquelas que fazem divisa com o município.

O processo de fixação do pomerano na região de Santa Maria de Jetibá, até o seu destaque econômico-cultural, provocou mudanças na comunidade; ou seja, os pomeranos, apesar de conseguirem preservar a língua e a cultura, sofreram um processo de aculturação devido à história de colonização, ao contato com a cultura brasileira e à modernização da comunidade. É com a preocupação do esquecimento e perda da sua própria identidade que os estudiosos, o poder público local e a própria comunidade traçam como objetivo fortalecer a língua e a cultura pomeranas. Surgem, no início do século XXI, políticas em prol de sua manutenção e revitalização, como a criação do Projeto de Educação Escolar Pomerana, PROEPO, em 2005; e a Cooficialização da Língua Pomerana no município de Santa Maria de Jetibá, em 2009, com a lei nº 1136/2009.

³⁰ Instituto Jones dos Santos Neves.

Em meio a esse debate em torno da manutenção linguística, que atinge outras comunidades minoritárias também, foi implantado no ano de 2010, no Brasil, o decreto 7.387 – Inventário Nacional de Diversidade Linguística (INDL), que, com a crescente cooficialização das línguas indígenas e de imigração em algumas comunidades, marca uma nova relação de poder entre as políticas públicas e as mais de 200 línguas minoritárias faladas dentro do país, agora oportunizando políticas intervencionistas em prol do direito e do respeito à sobrevivência das línguas e culturas dessas comunidades (IPOL, 2015). A partir de então, sob a coordenação dos gestores do Espírito Santo, diversas leis e decretos foram promulgados para promover a língua e cultura pomerana, entre os quais: Decreto Federal 6.040/2007 – reconhece o Povo Pomerano como um povo tradicional; Lei Estadual 9.258/2009 – cria o dia Estadual do Imigrante Pomerano, comemorado no dia 28 de junho; Emenda Constitucional PEC nº 11/2009 – inclui a Língua Pomerana e a Língua Alemã como patrimônio Estadual do Espírito Santo; Decreto 3248-R/2013 – cria a Comissão Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Este engajamento é fruto de um trabalho coletivo de um grupo que despertou determinados setores do poder público para a importância e os ganhos que a auto-declaração da identidade e língua pomerana para o município de Santa Maria de Jetibá. Essas iniciativas têm influenciado a comunidade de fala pomerana que carregam o título de cidade mais pomerana do Brasil, como se pode observar na Figura 1, a seguir.

Figura 1 – Placa de chegada no município de Santa Maria de Jetibá



Fonte: Site Jornal O Globo, 2012

Desde a primeira visita feita por esta pesquisadora, em 2011, na época com a pesquisa de iniciação científica, ficou visível, ao longo desses anos de pesquisa, a mudança da comunidade como um todo para uma postura de maior aceitação da sua origem, decorrente das políticas linguísticas implementadas. É preciso ponderar, e iremos abordar esse assunto

mais especificamente nas próximas seções, que essa postura maior de reconhecimento da sua própria identidade ainda é singela, em comparação ao que era; a situação de reclusão e a vergonha de falar a sua própria língua transfiguram-se, nesse processo, em um certo orgulho de ser e falar o pomerano.

O fato de os pomeranos terem prosperado economicamente elevou financeiramente o município que, atualmente, constitui um núcleo próspero na região. Pessoas de outros municípios vão à Santa Maria de Jetibá para fazerem suas compras (1) por causa da boa oferta de produtos que o centro da cidade oferece e (2) pelo atendimento em pomerano, fator identitário importante para os falantes locais de pomerano, principalmente do interior, mesmo aqueles que falam a língua portuguesa. Neste cenário de ações e reações progressivas quanto ao ser pomerano, Santa Maria de Jetibá configura-se como influenciador dos municípios pomeranos no entorno, e até mesmo de comunidades pomeranas de outros estados, como por exemplo Canguçu, que descrevemos a seguir.

3.1.2 Canguçu, Rio Grande do Sul

Diferentemente da constituição histórica de Santa Maria de Jetibá, Canguçu tem sua formação bem antes da chegada dos imigrantes pomeranos. Os primeiros habitantes foram, principalmente, os índios Tapes, os quais ficaram registrados na toponímia do lugar, Serra dos Tapes³¹ e Canguçu. Porém, como já eram em um número reduzido e muitos migraram para a região mais ao norte do Rio Grande do Sul, foram poucos os índios que ficaram na região e ainda menores os vestígios que deixaram no atual município de Canguçu.

Paralelo à redução da presença dos índios nativos da região, chegaram, em meados do século XVIII, os açorianos, a fim de demarcar o território como pertencente à Coroa Portuguesa. Devido a essa incerteza das fronteiras ao sul da província rio-grandense, ora pertencentes a Portugal, ora à Espanha, vários militares, inclusive a então fortificação de Cerro Largo, formaram bases militares portuguesas ao longo da Serra dos Tapes. O povoado de Canguçu foi criado, assim, em 01 de janeiro de 1800, com a intenção de ser uma fortificação, local “onde convergiam diversos caminhos”. O povoamento veio acompanhado do “desejo dos moradores do local de possuírem assistência religiosa” (BENTO, 2007, p.49).

³¹ A zona sócio-política em que se situa a Serra dos Tapes faz parte os municípios de São Lourenço do Sul, Canguçu, Turuçu, Pelotas, Arroio do Padre, Capão do Leão e Morro Redondo.

Historicamente, a região foi palco de diversas batalhas que foram moldando o crescente povoado que, neste período, fazia parte do distrito de Rio Grande.

A economia local baseava-se na agropecuária. A região central de Rio Grande, tal como Pelotas, tinha como produção principal as estâncias e charqueadas. Estas impulsionaram a industrialização dessas localidades como polos sócio-econômicos da região sul da província. Por seu caráter exploratório, tanto Pelotas quanto Rio Grande continham um número grande de escravos, os quais buscavam abrigo na região de Canguçu, uma das mais altas na Serra dos Tapes, para viverem livres e fugir dos maus tratos a que eram submetidos (CERQUEIRA, 2010). Os escravos dessa região tiveram grande participação quando, em 1835 até 1845, ocorreu a Revolução Farroupilha. A insatisfação dos altos impostos em cima do charque, consequência do governo dos regentes³², além da situação política instável e a constante pressão para substituir o regime monárquico pelo republicano culminou na Revolução Farroupilha (KREUTZ, 2012, p.189).

Com a República Rio-Grandense formada, o distrito de Piratini, que desde 1830 englobou o povoado de Canguçu, tornou-se a capital da nova república. Canguçu, como parte constituinte da capital Piratini, novamente, fez-se reduto de várias decisões importantes, tanto por questões militares quanto de negociações políticas da nova república. Todavia, tal situação durou até 1845, quando, com a República Rio-Grandense destituída e, conseqüentemente, o retorno do governo Imperial, Piratini é diluído em vários municípios, ficando assim formado o município de Canguçu.

É depois de todo esse percurso que, em 1858, portanto em período similar ao dos imigrantes pomeranos no Espírito Santo (1859), chegaram os primeiros imigrantes pomeranos³³ na colônia de São Lourenço do Sul, região divisa com Canguçu. À procura de um bom empreendimento, o imigrante Jacob Rheingantz³⁴, após adquirir o capital necessário, formou sociedade com José Antônio Guimarães, fazendeiro luso brasileiro, e firmou contrato

³² D. Pedro I, ao retornar à Portugal, abdica da sua posição de imperador do Brasil a favor do seu filho D. Pedro II, na época ainda menor de idade. Assim, até a maior idade de D. Pedro II 1840, o Império fica sobre a responsabilidade de regentes. Tal conjuntura configura-se em disputas entre as províncias, algumas, como a sulista defendiam a república.

³³ Desde 1824 a província rio-grandense já recebia imigrantes vindos da Europa. Neste início, principalmente, imigrantes germânicos, vindos em sua maioria da região do Rio Reno, os quais se instalaram em número ainda reduzido na região da Serra dos Tapes em comparação com as regiões do Vale do Sinos e Vale do Taquari.

³⁴ Fugido da situação em que a Europa encontrava-se, diferentemente dos demais imigrantes, Jacob não veio diretamente para um lote em uma colônia imperial. Antes esteve pela França, foi para os Estados Unidos, para então, em busca de ascensão financeira, chegar no porto de Rio Grande em 1843.

com o Governo Imperial. A criação de colônias particulares surgiu como alívio financeiro aos cofres do governo, ao mesmo tempo em que dava continuidade à política imigratória.

Uma pessoa física (empresário particular ou uma sociedade) candidatar-se a receber do governo terras cultiváveis, (este) fazia um contrato com os interessados em emigrar, adiantava-lhes o dinheiro para a viagem e permitia-lhes repor a quantia em prestações. (SCHNEIDER, 1980, p.87)

Para os empresários, o retorno financeiro dar-se-ia no decorrer dos anos com o pagamento pelos colonos dos seus lotes entre outras dívidas que fariam para investir em suas terras e fazê-las produtivas. Segundo Hammes (2014, p.58), “os primeiros colonos viviam em barracões rústicos enquanto construía as casas. O armazém da empresa Rheingantz garantia-lhes crédito para comprar equipamentos agrícolas básicos e gêneros alimentícios”. A postura empreendedora de Rheingantz foi muito questionada ao longo da história da colonização da região, tanto pelos antigos colonos, quanto nos movimentos atuais de auto determinação da identidade e língua pomerana.

À semelhança do que aconteceu no Espírito Santo, mas com uma geografia diferente, esse início de colonização não foi fácil. A tarefa de derrubar a mata virgem e enfrentar as adversidades de uma região tropical muito diferente da que vivenciaram na Europa, uniu os pomeranos enquanto comunidade. Nesse contexto, nasceu a necessidade do grupo de professar a sua fé e instruir seus filhos na religião de origem, o luteranismo. Entretanto, com o problema da falta de pastores luteranos, os mais instruídos da comunidade eram colocados como pastores. É preciso entender que esses líderes não tinham grandes conhecimentos, apenas eram os que mais se destacavam intelectualmente, e, por isso, ganhavam esse título. Assim, surge a Igreja Luterana Independente e a Igreja Luterana Livre que, até hoje, são fortes instituições na região de Canguçu, como pode-se observar na figura a seguir.

Figura 2 – Igreja Luterana Independente da comunidade de Canguçu Velho



Fonte: Arquivo pessoal.

Com o tempo, a Igreja Luterana do Brasil (IECLB), que já era forte na região de São Leopoldo, instalou-se na localidade e, hoje, junto com a Missuri (IELB) fazem parte das igrejas luteranas, das quais os pomeranos participam. Pela presença numerosa de imigrantes no primeiro e segundo distrito, alguns lusos e negros adotaram muitos traços da cultura pomerana, inclusive aprendendo sua língua. Na comunidade de Solidez, por exemplo, no primeiro distrito, há duas igrejas Luteranas (IECLB), a Redentora da Solidez (de 1927) e a Manuel do Rego (de 1934); a segunda é, desde sua fundação e até hoje, a igreja dos negros, tendo, inclusive, seu próprio cemitério. Devido a algumas desavenças religiosas da época, quando a Igreja Luterana Manuel do Rego foi fundada, o mesmo pastor atendia as duas Igrejas. Tal fato, entretanto, não afastou ambas as comunidades em contato, como relata Gonçalves (2014, p. 371), “o trabalho e as dificuldades econômicas e de inserção social podem tê-los aproximado”³⁵. Posteriormente, foi criada a Associação de Quilombolas Manuel do Rego, a qual tem tido várias conquistas para a comunidade, como a recente rede de esgoto

³⁵ “Deve-se considerar que, embora os ‘pomeranos’ tenham enfrentado muitas dificuldades, eles são herdeiros de uma cultura do trabalho livre, de pequenos proprietários, enquanto os ‘negros’ são herdeiros de uma cultura em que o trabalho era escravizado. Mesmo sendo considerados ‘inferiores’, os ‘pomeranos’ tinham liberdade e uma pequena propriedade”. (GONÇALVES, 2014, p.371)

instalada na localidade de Solidez³⁶.

É importante, portanto, entender esse processo de configuração social e religiosa plural que acompanha tanto os pomeranos, quanto as comunidades em contato, das quais fazem parte os negros, como dito anteriormente; os luso-brasileiros, que se concentraram na região mais urbana do município e são, em grande parte, católicos; e também os italianos, que vieram para a região divisa com Pelotas, no final do século XIX, com a formação pelo Governo Imperial da Colônia Maciel, como ainda hoje é conhecida na região. Apesar do processo constante de aculturação, principalmente dos luso-brasileiros e dos italianos, essa diversidade que caracteriza o município de Canguçu ainda é bastante presente no dia a dia da comunidade. Esse fato pode ser visto também no centro urbano, na medida em que o comércio precisa, ainda hoje, oferecer o atendimento em pomerano para atender colonos que vêm do interior. E são esses que, por seu crescimento econômico, têm alavancado o comércio local.

Por ser um município predominantemente rural, a sua produção agrícola sempre esteve vinculada à agricultura familiar, sendo conhecida como a capital do minifúndio. Os pomeranos, nesse aspecto, dominam a produção que antes era pautada em frutas, leguminosas e até grãos, e agora se destacam pelo cultivo do tabaco que é revendido para as empresas de Santa Cruz do Sul. A cultura do plantio do fumo chega em Canguçu no século XX e, nos últimos anos, ganha espaço na economia do município, tornando-se a sua principal receita. Como tal, os pomeranos têm prosperado e cada dia mais investem nas suas terras e em maquinário necessário para o cultivo, envolvendo os filhos nesse processo, os quais acabam por dar continuidade à cultura do fumo junto com os pais.

Nesse cenário de crescimento e contínuo contato intra- e intercultural, observam-se em Canguçu os primeiros sinais de significação e consciência de sua pluralidade. O constante contato dos gestores da Língua com os gestores do Espírito Santo têm influenciado a comunidade, ao ponto de o antigo Festcal (Festival Estudantil da Cultura Alemã) mudar de nome para Festcap (Festival Estudantil da Cultura Alemã e Pomerana)³⁷. A mudança ocorreu após a comunidade mais engajada se auto-reconhecer como pomerana em uma palestra ministrada no segundo distrito pelo professor Tressmann. Esse diálogo com o Espírito Santo tem impulsionado medidas no âmbito da política linguística, como a cooficialização do

³⁶ Atualmente, o município de Canguçu é o que tem mais quilombos reconhecidos no Rio Grande do Sul, totalizando 13 quilombos em toda sua extensão, conforme dados no site do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

³⁷ Há também na localidade o Festquilombola no âmbito escolar que dá visibilidade a identidade afro.

Pomerano pela lei nº 3.473 (Anexo E), de 2010, ainda não regulamentada, além de iniciativas particulares de duas professoras ministrarem aulas de pomerano como disciplina optativa para o primeiro ano do Ensino Médio.

Tendo por base o conhecimento sócio-histórico que formou o atual município de Canguçu, podemos observar, tal como em Santa Maria de Jetibá, uma forte vitalidade da língua pomerana, apesar da diversidade étnica presente neste contexto. Diferentemente do Espírito Santo, tem-se aqui mais marcada a participação de outros grupos de falantes, como os negros, descendentes de italianos e luso-brasileiros que, há mais tempo, já se encontravam ocupando esse espaço. Cada qual parece, no entanto, definir a sua territorialidade. Contudo, como no Espírito Santo, a religião configura-se, ao lado da língua e da economia familiar, em fator de coesão do grupo. A política de promoção da língua pomerana surge como fator de conscientização do papel da língua e da identidade imigrante.

3.2 Vitalidade linguística do pomerano: onde, quem, quando mantém?

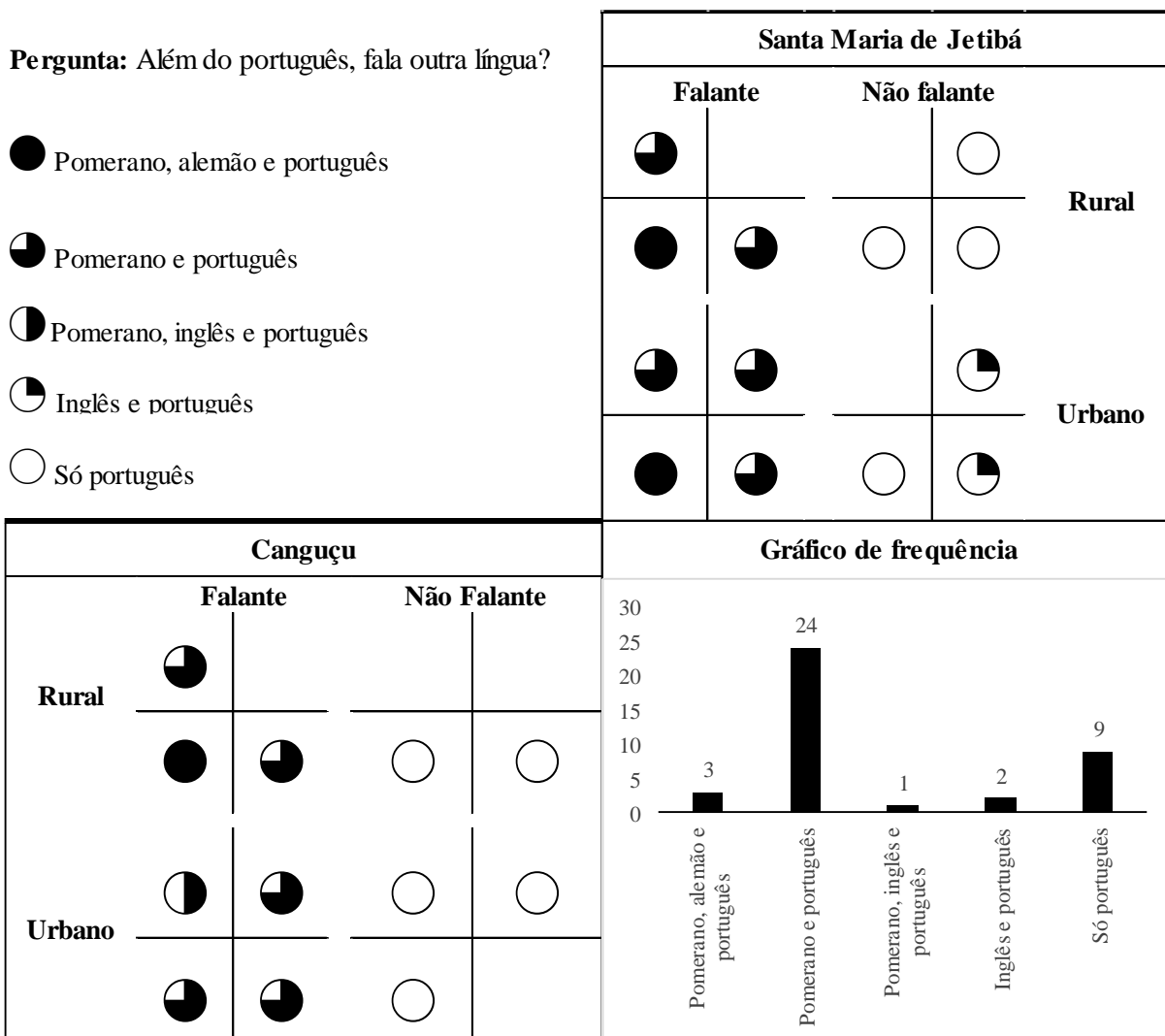
A vitalidade de uma língua minoritária demonstra o quanto uma comunidade plurilíngue tem conseguido manter sua língua materna ou ceder às pressões para o monolinguismo na língua majoritária. Como vimos no capítulo teórico, a centralidade do comportamento linguístico da comunidade falante e não falante de pomerano revela-se nas microdecisões que estes tomam, influenciados pelas questões sociais que envolvem a língua minoritária e as políticas linguísticas adotadas. A partir disso, entender que as atitudes dos indivíduos frente à língua pomerana são “relevantes para a definição de comunidades de fala, para a explanação de mudanças linguísticas, para a manutenção e mudança de uma língua e aplicação ao campo da comunicação intergrupar, na planificação linguística e na educação”³⁸ (KNOPS & VAN HOUT, 1988, *apud* PERTILE, 2009, p.104).

Contrastar os aspectos atitudinais aludidos nas entrevistas gravadas, na observação *in loco* e na interpretação dos dados permitiu um melhor entendimento da vitalidade da língua pomerana nas localidades estudadas. Não temos a pretensão de medir ou dar uma estimativa do grau de vitalidade da língua pomerana ou de identificar sua “condição de vida” conforme sugere o documento da UNESCO (2003), mas a partir da compreensão do conjunto de fatores que atuam nesse processo, poder nos guiar na interpretação da situação em que se encontra a

³⁸ “[...] relevant to the definition of speech communities, to the explanation of linguistic change, language maintenance and language shift, and to applied concerns in the fields of intergroup communication, language planning and education.”

língua pomerana na comunidade de Santa Maria de Jetibá e Canguçu e de sua relação com medidas de intervenção no sentido de uma revitalização da língua. A partir do fator (1) transmissão intergeracional da língua é especialmente relevante para projetar as tendências e chances de manutenção da língua. Já os fatores (2) número absoluto de falantes e (3) proporção de falantes dentro de uma população local são fluidos e complexos de serem analisados. Há, na vivência da comunidade, um conhecimento intuído da quantidade de falantes da língua pomerana. Existe em Santa Maria de Jetibá, o censo linguístico empreendido pela prefeitura em parceria com o IPOL, contudo esse censo ainda não foi divulgado, sendo apenas interpretado por nós como uma informação complementar. Os fatores (4) domínios que a língua alcança e (5) resposta aos novos domínios e aos meios de comunicação serão analisados a partir das territorialidades que a língua pomerana ocupa em ambas as comunidades, bem como suas situações de uso. E, por último, o fator (6) a disponibilidade de materiais para a educação e alfabetização poderá nos revelar na próxima seção os fatores condicionadores da manutenção da língua pomerana, englobando o plurilinguismo no ambiente escolar.

Para tanto, antes é necessário compreender o repertório linguístico dos sujeitos da pesquisa. Como já mencionado no capítulo de metodologia, centralizamos nossa coleta de dados nos indivíduos bilíngues português-pomerano, tendo as entrevistas com não falantes para balancear e contrastar a percepção desses com a nossa observação *in loco* e como as atitudes linguísticas do grupo influenciam a do grupo bilíngue. No cartograma a seguir, vê-se que, além do português, falado por todos os 40 informantes, em Canguçu: dos 19 informantes, 14 falam a língua pomerana (dois informantes por célula) e 5 falam somente o português (um informante por célula), sendo que a língua alemã e a língua inglesa são faladas por dois dos 14 falantes de pomerano. Enquanto em Santa Maria de Jetibá: dos 20 informantes, 14 falam a língua pomerana (dois informantes por célula), 4 somente o português e 2 português e inglês (um por célula). Dos falantes de pomerano, dois informantes da geração mais velha falam o pomerano.

Cartograma 1 – Repertório linguístico dos informantes

Faz parte do repertório linguístico dos informantes, como se pode observar, a presença do alemão padrão nas gerações mais velhas e menos escolarizadas CbGII. É sintomático que este perfil de falante trilingue tenha aparecido aleatoriamente apenas neste grupo. Esta constatação revela um estado de língua que, tanto em Santa Maria de Jetibá quanto em Canguçu, estava presente, mas que se encontra ausente na geração mais jovem, na qual sobreviveu apenas a língua pomerana como língua de uso oral na família. Vale lembrar que, no passado ao menos, as práticas religiosas, como a confirmação, ocorriam com frequência em alemão padrão, conforme a orientação dos pastores. Muitos nesse período aprenderam a norma culta do alemão, que era usada como a língua da igreja, inclusive com material escrito em alemão e guardado pelos informantes mais velhos como “pedaço da memória” da comunidade. Granzow (2009 [1975], p.46), em sua visita ao Brasil na década de 70, já relatava em seu diário o número reduzido de idosos que falavam alemão: “li uma história bem

divertida em alemão, mas apenas poucas pessoas mais idosas se manifestaram. Os jovens não demonstravam nenhuma reação: portanto, pouco ou nada entenderam”.

No sentido oposto, o inglês aparece como característica da geração mais jovem, essencialmente em não falantes CaGI e CbGI de Santa Maria de Jetibá. O inglês surge como uma espécie de substitutivo da “língua perdida” e um instrumento de ascensão por meio de uma futura formação profissional. Em Canguçu, as duas informantes CaGII falantes de pomerano, se apoderam do inglês devido à função de educadoras.

Com a compreensão do perfil dos sujeitos da pesquisa, retornamos ao questionamento onde a língua pomerana é falada? Quais as territorialidades de uso da língua e quais suas implicações para a decisão de falar ou não falar a língua materna?

3.2.1 Territorialidades pró-uso do pomerano: situações de uso

Os domínios e funções que uma língua minoritária atinge muito tem a ver com os espaços em que são faladas, ou seja, suas territorialidades. Por territorialidade entende-se, para além de um lugar físico, os espaços potenciais de uso da língua em práticas sociais. A história de colonização, bem como o constante contato com indivíduos não pomeranos, além das questões sociais e atitudinais que acarretam esse contato e as políticas linguísticas empreendidas podem acabar por trazer novos atores e relações de uso, em que a língua pomerana tem de compartilhar sua territorialidade com outros, fragilizando com isso a base de sustentação historicamente constituída e que manteve o pomerano por tantas gerações. Esse processo de fragilização da territorialidade de uso do pomerano se observa especialmente no âmbito urbano.

Em Santa Maria de Jetibá, o fato de serem os imigrantes que formaram o município e dominaram a região, a língua pomerana se espalhou por toda a sua extensão. Como se pode observar no mapa a seguir, a toponímia da região é bastante demarcada pelos colonos que se destacaram ao longo da história de formação do município.

Excerto 2

CbGII: A mata fria é bem reservada e eles não deixa muito chegar ahh... como se diz, o progresso, que eles falam que é progresso né, e vai chegando as coisas novas. Ali no Rio Possmoser já tá se modernizando, já tão... tem gente que não aguenta mais já vai pra cima ou sobe dali a fora. Aqui em Santa Maria, eu tô aqui há mais de 25 anos, pro lado do Rio Possmoser era uma mata fria. E Santa Maria já é uma cidade que ninguém conhece mais ninguém, hoje já todo mundo ahh.. eu quando mudei pra cá cê conhecia todo mundo, todo mundo cê conhecia, no centro ali, nossa, eu trabalhei no centro conhecia tudo ... hoje eu sou um cara que todo mundo ali sabe... tanto é que cê veio aqui falô meu nome e todo mundo conhece.

Entrevistadora: Sim, falei o seu nome e da oficina e todo mundo conhece.

CbGII: Mas conforme o lugar que cê andar aqui eles não vão conhecer, cê você for mais na periferia eles não vão conhecer. São as pessoas que chega aqui caçando serviço, né. Igual na época eu vim. Eu posso falar isso, porque eu também fiz a mesma coisa. E aqui tem serviço no geral, até para quem acaba não fazendo nada... Tá uma onda de crime. Mas isso não funciona muito tempo não, que aqui o pessoal não deixa. Até fica um tempo, mas depois as famílias, tem ainda muita igreja e muitas coisas assim que vão e não dá. E outra coisa, outro trem que vai resolvendo é a igreja, né. Se não tem igreja... pq aqui, esquece prefeitura, quem resolve nessas coisas sempre é a igreja.

A região da Mata Fria, que o informante cita, faz parte do município de Afonso Cláudio, divisa com Santa Maria de Jetibá e com a região de origem da pesquisadora deste estudo. Ao comparar a Mata Fria com a localidade de Rio Possmoser em Santa Maria, fica evidente na fala o como tem adentrado novas pessoas na comunidade e, conseqüentemente, afastado³⁹, de certa forma, aqueles que se sentem ameaçados. Esse afastamento, todavia, é mais para as pessoas que chegaram nos últimos cinco anos, resultado da crescente violência que assusta os moradores. Entretanto, o isolamento linguístico que se tinha antigamente está cada vez mais raro, mesmo antes desse crescimento vertical pelo qual está passando o município, já haviam chegado muitos “brasileiros” e se instalado na região. Percebemos nas comunidades que visitamos, mesmo as mais reclusas, que já existem muitos “brasileiros” convivendo em estreito contato com os “pomeranos” e, inclusive, aprendendo a língua e a cultura pomerana. Uma mãe chega a relatar que o filho mais novo foi o único da família que aprendeu o português antes de chegar à escola, pois brincava com o filho do vizinho, e um aprendeu a língua do outro. São muitos os relatos dos falantes de ambas as localidades, Santa

³⁹ A inserção de comunidades monolíngues junto aos pomeranos no processo de colonização da terra, deu-se com certo estranhamento do desconhecido e receio de perda da língua e cultura pomerana com o início dos casamentos mistos. Porém, a convivência foi marcada por ajuda mútua (cf. BREMENKAMP, 2014).

língua pomerana é forte no interior, os falantes da geração mais velha (GII) que trabalham com a terra sentem-se mais confortáveis com a sua língua. Enquanto na área mais urbana, os espaços reais e potenciais em que normalmente se interage em pomerano se restringem a situações de contato com alguém do interior, ou algum parente mais velho. Mesmo no comércio, onde há a necessidade de ter um atendente em pomerano, o gatilho da língua, da escolha do pomerano como primeira língua a ser usada, não vem mais de forma óbvia, em primeiro plano.

Excerto 3

CbGI: hoje em dia no comércio precisa bastante do pomerano, mais por causa do pessoal do interior. Daí quando alguém percebe, assim, que é, me chama ou eu vou lá falar... ah, mas acho que mais nesses momentos que uso mesmo.

E: E eles chegam falando pomerano com você?

CbGI: Os mais velhos... tem muita gente da minha idade que fala, que sei que é do interior ou daqui mesmo, mas daí já... ah é o português mesmo que a gente fala... assim, depois as vezes vem o pomerano para uma coisa ou outra, só que é pouco. É que fica melhor, sabe.

Conforme a informante CbGI, da área urbana de Santa Maria de Jetibá, se constata um crescimento do uso do português na interação com quem vem do interior para a cidade. Entretanto, essa mobilidade para fazer compras ou até trabalhar na área urbana, é marcada pela língua pomerana como “língua necessária” em ambas as localidades em estudo. Não houve, por exemplo, uma loja popular na rua principal de ambas as cidades em que não tenhamos ouvido a língua pomerana. Isso remete à hipótese de que a escolha da língua e a fixação de seu uso constitui uma estratégia de mercado que também atende a interesses econômicos. Em Santa Maria, inclusive, a questão da escrita e do discurso de identidade do orgulho de ser pomerano está tão presente nas empresas que o recurso da escrita e da língua pomerana tem atraído a comunidade de fala para seus negócios, como mostra a figura a seguir:

Figura 3 – A língua escrita no comércio



Fonte: Arquivo pessoal

Já na mobilidade dos que se mudaram do interior para a região urbanizada de ambas as localidades, predomina o uso da língua portuguesa inclusive no domínio da família. As informantes CaGII_f e CaGII_m,⁴⁰ de Canguçu, discorrem sobre espaços sociais em que falam o pomerano.

Excerto 4

E: Em que locais vocês falam o pomerano normalmente?

CaGII_f: A família do meu marido, que é assim do interior... minhas cunhadas e aí a gente fala pomerano. E na escola da Solidez também, assim, nós, às vezes, a gente fala. Lá em casa, eu e ele acabamos não falando com nossos filhos.

CaGII_m: É, falo muito pouco o pomerano, só quando encontro pessoas idosas, meus parentes, minhas tias, que falam em pomerano comigo. Os filhos, como ela disse, não aprenderam... não tem jeito, a escola, o trabalho, é difícil, então não tem pra quê sofrer passando pra eles.

Os informantes falam pomerano mais quando encontram a família do interior, ou quando se deslocam para lá, como a CaGII_f que trabalha em uma escola na zona rural. Ambos

⁴⁰ A designação f e m serão utilizadas para definir o gênero feminino e masculino dos informantes de uma entrevista com pluralidade simultânea. Porém, a variável gênero não é analisada nesta pesquisa.

eram do interior e se mudaram para a cidade com a família. A mobilidade para a área mais urbanizada trouxe mais contato entre as línguas, o que contribui para a substituição linguística (cf. ALTENHOFEN, 2011). O seguinte excerto, de uma falante CbGII de Santa Maria de Jetibá, proveniente do contexto urbano, nos explica a dinâmica do uso das línguas no meio urbano.

Excerto 5

E: E qual é a língua que você acha que você sabe melhor assim, que você sente mais à vontade falando?

CbGII: É... aí agora eu fica dividida. É são as duas, pomerano e português né, mas eu vou segurar a pomerana.

E: Já tá dividido porque você usa muito português?

CbGII: Usa muito, muito.

E: Quando você usa mais o português que o pomerano?

CbGII: Quando você vai na reunião, igual lá, vai ser tudo explicado em português né. Então pomerana é..., vez em quando tem um culto, tem isso tem aquilo, mas é pouca coisa em pomerano, porque todas reunião, aonde você vai, evento.. aonde cê vai é tudo português. Por mais que o tema seja pomerano... Porque tem muita gente que não fala mais a pomerana, aí tem que ser em português. Aí só falo com os filhos, com as minhas irmãs e com da terceira idade que a maioria fala...

E: Em cultos cultos não? mais entre amigos...

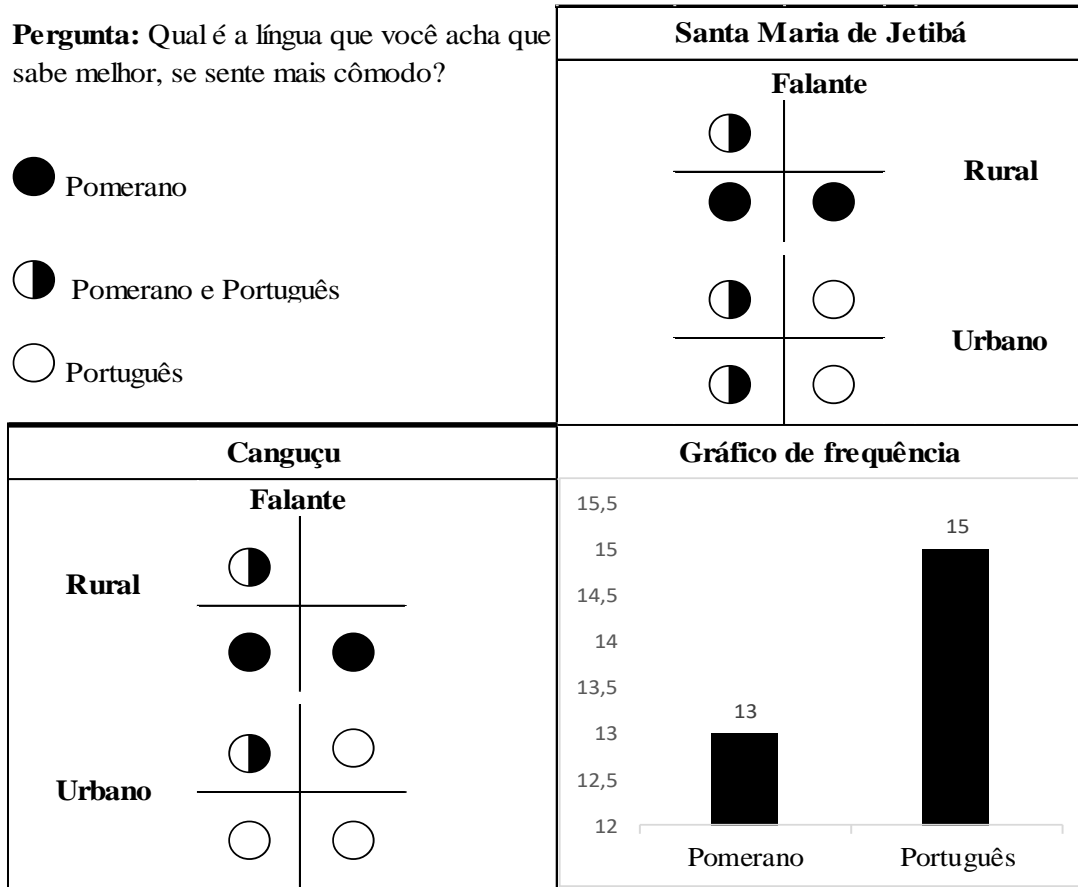
CbGII: Aí eu falo mais o português. Só se for assim, na terceira idade entre amigas, aí fala pomerano. É porque, chama só.... né... você não tem outra coisa. Eles chegam e te perguntam, igual você me pergunta, eles perguntam também a gente tem que responder né..

E: Perguntam em português e aí você responde em português?

CbGII: Sim, isso!

A língua de maior prestígio, no caso, a língua portuguesa, amplia sua territorialidade de uso, no espaço urbano. Isso se evidencia de modo especial, quando são perguntados sobre a língua que preferem empregar, no dia a dia.

Cartograma 2 – A língua que os falantes mais preferem falar



A comparação dos dados das duas localidades, nas diferentes dimensões de análise, mostra claramente que o pomerano se mantém especialmente no meio rural e na geração mais velha, principalmente CbGII, que usa primordialmente o pomerano. Sua transferência se dá essencialmente à geração jovem CbGI que é a que permanece no meio rural, os resultados das duas localidades se equivalem-se. A amostra total, conforme o gráfico de frequência, resultou em 15 informantes que, hoje, já se sentem mais à vontade no uso do português, contra 13 que ainda preferem o pomerano. A justificativa dada pelos falantes urbanos é que “as famílias da zona urbana acabam por serem envolvidos pela maior presença da língua majoritária”. Seja no domínio familiar, no trabalho ou na escola, até mesmo na igreja, a língua portuguesa está presente em todos os domínios. As informantes de ambas as localidades CaGII da zona rural admitiram utilizar já com frequência o português nas relações de trabalho. Além disso, a ocorrência de casamentos mistos leva constantemente a língua portuguesa à condição de língua veicular no ambiente familiar.

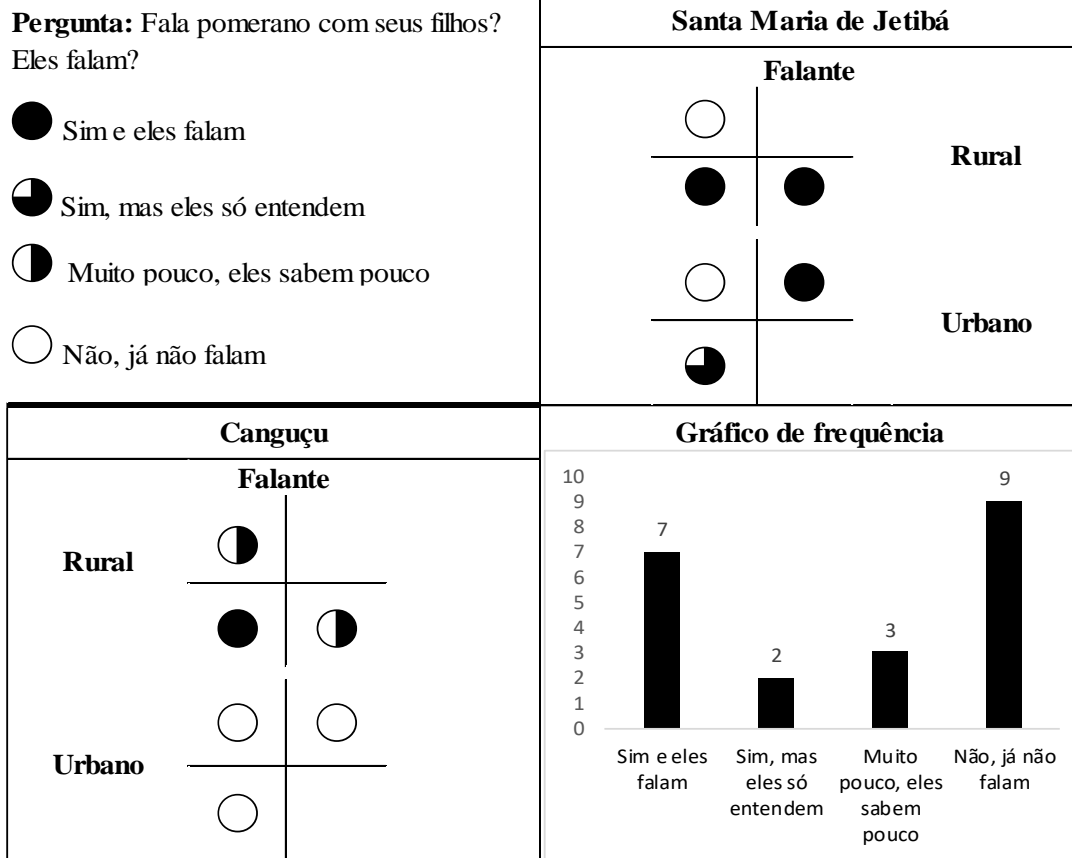
A vitalidade da língua pomerana mantém-se, portanto, mais forte na área rural e com falantes de perfil socio-cultural característico desse meio, ou seja, com ocupação em atividades rurais (Cb). O meio rural confirma-se como a territorialidade por excelência do uso do pomerano, embora seu uso no meio urbano não esteja descartado, porque, como vimos, o campo entra na cidade, por exemplo para o comércio. Essa associação entre língua minoritária e territorialidade de uso rural não se deve à condição social dos falantes, isto é, não porque como se afirma no senso comum, é uma “língua de colono”. Ela prepondera no meio rural por que encontra ali uma homogeneidade étnica e linguística maior, e portanto uma representatividade demográfica de falantes de pomerano que garante uma rede de comunicação em pomerano, pelo menos até o momento em que passam a fazer parte dessa rede falantes monolíngues em português. Ou seja, a língua minoritária se mantém porque há falantes bilíngues em pomerano que sustentam as práticas linguísticas nessa língua. Contudo, é preciso considerar também outras tendências que vão além das territorialidades da língua e que nos ajudem a entender o cenário da língua pomerana em ambas as localidades.

3.2.2 Transmissão diageracional

A família é o berço da língua pomerana, é pelo ensino da língua aos seus descendentes que vemos ainda hoje a presença da língua pomerana nas localidades em estudo. Nesse sentido, a dimensão diageracional põe-se como importante meio de manutenção da língua pomerana. A diminuição do isolamento espacial, a consequente queda das fronteiras linguísticas, modernização da comunidade e maior contato com uma língua de maior prestígio em domínios variados, têm colocado em risco a transmissão da língua entre as gerações mais velhas e mais jovens (v. FISHMAN, 2006; ROMAINE, 1995).

O dilema da transmissão diageracional apresenta, por outro lado, também um componente político-linguístico, na medida em que coloca os pais na “encruzilhada” da decisão e responsabilidade de “passar adiante” a língua que herdaram. Neste sentido, são bastante sintomáticos os resultados à pergunta se seus filhos falam a língua pomerana. Vejamos o que mostra o cartograma a seguir.

Cartograma 3 – Transmissão diageracional



Do total de 21 informantes que têm filhos, 9 não conseguiram passar a língua para os filhos, 3 até tentam falar, mas muito pouco, já que os filhos sabem pouco o pomerano, e 2 informantes falam com os filhos, no sentido de ainda tentarem passar a língua, porém, os filhos entendem tudo, mas não conseguiram adquirir a proficiência para falar, interrompendo o ciclo de transmissão para a próxima geração. Na comparação diatópica, Canguçu mostra, segundo a percepção dos informantes, uma perda linguística maior. Chama, no entanto atenção, o resultado de CaGI do meio urbano de Santa Maria de Jetibá que, a princípio, aponta para um primeiro sinal de revitalização do pomerano. Se esse resultado tem ligação com a política linguística adotada na localidade, é uma explicação possível. Se olharmos para cada informante, em particular, entendemos que a problemática maior está nos habitantes da área urbana, principalmente, os residentes em Canguçu. Os motivos principais relatados pelos informantes de ambas as localidades em estudo se assemelham ao que se constatou por meio da observação participante, segundo o qual as dificuldades de transmissão da língua tem explicação nos seguintes fatores:

(1) casamentos mistos - muitos casam com não pomeranos, independente se for o homem ou a mulher que fale pomerano, a língua utilizada sempre será o português. Bahia (2011) defende que, quando é a esposa que fala o pomerano, a língua pomerana é assegurada no ambiente familiar misto. Todavia, nossa pesquisa comprova que independente do gênero do cônjuge, se um não falar, a língua veicular utilizada em casa será, na maioria dos casos, a língua portuguesa, inclusive sendo essa a que será ensinada aos filhos.

(2) contato com o português, quando a criança vai para escola. Muitos indivíduos, no período da coleta de dados, relataram a dificuldade de poder reter o avanço da língua portuguesa, quando o filho vai para a escola. O problema aumenta ainda mais, quando na adolescência, o filho vai fazer o Ensino Médio na cidade e acaba por ter vergonha da sua língua e identidade. O preconceito linguístico atua mais nos jovens, quando tomam consciência do *status* secundário que é dado à sua língua materna e que, por esta razão, terminam por abandonar ou tentar apagar os traços fonéticos da língua pomerana. Veremos isso com mais profundidade na próxima seção.

(3) o fato de a mulher, na cidade, trabalhar fora de casa: na tentativa de ajudar o marido financeiramente, a mulher termina por deixar o filho na creche ou com uma cuidadora. Mesmo que o casal seja falante da língua pomerana, o filho, em seu processo de aquisição da linguagem, adota a língua da escola ou da cuidadora, ou seja, o português, pois os pais estão a maior parte do dia ausentes do contexto familiar.

Mesmo havendo uma maior conscientização linguística dos informantes de Santa Maria de Jetibá da importância de falar a língua pomerana, as dificuldades de transmitir a língua para os filhos são muitas, e a falta de informação de como proceder leva a uma substituição crescente da língua minoritária pela majoritária. O informante CaGI, urbano, de Santa Maria de Jetibá, têm a consciência desse processo. Principalmente por estar envolvido nas danças tradicionais junto com a esposa, o casal se obriga a falar, em casa, somente o pomerano com os dois filhos pequenos. Esta decisão educativa familiar equivaleria ao método de educação bilíngue “um ambiente, uma língua”, descrito por Romaine (1995). Os excertos 6 e 7, respectivamente rural de Canguçu e urbano de Santa Maria de Jetibá, atestam as dúvidas e indagações a que estão submetidos os pais, ao refletirem sobre a educação linguística de seus filhos. Poderíamos dizer que eles fazem um debate político-linguístico familiar, pois buscam subsídios – mesmo que de forma intuitiva, devido à falta de informações – para tomar suas decisões acerca da transmissão da língua de imigração minoritária.

Excerto 6

E: E... vocês falam o pomerano com os filhos?

CaGII: Meus filhos... a menina... sabe... óia... não dá acho que nem pro gasto o pomerano dela... que ela sabe falar. E o outro filho que tá em casa fala melhor, mas pouco também

E: E os netos já não falam tanto?

CaGII^f: A pequena de quatro anos, acho que vai falar.

E: Ela tá perto de você?

CaGII^f: Não, mas quando ela vai lá pra casa...

CaGII^m: Ela tem muito interesse.

CaGII^f: Tu já nota nela que ela tem interesse em todas as origens pomerana, até as músicas. Até as músicas de bandinha ela adora.

Excerto 7

E: E CbGII^f? E seus filhos?

CbGII^f: Sim, entender entendem tudo,, mas bem sincero.... falar muito pouco... Só sabem rir em pomerano.

E: Hahaha é? Como que ri em pomerano?

CbGII^f: Acha graça de tudo e não entende nada! Porque meus filhos entender eles entendem tudo, eles entendem, inclusive a menina trabalha no comércio, ela atende as pessoas em pomerano. Mas assim, falar não e já não passa pra filha dela, né...e aí já acho que já tem um grande erro da gente né? Ao invés de continuar falando, não... aí se fala o português.

A importância da geração dos avós na participação da aquisição da língua minoritária pelos netos parece ser fundamental para a manutenção da língua pomerana nas próximas gerações. A geração dos filhos, bilíngue em português e pomerano, ou por não possuir uma proficiência plena da língua não se sente apta a transmitir a língua pomerana à geração seguinte, diferentemente dos avós, vistos como modelo de falantes. Havendo um contato regular e contínuo com os avós, ocorre a transmissão da língua aos netos. A partir dos pressupostos de Fishman (1991), Romaine enfatiza a relevância das práticas de uso da língua minoritária, no meio familiar, quando se afirma que

somente quando uma língua está sendo passada para o indivíduo no lar há chance de sobrevivência a longo prazo. [...] e outros esforços como sustentar o idioma em

outro lugar, por exemplo, na escola ou igreja, pode acabar sendo em grande parte mais simbólico e cerimonial⁴¹. (Romaine, 1995, p.43)

Ou seja, é preciso que a língua se mantenha viva no âmbito familiar para que possa ser ensinada às novas gerações. Pelas falas expostas nos excertos 6 e 7, já há um reconhecimento da importância de falar a língua pomerana, tanto que a neta, no excerto 6, já possui um interesse maior pela língua, fruto do engajamento pessoal da família e das ações feitas no âmbito educacional, como o Festcap que resgata as músicas e a cultura pomerana como um todo, fatores que veremos nas seções a seguir. O momento de romper o contínuo de perda e substituição linguística se dá, nesse momento; e é preciso aprofundar os fatores que podem auxiliar a manutenção linguística, a fim de repensar o seu próprio fazer e as ações já implementadas pelos gestores da língua nas suas localidades no sentido de uma revitalização. Afinal, essas ações têm impacto nas práticas linguísticas da família, se admitimos o papel central que estas assumem para a manutenção da língua?

3.3 Fatores condicionadores da manutenção do pomerano

Com o propósito de entender os fatores que condicionam a variável <manutenção da língua pomerana> nas localidades de Santa Maria de Jetibá e Canguçu, utilizaremos o modelo tipológico de Edward (1992 *apud* Grenoble e Whaley, 1998) para aprofundar as relações entre as microvariáveis, representadas neste estudo pelo falante, pela língua e pelo não falante, e as macrovariáveis, isto é, o contexto mais amplo que atua no comportamento linguístico dos sujeitos. Não é interesse aprofundar todo o quadro sugerido por Edward (1992), mas sim, muito mais, descrever o modelo de comparação entre as variáveis. Para esta pesquisa, mostrou-se relevante na comunidade a caracterização educacional, religiosa e econômica. Compreender a dinâmica interna que molda o comportamento dos sujeitos da pesquisa e os coloca em uma postura monolingüística ou plurilingüística nos auxilia também a entender o processo de perda e substituição linguística da língua minoritária pomerana.

⁴¹ “only when a language is being passed on in the home is there some chance of long-term survival. Other-wise, other efforts to prop up the language elsewhere, e. g. in school or church, may end up being largely, symbolic and ceremonial.”

3.3.1 Plurilinguismo na escolarização

É mais fácil manter uma língua ou privá-la de seu uso? Na ânsia de banir as línguas minoritárias do Brasil, como as de base alemã, italiana, polonês, entre outras, a política de nacionalização do ensino, no governo do Estado Novo, de Getúlio Vargas, tentou uma assimilação forçada no português. Felizmente, essa ação não se consolidou plenamente, pois ainda hoje muitas comunidades plurilíngues falam sua língua minoritária. A repressão linguística (cf. o contínuo das modalidades de políticas linguísticas) silencia línguas e fere direitos linguísticos. Contudo, não se pode apagar, de um dia para outro, uma língua da memória, embora a proibição de seu uso possa comprometer a transmissão diageracional, como argumenta uma informante urbana, de Canguçu:

Excerto 8

E: E na escola? É... Vocês chegaram na escola só com o pomerano?

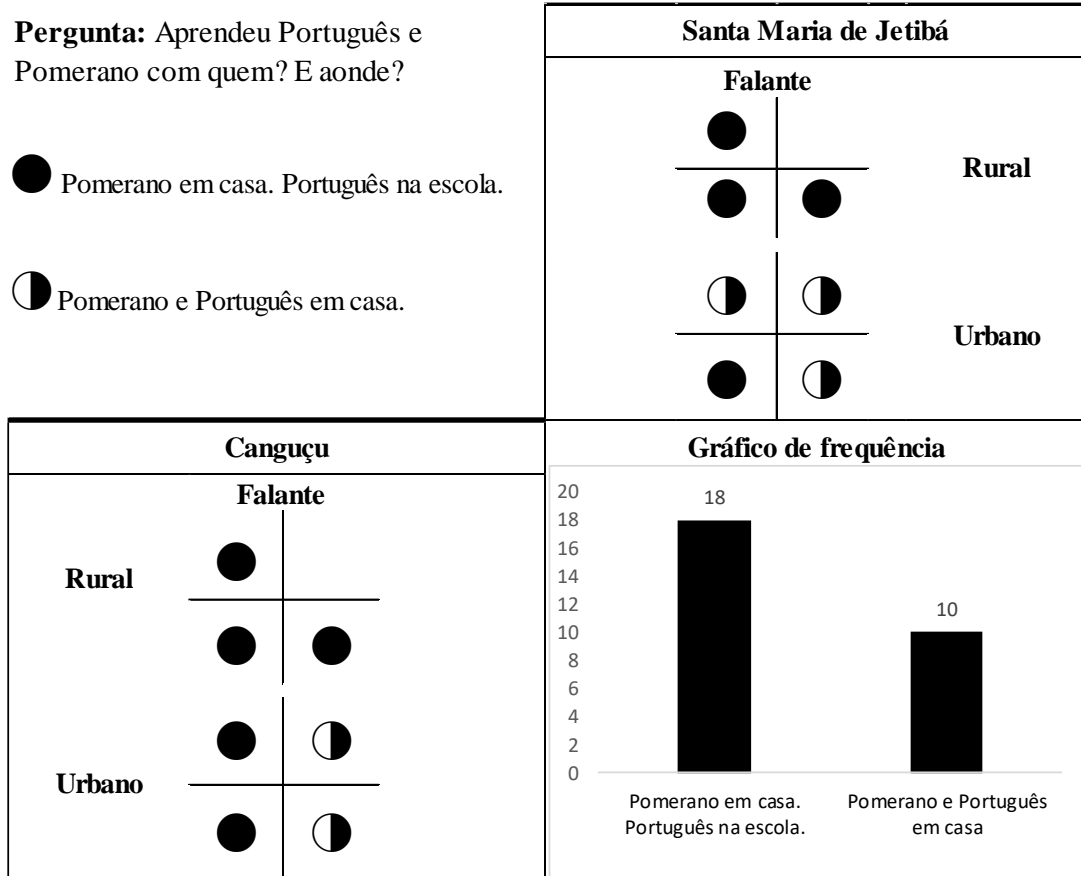
CbGII: Sim.. eu.. eu... pra mim foi muito difícil começar colégio, porque eu não não aprendi a língua portuguesa em casa, aí como meus pais tinham empregado brasileiro lá na propriedade que a gente morava, eles falava as coisas eu ficava assim pegando, palavrinha aqui, palavrinha ali. Quando começou o colégio, então foi muito difícil, a professora não deixava falar pomerano, eu chorava, mas não tinha jeito era aquilo. Mas aí eu acabei aprendendo com o tempo, me dediquei pro estudo e fui dizendo, pra quê duas coisas se a gente tem que escrever er... er... português. Fui aprendendo e onde depois, quando eu casei, quando tive os filhos a gente não, não adotou mais a língua pomerana, porque a gente tinha o costume de falar apenas o português.

Por meio da observação participante, registrou-se espontaneamente uma série de relatos sobre as dificuldades enfrentadas por não se saber falar o português, ao ingressar na escola. De modo geral, a memória do processo de silenciamento vivido pela geração dos pais tem sido determinante para a perda da língua de imigração e sua substituição pelo português na geração dos filhos. A pergunta que no entanto se coloca, para nosso estudo, é como, apesar da repressão linguística, a língua pomerana manteve certa vitalidade, principalmente, nos contextos mais rurais. Algumas respostas já foram apresentadas anteriormente.

Um outro ponto a considerar, nesse processo, são os canais de acesso à língua majoritária, o português. Nesta perspectiva, a vitalidade da língua minoritária se deve, em grande parte, à não vitalidade da língua majoritária, ou melhor, à sua ausência pelo menos

parcial, em um espaço e tempo determinados. O cartograma a seguir mostra o panorama de aquisição linguística dos 28 informantes falantes de pomerano.

Cartograma 4 – Aquisição da linguagem



Como se vê, os indivíduos da área rural, mesmo a geração mais jovem (GI) ainda aprenderam o português essencialmente por meio da escola. Como os pais falavam em casa a língua materna, o pomerano, adquiriram a língua portuguesa apenas posteriormente. Em contrapartida, os informantes urbanos da geração mais jovem GI das duas localidades, que já residiam na área urbana desde o nascimento aprenderam na família concomitantemente o português e o pomerano. O contexto urbano, conforme já se aludiu, favorece a língua de maior prestígio. Já a geração mais velha urbana (GII) de Canguçu e CbGII de Santa Maria de Jetibá são resultado do êxodo rural, mudaram quando casaram para a cidade, tiveram todo o seu processo de aquisição e fluência da língua pomerana no contexto rural. Contudo, é preciso ter cuidado com estes resultados. Se olharmos apenas para o que mostra este cartograma, teremos a falsa impressão da vitalidade da língua no meio familiar. Cabe, por isso, contrastar estes dados da infância de aquisição com os resultados do cartograma 3, de transmissão diageracional, onde constatamos que os informantes entrevistados, em grande parte, não

conseguiram transmitir sua língua materna para os filhos. Segundo os relatos, alguns ainda entendem a língua (bilíngues passivos), porém não conseguem manter uma conversa na língua dos antepassados.

Voltando ao cartograma 4, não é novidade o fato de a geração jovem (GI) da área urbana, que cresceu em um contexto de maior contato linguístico, a aquisição do português e da língua pomerana tenha ocorrido simultaneamente. A geração GI urbana, ao ser indagada sobre o modo de aquisição, informou que em casa priorizava o pomerano e que veio a aprender o português de ouvir os pais, de conversar com eles um pouco em português e, também, com os vizinhos e amigos na rua.

O fato de a geração mais jovem aqui destacar que o ambiente familiar era mais pomerano, mesmo alternando com o português, corrobora sua visão de que é na família, pela decisão firme de ensinar com certa insistência a língua materna aos filhos, que a aquisição bilíngue teria maior êxito (cf. Mackey, 1972). O bilinguismo tardio foi visto como mais raro e desfavorável à língua minoritária, de tradição essencialmente oral. O que raramente se considera, devido ao contato com o português e com uma maioria bilíngue, é que haja a necessidade de comunicação na língua pomerana. Isso dificulta sua aquisição tardia.

O universo escolar, para muitos gestores da língua, têm surgido como política de manutenção linguística. O projeto PROEPO veiculado á Prefeitura de Santa Maria de Jetibá insere a língua na creche e nas séries iniciais do ensino fundamental, respectivamente, duas vezes por semana e uma vez por semana. Para além do debate feito sobre os avanços necessários do projeto inicial (v. KUSTER, 2015), para transformar as escolas em bilíngues, coloca-se a pergunta sobre o foco do ensino, por ora centrado na escrita do pomerano e mais preocupado com a escolarização do que com a conscientização linguística. São problemáticas que os gestores da língua precisam avaliar. Como relatam Edward & Newcombe (2007) em relação à situação do galês, antes de o governo implementar uma ação de planificação linguística no ambiente familiar,

muitos dos alunos que adquiriram o galês na escola depois não transmitiram a língua para seus filhos (Aitchison e Carter, 1988, Gruffudd, 2000). Como Fishman (1991) aponta, o excesso de confiança na educação leva a uma frustrante luta contra a maré, com cada nova geração começando no mesmo ponto que a anterior. As intervenções educacionais simplesmente não são suficientes para reverter a mudança de linguagem⁴².

⁴² Tradução livre da autora.

Segundo esta posição de Edward & Newcombe, não é com o ensino de pomerano na escola que o contínuo de perda da língua materna irá regredir, mas está claro, o fato de ter alguma coisa na língua local, que lhe dê visibilidade, já deve ser festejado como um ganho e um avanço na pauta de manutenção da língua (FISHMAN, 2006). Todavia, é necessário problematizar, se até hoje é a família que tem mantido a língua pomerana, por que a escola deveria assumir esse papel, atualmente? Minha posição é que a escola não deve servir como silenciadora, como um lugar do monolinguismo em português, que considere apenas as línguas macro, voltadas para o âmbito internacional. Aprender ou empoderar-se com o nível macro não quer dizer que se deve perder o nível micro, a fala local; pelo contrário, este pode ser um caminho para o plurilinguismo, um pré-conhecimento para uma educação plurilíngüística (BROCH, 2014) que, antes, acrescenta línguas do que as subtrai.

Nesta ótica, o ensino da língua local deve-se centrar na constituição de indivíduos que reflitam sobre sua própria identidade e sobre a identidade da comunidade como um todo. Que aceite e que se conscientize da importância de manter a língua. A escrita serve para equipar a língua (cf. CALVET, 2007), a fim de elevar seu *status* na localidade, mas não é o ensino da escrita que irá fazer com que os jovens falem a língua. Em outras palavras, antes de focar o ensino na escrita, as observações e os estudos realizados apontam para a necessidade de desenvolver a consciência linguística sobre a importância de falar a língua materna, de falar outras línguas. Afinal, se, no futuro, não houver quem as fale, quem irá escrever a língua?

Assim, o ensino da língua pomerana, tanto em Santa Maria de Jetibá quanto em Canguçu, tem-se orientado por um determinado modelo pré-definido. O que se observa, hoje, é uma luta individual de pesquisadores, educadores e, mesmo, alguns membros da comunidade que tentam manter a língua pomerana, no universo escolar, onde ainda ocupa um espaço reduzido de aula.

Há ainda um último aspecto a ressaltar. O próprio fato de o indivíduo na idade escolar enfrentar várias indagações sobre sua própria identidade dificulta o complexo ambiente escolar em contexto multilíngüe. Disso decorre a tarefa de tomar consciência de si e do outro a partir do crescente contato linguístico vivenciado tanto pela comunidade rural que se desloca para a cidade para terminar o ensino médio, quanto pelos que já moram na cidade e se veem comparados com os demais alunos. No excerto 9, pode-se observar um pouco da vivência em sala de aula relatada pela informante CbGI, filha de mãe pomerana que, no entanto, mora na cidade de Santa Maria de Jetibá e não aprendeu a língua materna da mãe.

Excerto 9

CbGI: Ah tem preconceito, questão de ter um sotaque, alguma coisa assim, alguém acaba fazendo uma piada e aí essas pessoas acabam até, tipo assim, evita de falar na sala... fica bem quieto. Já percebi várias vezes amigos meus, que tem muito sotaque pomerano, preferem ficar bem quietinho no canto, porque tem vergonha na hora de falar. Até a *CbGI falante* que você conversou ontem, que eu te falei, ela não falava nada na sala de aula, ela sofreu por causa do preconceito, mexiam até, já hoje, cê viu, ela já fala a língua pomerana, trabalha no comércio.

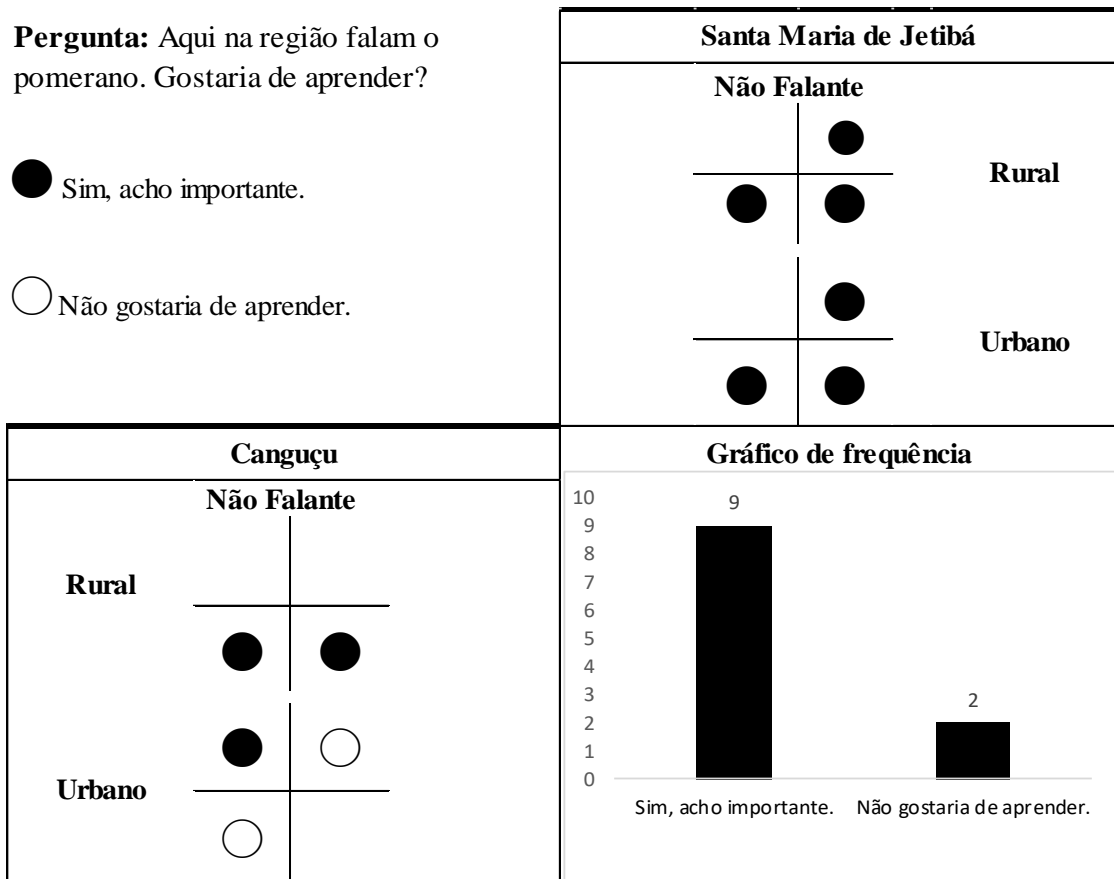
O preconceito linguístico pode atingir não só os jovens como todas as gerações, mas é na fase escolar, quando o indivíduo encontra-se no terreno incerto da adolescência, que o estigma social transfigurado em estigma da língua minoritária afeta de maneira avassaladora os jovens. A informante CbGI falante, comentada na conversa, resistiu a esse estigma, hoje “ela já fala a língua pomerana”, ela já falava antes, mas hoje, ela já fala sem carregar o estigma que a caracterizava na escola. Até as marcas fonéticas que demonstravam um uso maior da língua pomerana, pois morava no interior, foram amenizadas e não são tão perceptíveis, talvez por monitorar sua fala ou, simplesmente, por agora morar na cidade e usar com mais frequência o português. Para esta pesquisa, é interessante ver como a questão econômica pode ajudar a superar o estigma da língua.

3.3.2 Fator econômico: *status* da língua

Como vimos na seção anterior, o *status* da língua é determinante para o comportamento linguístico dos falantes. Não que a estima que é dada à língua de imigração, por si só, acarrete a mudança linguística. Na verdade, são as relações de poder estabelecidas socialmente que legitimam as forças de coerção no jogo das classes dominantes para as classes dominadas e significam, dão valor a uma língua em detrimento de outra (BOURDIEU, 2001). Tem-se, aqui, um conjunto de atitudes que transferem para o falante o peso e o valor que pode ser interiorizado no grupo. Esses valores negativos quanto à língua pomerana são reproduzidos por meio de mitos e crenças que, consciente ou inconsciente, perpetuam a retórica que inoportuna, que reverbera preconceitos e os enraiza na consciência dos indivíduos falantes e não falantes de uma língua minoritária, afastando-os da sua identidade ou fazendo-os resistir a esse processo tão ingrato aos falantes de línguas minoritárias como a pomerana.

Neste aspecto de resistência aos valores atribuídos, a ascensão econômica de muitos pomeranos nas localidades estudadas traz uma mudança de visão da noção de “colono”. O *status* social de prestígio que o colono pomerano em Santa Maria de Jetibá conquistou reverte em uma visão positiva de sua língua, dando maior visibilidade e prestígio à identidade pomerana, inclusive favorecendo os negócios a partir de uma visão empreendedora da própria cultura. O comércio, que já atendia em pomerano, por necessidade das pessoas que vêm do interior para o centro fazer compras, incentiva ainda mais a sua identidade plural, atraindo indivíduos de outros municípios. Paralelamente, vem crescendo a oferta de emprego; o mercado é solícito ao profissional que sabe falar o pomerano. Não houve um informante ali que não comentasse a importância de saber falar pomerano para conseguir um bom emprego na cidade. Semelhantemente, em Canguçu, a necessidade da língua no comércio apresenta-se também como fator favorável ao bilinguismo pomerano-português. No cartograma a seguir, relativo aos informantes não falantes de pomerano, podemos constatar o desejo deste grupo de saber falar a língua pomerana. A justificativa normalmente se pauta no argumento de que o domínio do pomerano aumenta as chances de conseguir um emprego e/ou a possibilidade de, no seu emprego, poder comunicar-se melhor com seus clientes da zona rural.

Cartograma 5 – Aquisição do pomerano pelo grupo não falante



Apenas os informantes de Canguçu da CaGI e CbGII disseram não ter interesse em aprender pomerano, pois já detêm um cargo público e lá não veem a necessidade da língua, segundo sua visão. O informante CbGI, apesar de ser casado com uma falante de pomerano, não se considera capaz de aprender essa língua local, visto que a esposa já o ajuda quando necessário. De modo geral, contudo, vemos que a maioria diz querer aprender a língua de imigração local. Evidentemente, é preciso tomar essas respostas com reserva, pois, em uma metodologia de pergunta explícita, os informantes podem apenas estar exprimindo uma opinião que julgam ser da expectativa do entrevistador. Se a geração mais jovem, filhos de falantes de pomerano, lamenta o fato de não ter aprendido, ou de ter deixado de falar quando pequeno e já ter esquecido a língua depois da adolescência, seria por outro lado importante observar o comportamento real, ou seja, a ação concreta para a língua.

Não obstante o papel da língua pomerana nas relações de comércio favorecer sua manutenção, preocupam os efeitos dessa visão mercadológica de falar a língua pomerana sobre a identidade da comunidade de fala. Afinal o que será da língua, quando não houver mais incentivo do mercado? E quando esses falantes monolíngues em pomerano, de mais idade, em que se pauta o mercado e que vivem no interior, não existirem mais? O que o comércio fará com o atendimento em pomerano?

Outro fator a ser considerado é a tendência do jovem do contexto mais urbano, até mesmo de alguns jovens da zona rural, procurarem uma formação especializada e, para isso, sair da comunidade. É o que coloca a informante CaGI não falante, rural, de Santa Maria de Jetibá.

Excerto 10

E: Você acha que é porque os jovens tão in... indo muito pra fora assim?

CaGI: Sim, no município sim, mas igual, na minha turma, muita gente com pensamento de querer ir embora de Santa Maria, porque acham que é uma cidade muito pequena, acham que num,, não é legal igual capital ou uma cidade grande... aí por isso vai perdendo né. Eu acho que só quem fala pomerano mesmo é quem mexe muito com comércio, acho que é por isso que tá perdendo, porque o... agora o.. os adolescentes, os jovens estão vendo como é fora de Santa Maria e aí já não se interessa mais tanto pela cultura e pela língua.

O argumento de que o pomerano é importante para os jovens que tendem a ficar na localidade, seja no contexto rural seja no urbano, traz uma motivação para a adesão à língua pomerana. Em estudo anterior, em que se analisou “um recorte do bilinguismo em Santa

Maria de Jetibá (ES): cenário, contexto e políticas”, analisei o comportamento linguístico de estudantes do Ensino Médio do turno matutino e noturno de uma escola estadual no centro do município. Como resultado dessa pesquisa, os alunos do noturno que trabalhavam durante o dia no comércio ou nas granjas, tendiam ao bilinguismo pomerano-português, enquanto entre os alunos do matutino, boa parte tinha o desejo de ir para a capital e continuar os estudos, o que, para eles, não fazia necessário aprender/falar a língua pomerana.

Em Canguçu, a cidade de Pelotas, que possui uma universidade federal, além de várias instituições particulares, tende a atrair os jovens do município que buscam uma ascensão social. Porém, pela proximidade com a cidade de Canguçu, meia hora de carro, e ônibus constante, muitos se deslocam para Pelotas apenas para as aulas e continuam residindo na cidade. Os jovens imigrantes do interior com os quais convivemos no período de observação, sentem-se, com o crescimento econômico da produção do fumo, satisfeitos com a vida rural, embora, claro, queiram a superação das dificuldades. Alguns até pretendem estudar Agronomia e voltar para ajudar a família. Mas a perspectiva ali é mais centrada em continuar na localidade e dar prosseguimento ao cultivo do tabaco.

Em resumo, a questão econômica e sua influência sobre o comportamento linguístico, se substitui ou mantém a língua pomerana, deve ser vista com cuidado pelos gestores da língua. É importante ter em mente que uma educação plural e uma política linguística de qualidade “não se orienta meramente por critérios numéricos e mercadológicos, e que a construção do conhecimento e do modelo de sociedade pautado em uma democracia cultural que passa pela diversidade e aprendizagem de línguas” (OLIVEIRA & ALTENHOFEN, 2011, p. 211). Em outras palavras, as políticas devem buscar primeiro a pluralidade linguística, pois, ao se reconhecerem plurais, os habitantes preservarão sua identidade.

3.3.3 A Igreja como espaço de manutenção

Outra categoria que interfere no comportamento linguístico dos indivíduos de comunidades plurilíngues é a religião (cf. EDWARDS, 1997). A história da Igreja Luterana no Brasil ocorre simultaneamente com a vinda dos imigrantes para o Novo Mundo. Como vimos na subseção 3.1, a sócio-história da formação demográfica das localidades em estudo gira ao redor da Igreja Luterana, a qual age como mantenedora da língua e identidade pomerana. É a Igreja que une a comunidade de fala nas dificuldades enfrentadas em um meio totalmente novo para elas, inclusive sendo a responsável pela educação por, mais ou menos,

os primeiros cem anos de colonização. A maior parte da comunidade pomerana continua a congregar na Igreja Luterana da sua localidade, mas há o avanço da Igreja Católica e, nos últimos anos, das Igrejas Evangélicas Pentecostais. Neste trabalho, centramos a análise na influência da Igreja Luterana, afinal, é ela que, para além de um local de professar a fé cristã, torna-se um meio de organização social e política, que orienta a comunidade quanto às suas práticas, sendo, muitas vezes, mais relevante que qualquer outro governo público local. É ela também a responsável pela socialização nas localidades, criando importantes espaços de manutenção da língua pomerana.

Apesar de participar de cultos em ambas as localidades, não foi possível assistir a um culto em pomerano. Há, no entanto, tanto em Santa Maria de Jetibá quanto em Canguçu, algumas comunidades que organizam cultos específicos na língua de imigração. A informante CbGII falante descreve o culto na língua pomerana da Igreja Luterana do centro do município de Santa Maria de Jetibá da seguinte maneira:

Excerto 11

CbGII: Nós tem uma vez por mês só um culto pomerano. Na igreja. Então na verdade se for pelo menos dois, se tem quatro domingos por mês, então ficava dividido. Mas na igreja já, o português já vai na frente também.

E: Ah entendi. Aí fica só uma vez o culto, mas ele faz o culto em pomerano e depois traduz ou só em pomerano?

CbGII: Só em pomerano aquele dia. Algumas palavras ele traduz. É a ceia, mais para os idosos, mas algumas família até vão também, verdade, tem uns ali.

A Igreja Luterana vem acompanhando o bilinguismo da comunidade no seu entorno. Se há fiéis que já não entendem o pomerano, é preciso haver sermões que alcancem esses indivíduos. Os mais velhos, grande parte já fala o português, mesmo aqueles que não são tão proficientes na língua, por isso a importância de manter um culto que valorize a geração mais velha e, para além de inserí-los no culto, estender também o pomerano aos demais da comunidade. Alguns pastores engajados na causa pomerana tentam conciliar as duas línguas ou um maior debate sobre a causa pomerana para a população. A dificuldade às vezes se deve ao fato de os pastores nem sempre serem falantes de pomerano. Às vezes, dominam outras variedades do alemão. Já desde o seminário os pastores são inseridos na língua e cultura alemã.

Historicamente, a Igreja Luterana não só tem como repertório linguístico o português e o pomerano. Também a presença forte do alemão padrão, que remete a origem da Igreja, precisa ser considerada. Muitos dos informantes da geração mais velha tiveram sua confirmação religiosa, que acontece por volta dos doze, treze anos, na língua alemã, como podemos ver no relato da informante CaGII, de Canguçu.

Excerto 12

CaGII: A minha mãe... a minha mãe me botou, pra fazer cantata na igreja, na igreja nois ia, eu cantava em alemão, mas aquele alemão...

E: Padrão!

CaGII: É, o padrão... eu dizia assim pra minha mãe, eu tô cantando e eu não sei o que eu canto, ai eu perguntava pra ela, ela não tinha muito conhecimento do alemão *Hochdeutsch*, não é isso? Do alemão padrão, então ela não sabia me explicar, ela me explicava em pomerano, ai a gente ia pro culto, até que num dia teve que pegar e ser confirmado, com doze anos a gente começa a estudar pra se confirmar, ai eu agarrei e comecei a decorar aquele... era só em alemão que eles fazia... ai pra que eu vou aprender aquilo se eu não sei o que eu to estudando?, decorar uma coisa que eu não sei que que é, ela foi lá falou com o reverendo e me pediu que queria passar pro português, nós fomos um dos primeiros a ser confirmados em português.

E: Ai cê ficou sabendo?

CaGII: Ai eu me achei, né!

Foram vários os relatos colhidos sobre a confissão em alemão. Aqueles que não entendiam a língua, não sofriam dificuldades. Porém, a maioria dos relatos colhidos pela geração mais velha refere-se à dificuldade de entender o alemão padrão. Em Santa Maria de Jetibá, há, inclusive, um coral em alemão da Igreja do contexto urbano, mas, ao mostrar a cartilha com os hinos, a informante não soube explicar o que estava escrito ali. Sabia identificar uma palavra ou outra que o pastor explicou. Ao contrário da informante de Canguçu, esta gosta muito do fato de estar cantando uma outra língua e, quando entende algo, é sempre motivo de felicidade e comemoração do grupo. Ou seja, a motivação de falar, mesmo sem entender, ou só a possibilidade de estar aprendendo uma nova língua, é visto de forma positiva pelo grupo. O pomerano serve como um caminho para a aprendizagem do alemão padrão, fato explorado por muitos pastores que já chegam nas comunidades com essa visão de plurilinguismo, salientando os benefícios de falar muitas línguas. São essas novas ações da Igreja Luterana que têm conseguido ainda manter sua identidade alemã e pomerana.

Mesmo sem o espaço que antes ocupava a língua de imigração no âmbito religioso, este continua a configurar uma territorialidade de usos da língua pomerana e de reflexão das famílias sobre o papel e significado da língua local na educação de seus filhos.

3.3.4 Ação e percepção das políticas linguísticas: revitalização linguística

Como vimos, a vitalidade da língua pomerana, suas territorialidades e transmissão de uma geração a outra ainda se vinculam à presença de falantes sobretudo no meio rural e na geração mais velha. Com o avanço da língua portuguesa, sem uma consciência do valor e dos benefícios do plurilinguismo, e sem uma planificação no sentido da revitalização da língua pomerana, será mais difícil manter o *status quo* existente. Da mesma forma, além de manter e ampliar a vitalidade linguística da língua minoritária, é preciso repensar os espaços possíveis de reversão do contínuo de perda, concebendo uma escola que priorize uma pedagogia voltada ao plurilinguismo, uma economia local que valorize as minorias bilíngues, uma igreja que inclua a língua de imigração em suas práticas sociais. Enfim, que haja medidas que influenciem de forma positiva as atitudes dos indivíduos falantes e não falantes de pomerano frente à língua pomerana.

Uma política linguística que considere essa interface educativa, para o conjunto dos participantes da diversidade local, falantes e não falantes, gestores ou não, pode auxiliar significativamente no processo de revitalização linguística. Ao analisar as micro-decisões empreendidas *in vivo* e *in vitro*, observou-se como uma ação de promoção pode ressignificar a visão de si. É o que mostrou o reconhecimento da identidade pomerana por parte da comunidade de Canguçu a partir do contato com os gestores da língua de Santa Maria de Jetibá.

3.3.4.1 Ação dos gestores da língua

O movimento de reconhecimento e promoção da língua pomerana empreendido pelos gestores da língua tem tido reflexos positivos na comunidade das quais fazem parte. Participamos de algumas reuniões do grupo em Santa Maria de Jetibá, aonde estão mais organizados. Pelo perfil educacional da maioria que ali estava, a pauta sobre a problemática do ensino de pomerano na comunidade norteou toda a conversa. Da mesma forma, em Canguçu, em uma das visitas à comunidade aconteceu o V Encontro dos Povos Tradicionais

Pomeranos (V Pomer). Nele, o debate central girou em torno do ensino de pomerano e, conseqüentemente, tendo por tópicos centrais a adesão a uma escrita, qual seja de equipar a língua pomerana e garantir sua uniformidade, adotando a proposta de escrita de Tressmann (v. 2006).

O papel da escrita para a comunidade, a presença escrita de uma língua, tem-se mostrado um fator determinante na política linguística para esses grupos minoritários. Entretanto, é preciso ter cuidado nesse ponto para não cair no ciclo de debate interminável de qual a melhor escrita, pois, apesar de sua importância, não é a escrita isoladamente – como se fosse um medicamento miraculoso – que garante a sobrevivência da língua pomerana. Ela equipa a língua pomerana e dá mais prestígio a ela, ou seja, exerce influência no sentido de sua adesão e visibilidade.

A luta para ampliar as práticas de uso da língua no âmbito familiar e para ocupar os espaços públicos fez parte da pauta da reunião dos gestores no V Pomer e também no diálogo entre as pesquisas apresentadas e a comunidade pomerana. Também se incluem aí as leis criadas para fomentar e proteger o pomerano diante de sua perda. Essas leis, em especial a lei de cooficialização da língua pomerana, são muitas vezes apresentadas como ferramentas necessárias para competir com a língua portuguesa.

O processo de cooficializar uma língua surge como forma legal de inclusão do povo tradicional pomerano em defesa do direito linguístico de serem plurais. É um primeiro documento no poder público de reconhecimento da língua e identidade pomerana. Assim, para as línguas de povos tradicionais, cooficializar torna-se

importante para a promoção social dos grupos que as falam (ou dito pela forma inversa: sua manutenção sem estatuto oficial é um poderoso instrumento para a subjugação desta comunidade linguística). [...] Cooficializar uma língua, por sua vez, significa que ela se torna oficial ao lado de outra língua que já goza do estatuto de oficialidade, como é o caso da língua portuguesa no Brasil. Ambas, assim, são línguas oficiais, com igualdade de possibilidades de acordo com a letra da lei (IPOL, 2015, p. 26-27).

Entretanto, para implementar a lei de cooficialização, é preciso que haja o reconhecimento por parte dos falantes quanto a sua própria realidade. Calvet (2007) argumenta que antes da aplicação da lei e da descrição linguística faz-se imprescindível considerar os sentimentos linguísticos e as relações estabelecidas pelos falantes quanto às línguas em contato. É somente a partir do diálogo com a população do município a ser

cooficializado junto com pesquisadores da área e o poder público, que as estratégias de implementação da lei poderão ser colocadas em prática.

A partir desse movimento, por vezes sem a reflexão necessária por parte da população em geral, Santa Maria de Jetibá, Domingos Martins, Pancas, Vila Pavão, Laranja da Terra e Itarana, no ES, e Canguçu, no RS, cooficializaram a língua pomerana no âmbito municipal. Essa crescente cooficialização, não só da língua pomerana, mas das línguas indígenas e de outras línguas de imigração, marca uma nova relação de poder entre as políticas públicas e as línguas minoritárias (cf. ALTENHOFEN, 2013a).

Particularmente, a implementação da lei em Santa Maria de Jetibá e Canguçu deu-se há, respectivamente, oito e nove anos, entretanto, a igualdade com a língua portuguesa pretendida no documento depara-se com o custo da execução das demandas: placas bilíngues, edital para servidor público bilíngue pomerano-português e um ensino bilíngue. O fato de a lei de cooficialização e de outras ações menores que auxiliem na manutenção da língua pomerana serem sancionadas em um mandato da prefeitura, traz consigo o problema de que, com as eleições e a mudança de gestão, a pauta não é continuada, por estar relacionada à gestão anterior. Este problema tem impactado as comunidades de línguas minoritárias de imigração. Por isso, é necessário que se entenda a lei de cooficialização como uma política pública e não como uma política de governo, portanto como uma competência legislativa que defende os interesses locais (art. 30, inciso I, da Constituição Federal) e que protege o patrimônio histórico-cultural local (cf. IPOL, 2015).

Parece claro, a partir das observações feitas, que a lei de cooficialização, importante marco das conquistas em prol da diversidade no Brasil, de pouco adianta se o poder público local não pensar, junto com os pesquisadores, em formas de incentivar o plurilinguismo, tanto para os falantes, quanto também para não falantes da língua. O fomento da língua pomerana no município, conforme as observações feitas nas duas localidades de pesquisa, deve ser tão aberto à diversidade linguística quanto aberto à própria língua pomerana, no sentido de sua inclusão. É uma questão de princípio, o princípio que Altenhofen & Broch (2011) explicitam por meio de uma pedagogia do plurilinguismo. Afinal, cada indivíduo detém um repertório linguístico que não se restringe a uma língua específica, mesmo que apenas de forma parcial, sem uma proficiência plena. Deste modo, cada indivíduo se constitui a partir do outro, pois é de responsabilidade de toda a sociedade envolvida o reconhecimento e o respeito à diversidade. Por vezes, o que se vê é o interesse da gestão em cooficializar, mas sem avaliar a real implicação da lei, como se pode observar na dificuldade, ainda nos dias atuais, de

regulamentar a língua pomerana nos locais em que foi cooficializada. É preciso, enfim, o comprometimento do poder público para que a lei possa ser enfim posta em prática.

3.3.4.2 Percepção dos sujeitos informantes

Um último aspecto que, no modelo pluridimensional equivale à dimensão diarreferencial, diz respeito às percepções que os membros da comunidade possuem acerca das línguas locais e da política que decide sobre essas línguas. Compreender como as ações empreendidas pelos gestores são percebidas ou significadas, é de suma importância para avaliar a eficácia dessas ações.

Apesar de poucos informantes saberem explicar as ações empreendidas, a maioria ao longo das entrevistas destacou o ensino de pomerano nas escolas em Santa Maria de Jetibá, pelo PROEPO. Essa identificação se deu basicamente pelos filhos que tinham tido a matéria nas séries iniciais; a cooficialização da língua foi especialmente percebida em Santa Maria de Jetibá pelos informantes mais escolarizados. Já em Canguçu, considerando que o movimento é ainda muito recente, poucos tiveram conhecimento da cooficialização da língua. As ações mais identificadas foram o recente documento que muitos falantes assinaram a pedido dos gestores locais para o reconhecimento do pomerano como povo tradicional. Os depoimentos a seguir, selecionados das entrevistas com os informantes CaGII m e CaGII f , atestam o crescente movimento de reconhecimento da identidade pomerana no município.

Excerto 13

E: Por que vocês acham que ainda hoje algumas pessoas falam pomerano, se tem tanto tempo que os colonos chegaram aqui na região?

CaGII m : Faz parte da identidade de cada um, não acha né? Isso é uma auto identidade... e ti sente o que a gente aprende em casa com a mãe, isso permanece.

E: O que acha CaGII f ?

CbGII f : Pois é.. er... eu reflito nessa nessa parte assim porque, hã... mesmo que anos atrás eles não podiam né, eles eram, assim, se evitava falar a língua, mas e por que que isso foi preservado? Porque alguém ensinou alguém. Então, como o tempo foi passando, hã... em algum lugar continuou, em casa, então ... não sei se eu não entendi a pergunta ou eu tô enrolando...

E: Entendeu!

CbGII f : Mas eu acho que... hã, não que antes não tivesse, porque as pessoas falam hoje por

causa dos pais... só que na minha adolescência eu já tinha vergonha, agora parece que tá aparecendo mais, porque tava meio escondido, a língua tava meio escondida, a gente se achava um pouco discriminado...

E: Cê acha por que tá aparecendo mais?

CbGIf: Eu acho que tá sendo muito mais divulgado, tá aparecendo mais e... er... as pessoas tão se dando conta que isso é necessário, isso faz parte da nossa identidade e isso não pode ser esquecido... e eu acho que tá aparecendo mais agora.

O excerto 13 reafirma a importância da família na manutenção da língua pomerana. Com isso, põe-se em evidência os dois polos que sustentam a revitalização linguística, qual seja dos falantes que destacam suas práticas linguísticas em família, ou das instituições públicas – escola e administração local – que muitas vezes se orientam de fora para dentro. Em Santa Maria de Jetibá, onde se verifica um maior reconhecimento do movimento de revitalização empreendido pelos gestores locais, as dificuldades enfrentadas para a manutenção da língua pomerana trazem tarefas a serem cumpridas, tarefas essas que devem englobar o conjunto da comunidade, no sentido de sua adesão e inclusão, sem a qual a política linguística implementada será apenas um evento como outro, sem impacto real sobre a vida da língua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises feitas nas comunidade multilíngues de Santa Maria de Jetibá e Canguçu, por meio da leitura da bibliografia da área, de observações *in loco* e de entrevistas membros da comunidade de perfis sócio-culturais, idade e contexto linguístico distinto, obtivemos um quadro da macroestrutura das línguas presentes nesse território e dos espaços sociais por elas ocupados. A pesquisa confirmou a relevância metodológica de comparar a situação de manutenção ou perda da língua de imigração pomerana nesses dois contextos, tanto no sentido de confirmar tendências no comportamento linguístico dos membros da comunidade, quanto de apontar diferenças ou visibilizar fatores determinantes de um comportamento. A comparação macro- e microanalítica desses diferentes pontos trouxe, enfim, importantes reflexões sobre a variável manutenção e/ou revitalização linguística de uma língua minoritária, tema desta pesquisa.

Tal também foi o tom da pesquisa que se buscou empreender: não de propor soluções e receitas mágicas, muitas vezes numa perspectiva *top down*, mas de compreender, pesquisar a dinâmica de uso e significação das línguas em contato em um contexto multilíngue. O foco central desta dissertação não se deu, portanto, no sentido aplicado, e sim reflexivo-investigativo, como suporte a uma futura ação de promoção do plurilinguismo, construída numa perspectiva *bottom up*. Vale destacar que lidamos com o estudo do comportamento linguístico de seres humanos mutáveis, cuja adesão ou resistência à língua majoritária tentamos problematizar no curto tempo de uma pesquisa de mestrado. Assim, um olhar mais aprofundado que dê um passo além da manutenção, que se aprofunde nas medidas de planejamento linguístico no âmbito da revitalização linguística, prescinde desse conhecimento da dinâmica de uso e significação das línguas na perspectiva êmica, dos falantes e não falantes em contato no(s) contexto(s) em questão.

A partir dessa postura que tomamos, nos utilizamos do modelo da macroanálise pluridimensional e relacional (THUN, 1996), para ordenar o “aparente caos linguístico” e, com isso, visualizar tendências e fatores que atuam na variação de comportamento linguístico de populações de fala minoritária. Isso se estende a mudanças em tempo aparente (da geração mais velha para a jovem) e atinge as práticas linguísticas, sociais e políticas das comunidades

rurais e urbanas em estudo. Através deste estudo pluridimensional, chegamos a algumas constatações e compreensões relevantes que vale destacar aqui, a título de conclusão:

(1) Na dimensão diatópica, vemos que há uma crescente urbanização e, conseqüentemente, a modernização da comunidade de imigração pomerana em ambas as localidades em estudo. Essa urbanização aumenta o contato linguístico com a língua majoritária, português, transfigurando-se em um contexto de concorrência das línguas. Mesmo no contexto rural, em que se encontra a maior parte da comunidade pomerana de ambos os municípios, o contato com a língua portuguesa tem adentrado nas territorialidades da língua pomerana, atingindo inclusive o ambiente familiar, as relações de trabalho, os espaços de socialização da igreja, bem como festas religiosas locais. Entretanto, apesar dessa crescente, a língua pomerana mantém sua vitalidade no ambiente rural, com ainda largo uso pelos falantes no dia a dia.

(2) Na dimensão diageracional, conforme o esperado, vemos que a geração mais velha (sobretudo CbGII) é a que mantém com mais frequência a língua pomerana. Isso significa que há uma mudança em curso na direção da perda da língua de imigração entre os membros da geração mais jovem, com exceção dos falantes da CbGI. O espaço privilegiado de uso do pomerano permanece no meio familiar, apesar das tendências monolingüísticas que depreciam o valor da língua pomerana, interferindo negativamente na transmissão da língua para a geração futura. Vimos que a maioria dos descendentes dos informantes entrevistados já não adquiriu a proficiência na língua materna dos pais, alguns até tem um nível de bilingüismo, compreendem a língua pomerana, mas sem fluência no uso ativo. Várias problemáticas surgem que interferem na transmissão da língua pomerana em ambas as localidades estudadas: (a) casamentos mistos, em que um não fala a língua pomerana, tornando o português a língua do lar; (b) a escolarização fechada às línguas da comunidade quando não “dá ouvidos” ao repertório do aluno e à sua identidade; (c) novas relações de trabalho dos pais, obrigados a “trabalhar fora” do contato com os filhos; sobretudo no período de aquisição da língua minoritária, na pré-escola, abre-se caminho à adoção do português como língua única e majoritária, por meio da creche ou de uma cuidadora. Uma política para o plurilingüismo tem de levar em conta esses processos sociais em curso, em sua planificação linguística, semelhantemente como se fez no projeto desenvolvido no País dos Gales (v. Edwards & Newcombe, 2006).

(3) Na dimensão diastrática, tanto em Canguçu quanto Santa Maria de Jetibá, os informantes falantes de pomerano Cb apresentaram maior grau de manutenção da língua

pomerana, principalmente aqueles residentes na área rural, por manterem o trabalho vinculado à lavoura e menor contato linguístico com a língua portuguesa. Já os informantes Ca, independente de serem do contexto rural ou urbano, acabam por dar mais lugar à língua majoritária, por ser essa a mais usada no trabalho, além da constante necessidade do uso da língua portuguesa nas tarefas diárias. Ainda é tímida e muitas vezes normatizadora a postura da escola em relação ao plurilinguismo local. Mesmo em contextos onde a língua pomerana integra o currículo escolar, seu ensino se restringe à aula de pomerano, cujo número ainda é irrisório se pensarmos no âmbito da manutenção linguística. Apesar dos avanços da pauta educacional e da importância para a comunidade do ensino e da aquisição da escrita da língua, que equipa e eleva o *status* da língua, não é ela que reverterá o processo de substituição linguística para o qual caminham as línguas minoritárias. O foco na escrituralidade da língua, como fim em si, desvinculado da identidade e da conscientização sobre o que representa a língua local em termos de habilidades plurilíngues, pode não ter o impacto que se deseja na manutenção e revitalização linguística. Pautar uma educação que aceite línguas e englobe a pluralidade local a partir de uma visão múltipla de reconhecimento de si e do outro parece configurar o caminho mais sustentável, com raízes mais profundas para conseguir a adesão dos jovens, futuros pais, a transmitir a sua língua para seus filhos.

Por fim, uma política linguística pode intervir tanto para auxiliar no processo de manutenção da língua materna quanto para a sua substituição pela língua majoritária. No âmbito da comunidade de fala pomerana, os gestores da língua empenham-se em reverter o processo de silenciamento sofrido no contínuo das políticas linguísticas empreendidas, historicamente, pelo poder público, como a conhecida política de nacionalização do ensino. A centralidade das ações recai no plano educacional e na legislação, as dificuldades enfrentadas recaem desde a adesão de uma escrita única para a comunidade pomerana em diferentes localidades, o material para o ensino da língua, e a regulamentação da lei de cooficialização, dentre outros aspectos. Vimos que, nesse ponto, é preciso ter o cuidado de não construir o esqueleto de um aparato para a legalização e escrituralidade da língua, sem preenchê-lo com a carne e a alma que lhe dão vida e sentido e que são representados pela família e pelas relações sociais da comunidade. Isso implica entender que as línguas, seja o português, o alemão padrão, ou o pomerano falado pela localidade são iguais linguisticamente e têm seu espaço social a ser considerado e mantido. A título de conclusão do que foi analisado e interpretado nos dois contextos da pesquisa, pode-se reiterar a defesa de uma postura plural que enfatize os benefícios do plurilinguismo como a estratégia mais adequada, porque mais profunda e

durável, para uma revitalização linguística eficaz. Enquanto não se abrirem as cabeças às línguas, continuaremos andando em círculo sobre nossas realidades particulares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTENHOFEN, Cléo V. *O conceito de língua materna e suas implicações para o bilingüismo*. In: Martius-Staden-Jahrbuch, São Paulo, n. 49, p. 141-161, 2002.
- _____. Política lingüística, mitos e concepções lingüísticas em áreas bilíngües de imigrantes (alemães) no Brasil. In: *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana (RILI)*, Frankfurt a.M., n. 1(3), p. 83-93, 2004.
- _____. Os contatos lingüísticos e seu papel na arealização do português falado no sul do Brasil. In: ELIZAINCÍN, Adolfo & ESPIGA, Jorge (orgs.). *Español y portugués: fronteras e contatos*. Pelotas: UCPEL, 2008. p. 129-164.
- _____. Os estudos de variação lingüística e de línguas em contato com o português: raízes históricas da pesquisa no Instituto de Letras da UFRGS. In: MITTMANN, Solange & SANSEVERINO, Antônio Marcos Vieira (orgs.). *Trilhas de investigação: a pesquisa no I.L. em sua diversidade constitutiva*. Porto Alegre: Instituto de Letras / UFRGS, 2011. p.17-31.
- _____. Bases para uma política lingüística das línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, Christine et al. (orgs.). *Política e políticas lingüísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013a. p. 93-116.
- _____. Migrações e contatos lingüísticos na perspectiva da geolinguística pluridimensional e contatual. *Revista de Letras Norte@mentos*, v. 6, p. 19-43, 2013b.
- _____. O “território de uma língua”: ocupação do espaço pluridimensional por variedades em contato na Bacia do Prata. In: FERNÁNDEZ, Ana Lourdes da Rosa Nieves; MOZZILLO, Isabella; SCHNEIDER, Maria Nilse & CORTAZZO, Uruguay (orgs.). *Línguas em contato: onde estão as fronteiras?* Pelotas: Editora UFPel, 2014. p. 69-103.
- ALTENHOFEN, Cléo V. & BROCH, Ingrid K. *Fundamentos para uma “pedagogia do plurilingüismo” baseada no modelo de conscientização lingüística (language awareness)*. In: BEHARES, Luis (org.). V Encuentro Internacional de Investigadores de Políticas Lingüísticas. Montevideo: Universidad de la República e Asociación de Universidades Grupo Montevideo / Núcleo Educación para la Integración, 2011. p. 15-22.
- ALTENHOFEN, Cléo V. & THUN, Harald. A migração e os contatos lingüísticos na geografia lingüística do sul do Brasil e Bacia do Prata. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade; ROMANO, Valter Pereira. *A geolinguística no Brasil: caminhos percorridos, horizontes alcançados*. Londrina: Eduel, 2016. p. 371-392.
- APPEL, R.; MUYSKEN, P. *Bilingüismo y contacto de lenguas*. Barcelona: Ariel, 1996.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO. *Imigrantes*. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/imigrantes/html/estatisticas.html>. Acesso em: 12 ago. 2016.
- AUER, Peter; ARNOLD, Jacinta; BUENO-ANIOLA, Cintia. *Being a “colono” and being “daitch” in Rio Grande do Sul: Language choice and linguistic heterogeneity as a resource for social categorisation*. In: Calidoscópico, São Leopoldo, Unisinos, v. 3, n. 3, p. 170-183, 2005.

BAHIA, Joana. *O tiro da bruxa: identidade, magia e religião na imigração alemã*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p. 410.

BAKER, Colin. Becoming bilingual through bilingual education. In: AUER, Peter & WIE, Li (eds.). *Handbook of multilingualism and multilingual communication*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2007. p. 131-152.

_____. *Foundations of bilingual education and bilingualism*. 4. ed. rev. Clevedon / Avon : Multilingual Matters, 2006.

BARROS, Fernando Hélio Tavares de. *Migração e territorialização do alemão e do português como línguas de (i)migração em Porto dos Gaúchos - MT: configurações do multilinguismo em fronteira de Amazônia*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Programa de Pós-Graduação em Letras, 2014. 108 p. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/114428>.

BEACCO, Jean-Claude et al. *Guide for development and implementation of curricula for plurilingual and intercultural education*. Strasbourg: Council Of Europe, 2010.

BEACCO, Jean-Claude & BYRAM, Michael. *From linguistic diversity to plurilingual education: Guide for the development of Language education policies in Europe – Strasbourg: Language Policy Division. Council Of Europe (Main Version), 2007.*

BELLMANN, Günter. *Zweidimensionale Dialektologie*. In: BELLMANN, Günter (Hrsg.). *Beiträge zur Dialektologie am Mittelrhein*. Stuttgart : Steiner, 1986. p. 1-55.

BENTO, Cláudio M. *Canguçu reencontro com a história: um exemplo de reconstituição de memória comunitária*. 2 ed. Barra Mansa, Rio de Janeiro: ACANDHIS/Gráfica e Editora Irmãos Drumond Ltda, 2007.

BERGER, Isis R. *Gestão do multi/plurilinguismo em escolas brasileiras na fronteira Brasil – Paraguai: um olhar a partir do observatório da educação na fronteira*. 2015. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

BIALYSTOK, Ellen. Consequences of bilingualism for cognitive development. In: KROLL, Judith F. & GROOT, Annette M. B. de. (eds.). *Handbook of bilingualism*. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 417-432.

_____. & Shapero, D. (2005). *Ambiguous benefits: The effect of bilingualism on reversing ambiguous figures*. *Developmental Science*, 8, 595–604.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Tradução Sérgio Miceli. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1986. (Estudos). Textos escolhidos de Pierre Bourdieu por Sergio Miceli.

_____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. (Memória e Sociedade).

BREMENKAMP, Elizana S. *Análise sociolinguística da manutenção da língua pomerana em Santa Maria de Jetibá*. 2014. 288 f. Dissertação (mestrado em linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Espírito Santo.

BROCH, Ingrid K. *Ações de promoção da pluralidade linguística em contextos escolares*. 2014. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

CALVET, Louis-Jean. *As políticas lingüísticas*. São Paulo: Parábola editorial; IPOL, 2007.

CAVALLI, Marisa et al. *Plurilingual and intercultural education as project*. Language Policy Division Council of Europe, Strasbourg, 2009.

CERQUEIRA, Fábio V. Serra dos Tapes: mosaico de tradições étnicas e paisagens culturais. In: IV SIMP: Memória, patrimônio e tradição, 2010, Pelotas, UFPEL. *Anais do IV SIMP*. Disponível em: <https://simpufpel.files.wordpress.com/2010/09/mesa-serra-dos-tapes.pdf>

CHAMBERS, J.K. & TRUDGILL, Peter. *Dialectology*. New York : Cambridge University Press, 1980. 217 p.

CLARK, R. et al. Critical Language Awareness. CLSL Working Papers 1. Centre for Language in Social Life. University of Lancaster. 1987. (Tradução em português publicada em Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, (28): 37-57, 1996.

CONSELHO DA EUROPA. *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas. Aprendizagem, ensino, avaliação*. Porto: Edições ASA, 2001.

COSERIU, Eugenio. *Sentido y tareas de la dialectología*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Filológicas, 1982. 44 p. (Cuadernos de Lingüística; 8.) [ALERS, CVA]

CRYSTAL, David. *The Cambridge encyclopedia of language*. 2. ed. Cambridge : Cambridge University Press, 1997. 482 p.

_____. *A revolução da linguagem*. Tradução, Quintana, Ricardo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005 [1941].

CUMMINS, Jim. *Language, power and pedagogy: Bilingual children in the crossfire*. Clevedon, England: Multilingual Matters, 2000.

DE HEREDIA, Christine. Do bilingüismo ao falar bilíngüe. In: VERMES, Geneviève & BOUTET, Josiane [orgs.]. *Multilingüismo*. Trad. Celene M. Cruz et al. Campinas (SP) : Ed. da UNICAMP, 1989. p. 177-220.

DE SWAAN, Abram. *Words of the world. The global language system*. Cambridge: Polity Press, 2001.

DIVAN, Lílian M. F; OLIVEIRA, Roberto P. de. A pesquisa qualitativa e o paradigma da ciência pós-moderna: uma reflexão epistemológica e metodológica sobre o fazer científico. *Revista Gragoatá*, Niterói, n. 25, p. 185-202, 2008.

EDWARDS, Viv & NEWCOMBE, Lynda. Back to basics: marketing the benefits of bilingualism to parents. In: GARCÍA, Ofelia; SKUTNABB-KANGAS, Tove & TORRES-

GUZMÁN, Maria E. (eds.). *Imagining multilingual schools: languages in education and glocalization*. Clevedon et al.: Multilingual Matters, 2006. p. 137-149.

FARACO, Carlos Alberto. Por uma pedagogia da Variação Linguística. In: CORREIA, Djane Antonuci (org.). *A relevância social da Linguística*. São Paulo: Parábola Editorial: Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

FERGUSON, C. A. Diglossia. In: FONSECA, M. S. V.; NEVES, M. F. (Org.). *Sociolingüística*. Tradução de Maria da Glória Ribeiro da Silva. Rio de Janeiro: Ed. Eldorado, [1959] 1974.

FERRAZ, Luiz Pedreira do Coutto. *Relatorio do presidente da provincia do Espirito Santo, o doutor Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1847*. Rio de Janeiro: Typ. do Diario de N.L. Vianna, 1848. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/232/>. Acesso em: 11 dez. 2014.

FISHMAN, Joshua A. [ed.]. *Reading in the sociology of language*. 3. ed. The Hague : Mouton, 1972. 808 p.

_____. *Language Maintenance and Language Shift as fields of Inquiry*. In *Linguistics*, n 9, 1972. p. 77-133.

_____. Language revitalization. In: GOEBEL, Hans. et al. (eds.). *Contact linguistics: an international handbook of contemporary research. Handbooks of linguistics and communication science*. Berlin: Walter de Gruyter & Co., 1996.

_____. *Bilingualism with and without diglossia; diglossia with and without bilingualism*. In: *Journal of Social Issues*, n. 23, 1967. P.29-38.

_____. Prospects for reversing language shift (RLS) in Australia: evidence from its aboriginal and immigrant languages. In: HORNBERGER, Nancy H. & PÜTZ, Martin (eds.). *Language loyalty, language planning and language revitalization: recent writings and reflections from Joshua A. Fishman*. Clevedon; Buffalo; Toronto : Multilingual Matters, 2006. [1991] p. 140-176.

_____. *Language and ethnicity in minority sociolinguistic perspective*. Clevedon, Philadelphia: Multilingual Matters, 1988.

_____. *Language loyalty, language planning and language revitalization: recente writings and reflections from Joshua A. Fishman*/Edited by Nancy H. Hornberger and Martin Pütz. Clevedon, Enfland: Multilingual Matters LTD, 2006.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 3. ed. São Paulo : Martins Fontes, 1991. 115 p.

GRANZOW, K. *Pomeranos sob o Cruzeiro do Sul: colonos alemães no Brasil*. Vitória, Espírito Santo: Arquivo público do Estado do Espírito Santo, 2009. (Coleção Canaã, 10).

GRENOBLE, Lenore & WHALEY, Lindsay. Em direção a uma tipologia de ameaça idioma. In: GRENOBLE, Lenore & WHALEY, Lindsay (eds.). *Idiomas em risco: perda de*

linguagem e resposta da comunidade. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 22-54.

GONÇALVES, Dilza P. A Congregação da Igreja Evangélica Luterana do Brasil “Manuel do Rego” na construção de identidades “negras” e “alemãs” em Canguçu/RS. In: REINHEIMER, Dalva; NEUMANN, Rosane M. Patrimônio histórico nas comunidades teuto-brasileiras: história, memória e preservação. São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 365-376.

HAMMES, Edilberto L. A imigração alemã para São Lourenço do Sul: da formação e sua colônia aos primeiros anos após seu sesquicentenário. 1 ed. São Leopoldo, Rio Grande do Sul: Studio Zeus, 2014.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=32&dados=29>. Acesso em: 18 mar. 2017.

IJSN (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES). *ES em mapas*. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=109. Acesso em: 04 nov. 2016.

IPOL (INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM POLÍTICA LINGUÍSTICA). *A diversidade linguística como patrimônio cultural*. Disponível em: <http://e-ipol.org/a-diversidade-linguistica-como-patrimonio-cultural/>. Acesso em: 24 de jun. 2016.

IPOL (INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM POLÍTICA LINGUÍSTICA). *Leis e línguas no Brasil: o processo da cooficialização e suas potencialidades*. Florianópolis: IPOL, 2015.

JACOB, Jorge Kuster. *Cidades irmãs pomeranas: vila pavão (ES) e Espigão do Oeste (RO)*. Nova Venécia: Gráfica Cricaré, 2011.

KARASTOJANOV, Andrea Mara Souto. *Vir, viver e talvez morrer em Campinas*. Editora Unicamp, Campinas, 1999.

KAUFMANN, Göz. Language maintenance and reversing language shift. Spracherhalt und Umkehr von Sprachwechsel. In: AMMON, Ulrich; DITTMAR, Norbert; MATTHEIER, Klaus & TRUDGILL, Peter (eds.). *Sociolinguistics: An International Handbook of the Science of Language and Society*. 2 nd complet. rev. and exit. ed. Berlin, New York: DE Gruster, 2006.

KLOSS, Heinz. German-american language maintenance efforts. In: FISHMAN, Joshua A. (ed.). *Language loyalty in the United States*. The Hague : Mouton, 1966. p. 206-252. [CVA]

KREUTZ, Roque A. Revolução Farroupilha e seus reflexos locais. In: FERNANDES, Evandro; NEUMANN, Rosane M.; WEBER, Roswithia (org.). *Imigração: diálogos e novas abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 189-198.

LENZ, Alexandra N. Emergence of varieties through restructuring and reevaluation. In: AUER, Peter & SCHMIDT, Jürgen Erich (eds.). *Language and space: theories and methods*. Berlin/New York: de Gruyter, 2010. p. 295-315.

LUCENA, Adriana. *Migração italiana no Espírito Santo: Ocupação territorial e herança cultural. Patrimônio: práticas e reflexões*. Rio de Janeiro : IPHAN/COPEDOC, 2007. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4216>. Acesso em: 22 nov. 2016.

MACHADO, Lucas Löff. *Standard e substandard do alemão em contato com o português: variação na competência de fala em Hochdeutsch de falantes de Hunsrückisch*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Programa de Pós-Graduação em Letras, 2016. 166 p. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/139447>.

MACKEY, William F. *The description of bilingualism*. In: FISHMAN, Joshua A. [ed.]. *Reading in the sociology of language*. 3. ed. The Hague : Mouton, 1972. p. 554-584.

_____. Bilingualism and multilingualism/Bilingualismus und Multilingualismus. In: AMMON, Ulrich; DITTMAR, Norbert; MATTHEIER, Klaus J.; Trudgill (Hrsg.). *Sociolinguistics: an international handbook of the science of language and society = Soziolinguistik*. 2. ed. Berlin; New York, de Gruyter, 2005. (HSK; v. 3.2.) p. 1483-1495.

MAHER, Terezinha de J. M. *Políticas linguísticas e políticas de identidade: currículo e representações de professores indígenas na Amazônia ocidental brasileira*. Currículo sem Fronteiras, v.10, n.1, p. 33-48, 2010.

MATINUZZO, José Antonio. *Germânicos nas terras do Espírito Santo*. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2009.

MARTINUZZO, José Antonio. *Germânicos nas terras do Espírito Santo*. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2009.

MORELLO, Rosângela. Uma política pública e participativa para as línguas brasileiras: sobre a regulamentação e a implementação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), *Revista Gragoatá*, n. 32, p. 31-42, 2012.

NAJAB, Faycal. O sujeito bilíngüe; abordagem cognitiva. In: Vermes, Geneviève & Boutet, Josiane [orgs.]. *Multilingüismo*. Trad. Celene M. Cruz et al. Campinas (SP) : Ed. da UNICAMP, 1989. p. 221-245.

OLIVEIRA, J. T. de. *História do estado do Espírito Santo*. 3 ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008 (Coleção Canaã; v. 8).

OLIVEIRA, Gilvan M. Prefácio. In: CALVET, Louis-Jean. *As políticas lingüísticas*. São Paulo: Parábola editorial; IPOL, 2007.

_____. de. Brasileiro fala português: monolinguismo e preconceito linguístico. *Linguasagem*, v.11, 2009.

PEAL, Elizabeth; LAMBERT, Wallace E. The relation of bilingualism to intelligence. *Psychological Monographs: General and Applied*, v. 76, n. 27, p. 1-23, 1962.

PERTILE, Marley T. *O talian entre o italiano-padrão e o português brasileiro: manutenção e substituição linguística no Alto Uruguai Gaúcho*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Letras/UFRGS, 2009. 247 p. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18345/000725735.pdf?sequence=1>

PINHEIRO, Luciana Santos. Processos de territorialização de variedades dialetais do italiano como línguas de imigração no nordeste do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Programa de Pós-Graduação em Letras, 2014. 165 p. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/102203>.

RADTKE, Edgar & THUN, Harald (eds.). *Neue Wege der romanischen Geolinguistik: Akten des Symposiums zur empirischen Dialektologie*. Kiel : Westensee-Verl., 1996. 648 p. (Dialectologia Pluridimensionalis Romanica; 1.). Tradução.

ROCHA, Gilda. *Imigração estrangeira no Espírito Santo: 1847-1896*. Vitória: [s.n.], 2000.

ROMAINE, Suzane. *Bilingualism*. Second Edition. Oxford, England: Blackwell, 1995. [1989]

SCHAYDER, José Pontes. *História do Espírito Santo: uma abordagem didática e atualizada*. Campinas, São Paulo: Companhia da Escola, 2002.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

SCHNEIDER, Jürgen. Emigração alemã para o Brasil: 1815/1870. In: KOCH, Walter (Org.). *Colóquio de estudos Teuto Brasileiros*, 3. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1980.

SCHNEIDER, Maria Nilse. *Atitudes e concepções lingüísticas e sua relação com as práticas sociais de professores em comunidades bilíngües alemão-português do Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado. Porto Alegre : Universidade Federal do Rio Grande do Sul; PPG-Letras, 2007.

SKUTNABB-KANGAS, Tove. & PHILLIPSON, Robert. Linguicide and linguisticism. In: GOEBL, Hans. et al. (eds.). *Contact linguistics: an international handbook of contemporary research*. Handbooks of linguistics and communication science. Berlin: Walter de Gruyter & Co., 1996. p. 667-675.

SKUTNABB-KANGAS, Tove. Multilingualism and the education of minority children. In: SKUTNABB-KANGAS, Tove & CUMMINS, Jim (eds.). *Minority education: from shame to struggle*. Clevedon / Avon : Multilingual Matters, 1988. p. 9-44 (Multilingual Matters; 40)

SOUZA, Henry Daniel Lorencena. *As fronteiras internas do "português del Norte del Uruguay": entre a percepção dos falantes e as políticas linguísticas*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Programa de Pós-Graduação em Letras, 2016. 187 p. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/142915>.

SPOLSKY, Bernard. Investigating language education policy. In: KING, K. A. & HORNBERGER, N. H. (Eds.). *Encyclopedia of language and education*. 2ª ed., vol. 10: Research methods in language and education. New York: Springer Science, 2008. p. 27-40.

_____. Movilidad demográfica y dimensión topodinámica. Los motevideanos em Rivera. In: RADTKE, Edgar & THUN, Harald [orgs.]. *Neue Wege der romanischen Geolinguistik: Akten des Symposiums zur empirischen Dialektologie*. Kiel: Westensee-Verl., 1996. p. 210-269.

_____. La geolingüística como lingüística variacional general (com exemplos del Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático Del Uruguay). In: *International congress of romance linguistics and philology* (21. : 1995 : Palermo). Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza. Org. Giovanni Ruffino. Tübingen : Niemeyer, 1998. v. 5, p. 701-729, incluindo resumo dos tópicos principais da seção 5, p. 787-789.

_____. O Atlas Lingüístico Guaraní-Románico (ALGR). *Um trabalho necessário para atualizar informações lingüísticas sobre o guarani e o espanhol do Paraguai*. Trad. Cléo V. Altenhofen. In: *Cadernos de Tradução*, Porto Alegre, n. 5, p. 53-66, jan. 1999.

_____. Pluridimensional Cartography. In: LAMELI, A. KEHREIN, R. RABANUS, S. (eds.). *Language and Space: language mapping*. An International Handbook of Linguistic Variation. Berlin/New York: De Gruyter Mouton, 2010.

TRESSMANN, Ismael. *Da sala de estar à sala de baile - Estudos etnolinguísticos de comunidades camponesas pomeranas do estado do Espírito Santo*. 2005. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

_____. *Dicionário enciclopédico pomerano-português. Pomerisch-Portugijisch Wöirbauk*. Santa Maria de Jetibá, 2006.

_____. *O pomerano: uma língua baixosaxônica*. In: *Educação, Cultura e Sociedade*. Revista da Farese (Faculdade da Região Serrana), Santa Maria de Jetibá, v. 1, p. 10-21, 2008. ISSN: 21765251.

_____; DALEPRANE, Luzia Fiorotti; KUSTER, Sítia Bausen. O programa de Educação Escolar Pomerana. II Congresso Consad de Gestão Pública: Painel 54: Inovações em programas educacionais, 2008. Disponível em: <www.seplag.rs.gov.br/download.asp?nomeArq=Painel_54_Sintia...pdf>. Acesso em 23 nov. 2016.

UNESCO as hoc Expert Group. *Language Vitality and Endangerment*. (Document submitted to the International Expert Meeting on UNESCO Programme Safeguarding of Endangered Languages. Paris, 10-12 March 2003.

WEINREICH, Uriel. *Languages in contact*. Findings and problems. 7th Printing. The Hague; Paris: Mouton, 1970. [1953] 149 p. (v. ELIA 1955)

ZIMMER, M.; FINGER, I.; SCHERER, L. *Do bilingüismo ao multilingüismo: intersecções entre a psicolingüística e a neurolingüística*. ReVEL. Vol. 6, n. 11, agosto de 2008. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].

ANEXO A – QUESTIONÁRIO DE EDWARDS (1992)

- 1 Numbers and concentration of speakers?
- 2 Extent of the language (see also geography)?
- 3 Rural-urban nature of the setting?
- 4 Socioeconomic status of speakers?
- 5 Degree and type of language transmission?
- 6 Nature of previous/current maintenance and revival efforts?
- 7 Linguistic capabilities of speakers?
- 8 Degree of language standardization?
- 9 Nature of in- and out-migration?
- 10 Language attitudes of speakers?
- 11 Aspects of the language-identity relationship?
- 12 Attitudes of the majority group towards minority?
- 13 History and background of the group?
- 14 History of the language?
- 15 History of the area in which the group now lives?
- 16 Rights and recognition of speakers?
- 17 Degree and extent of official recognition of the language?
- 18 Degree of autonomy or “special status” of the area?
- 19–21 Basic facts about geography?
- 22 Speaker’s attitudes and involvement regarding education?
- 23 Type of school support for language?
- 24 State of education in the area?
- 25 Religion of speakers?
- 26 Type and strength of association between language and religion?
- 27 Importance of religion in the area?
- 28 Economic health of the speaker group?
- 29 Association between language(s) and economic success/mobility?
- 30 Economic health of the region?
- 31 Group representation in the media?
- 32 Language representation in the media?
- 33 General public awareness of area?

ANEXO B – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA



Programa de Pós-Graduação em Letras / UFRGS

Orientador: Cléo Vilson Altenhofen

Mestranda: Luana Cyntia dos Santos Souza

QUESTIONÁRIO

**REVITALIZAÇÃO DE LÍNGUAS MINORITÁRIAS EM CONTEXTOS PLURILÍNGUES: O
POMERANO EM CONTATO COM O PORTUGUÊS NO BRASIL.**

PONTO:

Nº DO PONTO:

INFORMANTES/ENTREVISTAS: Nome (idade)

CaGII

Ca [classe social com escolaridade nível superior/técnico]
GII [geração velha, acima de 48 anos]

CaGI

Ca [classe social com escolaridade nível superior/técnico]
GI [geração jovem de 18 a 35 anos]

CbGII

Cb [classe social com escolaridade até 2º Grau]
GII [geração velha, acima de 48 anos]

CbGI

Cb [classe social com escolaridade até 2º Grau]
GI [geração jovem de 18 a 35 anos]

PARTE A – PERFIL DOS INFORMANTES

I IDENTIFICAÇÃO DOS INFORMANTESEntrevista: CaGII CaGI CbGII CbGI

Participante nº _____ Data: _____ Hora: _____ Tipologia _____

1. Nome do participante:

2. Sexo: () F () M
3. Idade:
4. Qual sua religião? _____ E da sua família? _____
5. Local de nascimento: _____ Nacionalidade: _____
6. Contato: Telefone(s): _____ E-mail: _____ Endereço:
7. Há quanto tempo mora na localidade?
8. E sua família? Sempre morou no município?
9. Escolaridade:
10. Trabalho/Ocupação:
Outras observações:

PARTE B – FALANTES DE POMERANO

II INFORMAÇÕES LINGUÍSTICAS
1. Além do português, fala outra língua? Se sim, como você denomina/chama essa língua(s)? <input type="checkbox"/> Pomerano <input type="checkbox"/> Platt <input type="checkbox"/> Hunsrückisch <input type="checkbox"/> Alemão <input type="checkbox"/> Talian <input type="checkbox"/> _____
2. Qual língua você considera a sua língua materna?
3. Então, como diria(m), nessa língua, „Minha língua materna é ...”? Como escreveria?
4. Fala essa/outra língua com os filhos? Eles falam?
5. Como diria que é o Pomerano a alguém que não conhece a língua?

6. Quanto a aquisição:

Língua	Idade de exposição	Onde foi exposto	Com quem aprendeu
		Casa / escola / outro (_____)	Pais / avós / amigos / professora / vizinhos / outros (_____)
		Casa / escola / outro (_____)	Pais / avós / amigos / professora / vizinhos / outros (_____)
		Casa / escola / outro (_____)	Pais / avós / amigos / professora / vizinhos / outros (_____)
		Casa / escola / outro (_____)	Pais / avós / amigos / professora / vizinhos / outros (_____)

7. Qual é a língua que você acha que sabe melhor, se sente mais cômodo? Prefere falar ela?**8. Que línguas você gostaria de saber mais, desenvolver a fala e a escrita? Por quê?****9. Determine, numa escala de 1 a 5, em que 1 equivale a muito pouco e 5 a muito bem.**

Língua	Leitura	Escrita	Ouvir e entender	Falar
	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5
	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5
	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5
	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5

10. Em que locais você fala o Pomerano?

a) em casa, b) na escola; c) na igreja; d) no comércio; e) na vizinhança; f) no trabalho; g) outros lugares.

11. Você faz uso do pomerano em redes sociais como *facebook*, *site* e *whatsapp*? Sobre quais temas? Já viu mensagens em pomerano?**12. Você acha que muitas pessoas falam pomerano aqui no município?**

13. Por que você acha que ainda hoje algumas pessoas falam pomerano, se faz tanto tempo que os colonos chegaram à região?
14. Acredita que é importante preservar a língua e a cultura pomerana?
15. Você se considera uma pessoa que preserva a língua e a cultura dos seus antepassados? Como?
16. Como você acha que ficará a língua e a cultura pomerana no futuro, pela situação atual?
III INFORMAÇÕES SOBRE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS
17. Santa Maria de Jetibá é conhecida como a cidade mais pomerana do Brasil, já ouviu falar disso? O que acha? [em Santa Maria de Jetibá]
18. Você conhece alguma ação/lei do governo (local/nacional) para preservação da língua pomerana? O que acha dessas ações? Qual reflexo na comunidade na sua opinião?
19. O que você acha do reconhecimento do pomerano como uma língua oficial do município?
20. O que acha que o governo deveria fazer na comunidade quanto a língua pomerana que é falada aqui?
21. Na cidade, há festas tradicionais, que lembram a cultura trazida pelos imigrantes. Você participa dela? O que pensa sobre essas festas?
22. Na comunidade, você percebe uma valorização e preservação da cultura e língua pomerana? Se sim, como isso ocorre?

23. Pretende sair daqui em alguma época? Para onde e para o quê? (estudar, trabalhar)
24. Quais as dificuldades que vocês enfrentam aqui quanto à linguagem?
25. Deseja falar algo sobre a prática bilíngue do português e do pomerano na localidade?

PARTE C – NÃO FALANTES DE POMERANO

III INFORMAÇÕES SOBRE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS
1. Você fala alguma língua além do português?
2. Alguém da sua família fala pomerano? Algum amigo ou conhecido?
3. Aqui na região falam o pomerano, o que você acha disso? Gostaria de aprender?
4. Em que momentos você vê / percebe as pessoas falando o pomerano?
5. Como você acha que ficará a língua e a cultura pomerana no futuro? Alternativa: Quantos anos você acha que o pomerano vai existir? Muitos ou poucos?
6. Em algum momento, na escola, você estudou a língua e cultura pomerana?
7. Conhece alguma palavra em pomerano?
8. Santa Maria de Jetibá é conhecida como a cidade mais pomerana do Brasil, já ouviu falar disso? O que acha? [em Santa Maria de Jetibá]
9. Você conhece alguma ação/lei do governo (local/nacional) para preservação da língua pomerana? O que acha dessas ações? Qual reflexo na comunidade na sua opinião?

10. O que você acha do reconhecimento do pomerano como uma língua oficial do município?
11. O que acha que o governo deveria fazer na comunidade quanto a língua pomerana que é falada aqui?
12. Na cidade, há festas tradicionais, que lembram a cultura trazida pelos imigrantes. Você participa dela? O que pensa sobre essas festas?
13. Na comunidade, você percebe uma valorização e preservação da cultura e língua pomerana? Se sim, como isso ocorre?
14. Pretende sair daqui em alguma época? Para onde e para o quê? (estudar, trabalhar)
15. Quais as dificuldades que vocês enfrentam aqui quanto à linguagem?
16. Deseja falar algo sobre a prática bilíngue do português e do pomerano na localidade?

PARTE D – GESTORES DA LÍNGUA

IV INFORMAÇÕES SOBRE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS
1. Que festas/eventos ocorrem na localidade? (pedir Cartaz e <i>folder</i>)
2. Vocês utilizam alguma rede social como facebook, homepage, whatsapp, dentre outros na língua pomerana? Quais os temas abordados? (recolher material)
3. Há projetos de uma educação bilíngue/plurilíngue na localidade? Como eles acontecem?
4. Como é a interação entre o alemão e o pomerano na escola? Como essas duas línguas se

correlacionam? Como são integradas nas ações? Recorre ao alemão? Faz comparações?
4. Quais escolas ensinam em pomerano? (particular, estadual ou municipal) Em quais séries? (ver grade curricular) [escolar]
5. Há professores que falam o pomerano com os alunos? Como é o ensino? [escolar]
6. A cultura pomerana é abordada de que forma na escola? Em que momentos? [escolar]
7. Quais línguas são faladas na Câmara Municipal? [prefeitura]
<input type="checkbox"/> Pomerano <input type="checkbox"/> Platt <input type="checkbox"/> Português <input type="checkbox"/> Alemão <input type="checkbox"/> Talian <input type="checkbox"/> _____
8. Quais línguas são faladas pelo [prefeitura]
a) Prefeito _____
b) Vice-prefeito _____
c) Vereadores _____
9. Qual é para vocês o significado maior da língua pomerana para a cultura e história da região? Para quê falar o pomerano é bom?
10. Os falantes de pomerano têm consciência desse significado?
11. O que se tem feito para fomentar / estimular a língua pomerana aqui na localidade?
12. Quais os projetos em prol da língua e cultura pomerana implementadas?
13. Existe alguma lei implementada aqui na localidade em prol da preservação da língua de imigração? Pode dizer como surgiram e sua regulamentação? (cópia das leis)

14. Há diálogos com outros municípios quanto as ações em prol da promoção da língua pomerana? Pode dizer quais municípios? Há projetos em conjunto?

15. Na sua opinião, que você acha que ainda precisa ser feito na localidade para a preservação da língua e cultura pomerana?

Alternativa: Identificam pontos que precisaram ser melhor trabalhados nessas políticas?

16. Como você acha que ficará a língua e a cultura pomerana no futuro, pela situação atual?

ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
SOCIOLINGÜÍSTICA

Projeto: *"Revitalização de línguas minoritárias em contextos plurilíngues: o pomerano em contato com o português no Brasil"*.



Prof. Dr: Cléo Vilson Altenhofen

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado participante,

A presente pesquisa tem como objetivo a produção de conhecimento sobre os fundamentos que orientam a revitalização linguística em comunidades plurilíngues pomerano-português, com vistas a registrar, entender e divulgar os processos que englobam as políticas linguísticas adotadas neste contexto plural. Esperamos contar com a sua valiosa participação.

Os encontros para a realização das entrevistas serão pré-agendados diretamente com o informante selecionado. Cada entrevista será gravada em áudio e/ou vídeo. Estes registros audiovisuais serão transcritos para análise da fala.

De modo a nos anteciparmos ao risco da identificação de sua identidade, os participantes serão identificados nas transcrições e relatos de pesquisa apenas por códigos.

Não há benefício direto para você ao participar deste estudo, mas as descobertas poderão servir como fonte de consulta para estudiosos sobre línguas em contatos e fomento do plurilinguismo. Além do mais, os resultados da pesquisa poderão auxiliar a comunidade local e os gestores das línguas a refletirem quanto a medidas de revitalização de uma língua de imigração. Os resultados da pesquisa serão divulgados à comunidade acadêmica e à comunidade em geral por meio de publicações, apresentações em eventos acadêmicos, oficinas, entre outras formas.

Sua participação é essencial para a realização do trabalho de pesquisa, mas você tem a liberdade para se recusar a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízos.

Em caso de dúvida ou necessidade de esclarecimentos sobre o estudo, ou se acreditar que algum prejuízo pode ser causado por sua participação no estudo, por favor, entre em contato:

Prof. Dr. Cléo Vilson Altenhofen
Prédio Administrativo do Instituto de Letras – Sala 227 – Campus do Vale
Av. Bento Gonçalves, 9500 – 91501-000 – Porto Alegre, RS
Telefone: (51) 3308- 6790
E-mail: cvalten@ufrgs.br

Em caso de dúvida relacionada a seus direitos e participação nesta pesquisa, por favor, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS):

Comitê de Ética em Pesquisa/UFRGS
Prédio da Reitoria – 2º andar – Câmpus Central
Av. Paulo Gama, 110 – 90040-060 – Porto Alegre, RS
Telefone: (51) 3308- 3738
E-mail: etica@propesq.ufrgs.br

Porto Alegre, 20 de outubro de 2016.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Cléo Vilson Altenhofen
(PPG-LETRAS/UFRGS, CNPq)

Luana Cyntia dos Santos Souza (Mestranda)
(PPG-LETRAS/UFRGS, CAPES)

Informante *

*Livre para assinar, seguindo a Resolução 510/2016.

ANEXO D – LEI DE COOFICIALIZAÇÃO EM SANTA MARIA DE JETIBÁ – ES

LEI Nº 1136/ 2009

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil e no município de Santa Maria de Jetibá, fica co-oficializada a língua pomerana.

Art. 2º. A co-oficialização da língua pomerana obriga o município a:

I – manter os atendimentos ao público, nos órgãos da administração municipal, na língua oficial e na língua co-oficializada;

II – produzir a documentação pública, as campanhas publicitárias, institucionais, os avisos, as placas indicativas de ruas, praças e prédios públicos e as comunicações de interesse público, na língua oficial e na língua co-oficializada;

III – incentivar o aprendizado e o uso da língua pomerana, nas escolas e nos meios de comunicação.

Art. 3º. São válidos e eficazes, todos os atos da administração pública, editados na língua pomerana.

Art. 4º. O uso da língua pomerana não será motivo de discriminação, no exercício dos direitos de cidadania, assegurados pela Constituição Federal.

Art. 5º. As pessoas jurídicas estabelecidos no município de Santa Maria de Jetibá deverão adotar atendimento e mensagens ao público, no idioma oficial e naquele co-oficializado por esta Lei.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

Santa Maria de Jetibá-ES, 26 de Junho de 2009.

HILÁRIO ROEPKE

Prefeito Municipal

ANEXO E – LEI DE COOFICIALIZAÇÃO EM CANGUÇU - RS

LEI Nº 3473/ 2010

Dispõe sobre a co-oficialização da língua pomerana no município de Canguçu/RS e a inclusão da disciplina de estudo da língua no currículo escolar nas escolas da rede municipal de ensino e dá outras providências

João Luis Mendes Sodré, PRESIDENTE DA CÂMERA MUNICIPAL DE CANGUÇU, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu nos termos do § 8º Art. 53 da Lei Orgânica, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º – A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

Parágrafo Único: Fica instituído o Pomerano como língua cooficial no Município de Canguçu/RS.

Art. 2º – A cooficialização da língua pomerana, obriga o município:

I – manter os atendimentos públicos, nos órgãos da administração municipal, na língua oficial e na língua cooficializada;

II – incentivar o aprendizado e o uso da língua pomerana;

III – promover a valorização, o regaste e a preservação da: cultura, hábitos, tradição, artes, gastronomia, música, folclore e escrita da etnia pomerana;

IV – propor e executar ações necessárias para articulação e consolidação de políticas relevantes para o desenvolvimento sustentável dos pomeranos;

V – identificar, propor e estimular ações de capacitação de recursos humanos no ensino e divulgação da língua pomerana;

VI – estimular políticas públicas em todas áreas de atuação da administração pública, voltadas aos pomeranos;

VII – reconhecer, estender os direitos, objetivos e ações concedidos aos povos e comunidades tradicionais da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Art. 3º – Fica introduzida a disciplina de língua pomerana no currículo escolar da Rede Municipal de Ensino, nas escolas localizadas nas regiões do município em que predominam a população descendente de Pomeranos, na forma admitida pelos Art. 26 e 28 da Lei Federal 9.394/96 – Lei das Diretrizes e Bases da Educação.

§ 1º – Visando a uniformização da sistemática de ensino da língua pomerana, preferencialmente será utilizada o Programa de Educação Escolar Pomerana- PROEPO.

§ 2º – O ensino da língua pomerana nas escolas da rede estadual de ensino, que se localizam nas regiões do município habitadas por descendentes pomeranos, poderá ser realizado através de convênio com o município.

§ 3º – A introdução da disciplina da língua pomerana, será efetivada a partir do exercício de 2011.

§ 4º – O ensino da língua pomerana será optativo aos alunos, podendo estes escolher por outra língua estrangeira já oferecida no currículo da Rede Municipal de Ensino.

Art. 4 – As pessoas jurídicas estabelecidas no município de Canguçu poderão adotar atendimento e mensagens ao público, inclusive nos meios de comunicação, no idioma oficial e no cooficializado por esta lei.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º – Revogam-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefsidente da Câmara Municipal Canguçu/RS, 30 de julho de 2010

JOÃO LUIS MENDES SODRÉ

Presidente da Câmara Municipal

Registre-se e Publiqui-se

Ubiratan Cardoso Rodrigues

1º Secretário

Iniciativa: Poder Legislativo

Autores: Arion Luiz Borges Braga, Cesar Augusto Bittencourt Madrid, José Fernando de Matos Mota e Ubiratan Cardoso Rodrigues.

ANEXO F – FOTOS DE SANTA MARIA DE JETIBÁ - ES







ANEXO G – FOTOS DE CANGUÇU - RS





